Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Luiz Antonio Lianza da Franca Filho

O campo do mercado de trabalho brasileiro recente: uma análise dos elos entre os distintos campos embutidos no mercado de trabalho entre 2012 e 2019

Rio de Janeiro
2021

Luiz Antonio Lianza da Franca Filho

O campo do mercado de trabalho brasileiro recente: uma análise dos elos entre os distintos campos embutidos no mercado de trabalho entre 2012 e 2019

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Adalberto Moreira Cardoso

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/ REDE SIRIUS/ CCS/D - IESP

F815 Franca Filho, Luiz Antonio Lianza da.
O campo do mercado de trabalho brasileiro recente: uma análise dos elos entre os distintos campos embutidos no mercado de trabalho entre 2012 e 2019 / Luiz Antonio Lianza da Franca Filho – 2021.
135 f.: il.

Orientador: Adalberto Moreira Cardoso.
Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos

1. Mercado de Trabalho – Brasil - Teses. 2. Direito do trabalho – Brasil - Teses. I. Cardoso, Adalberto Moreira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 342.7 (81)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Luiz Antonio Lianza da Franca Filho

O campo do mercado de trabalho brasileiro recente: uma análise dos elos entre os distintos campos embutidos no mercado de trabalho entre 2012 e 2019

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 26 de março de 2021.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Adalberto Moreira Cardoso (Orientador)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

_____

Prof. Dr. Luiz Fernando de Paula

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

_____

Prof.ª Dra. Nadya Araujo Guimarães

Universidade de São Paulo - USP

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, à CNPq, pela bolsa que viabilizou a conclusão do mestrado e a produção deste trabalho sem a necessidade de buscar outras fontes de renda. Esse tipo de investimento é essencial para o desenvolvimento do país, e é uma lástima os ataques e cortes de recursos que instituições públicas de fomento à pesquisa estão sofrendo.

Ao Adalberto Cardoso, orientador que nunca abriu mão da rigidez acadêmica, mas não deixou de ajudar ativamente, como com o tratamento de dados, tabelas e escolha dos melhores modelos estatísticos para realização desta investigação. É uma honra ser orientado por um sociólogo de tamanha qualidade e versatilidade.

Aos professores Nadya Guimarães e Luiz Fernando de Paula, que aceitaram o convite para formarem a banca examinadora deste trabalho. É uma grande honra ter ambos os nomes lendo e tecendo suas críticas sobre o trabalho. A professora Guimarães é uma grande influência dentro da sociologia para mim. O professor Paula é um grande exemplo e inspiração na economia, ramo das ciências que tenho tanto interesse.

A minha companheira e principal aliada, Sarah Laurindo, cuja parceria é inestimável. Tenho consciência que, sem ela, esse trabalho seria impossível. Suas leituras, palpites, conversas e, principalmente, suporte moral e emocional permitiram que o trabalho seguisse firme em meio a uma crise sanitária global e ao isolamento da quarentena. Junto dela, a nossa grande e melhor amiga, Elis Regina, minha cachorrinha que destruiu minha casa em um processo de energia e vida.

A minha mais antiga amiga, minha mãe, Socorro Bezerra; cujo suporte financeiro e emocional tornou tudo isso possível. Ressalta-se que, por conta dela, pude viver um ano em uma ponte aérea Vitória-Rio de Janeiro, a qual me permitiu frequentar as aulas sem grande esforço. Além de tudo, por ser a pessoa que me inspira e me motiva a ser crítico e desconfiado de tudo e de todos, qualidade essencial para um sociólogo.

Ao IESP e seu corpo de funcionários, os quais estão envolvidos e dedicados na produção de uma instituição de peso histórico. Não somente o peso da tradição, presente no chão em que grandes nomes pisaram, mas o peso de quem molda o futuro. Da limpeza à diretoria, do que é prático ao que é burocrático, nada seria

possível sem trabalho de amor (e, espero, bons vencimentos) dos seus funcionários. Um especial agradecimento a estes dois membros do corpo de funcionários do IESP os quais sem eles não conseguiria me formar: Leonardo de Oliveira e Louise Veloso.

Um especial agradecimento ao GEEP, grupo de pesquisa que me acolheu com carinho e me ensinou tanto. Representando o corpo do grupo, cito seus coordenadores, os incríveis: Luiz Fernando de Paula, já citado, e Fabiano Santos; ainda o doutor e leitor deste trabalho, Rafael Moura. Obrigado a todos os participantes do grupo. Por fim, um agradecimento aos professores da instituição pelo aprendizado, cito aqueles com quem tive mais proximidade, Fernando Fontainha, Thiago Moreira, Fernando Guarnieri, Nelson do Vale, Letícia Pinheiro, San Romanelli e Luiz Augusto Campos..

Aos meus amigos, dentre eles: Ana Luiza, Arthur, Bernardo, Érika, Flávio, Flávio Augusto, Henrique, Leonardo, Luisa, Rebeca e Rodrigo. Ainda, à minha família, cito alguns por especial contribuição: meu pai, de quem herdei o nome, e seu suporte emocional incrível; meu orgulho, minha irmã, Maria Luiza; Anchieta, meu primo que vem cuidando gentilmente de meu apartamento em João Pessoa e tirando esse peso de minhas costas e quem mantém a amizade, apesar das grandes divergências políticas; minha avó Madalena, de quem herdei o apreço pelo estudo; minha sogra e meu sogro, Bernardete e Zezinho, que me acolheram como um filho no Espírito Santo. Aos Lianza e aos Laurindo, meu mais profundo obrigado.

Eu deixei de ser pé-de-cana. Eu deixei de ser vagabundo. Aumentei minha fé em Cristo. Sou bem-quisto por todo mundo.

Na hora de trabalhar, levanto sem reclamar. E, antes do galo cantar, já vou.

Zeca Pagodinho

RESUMO

FRANCA FILHO, Luiz Antonio Lianza da. **O campo do mercado de trabalho brasileiro recente:** uma análise dos elos entre os distintos campos embutidos no mercado de trabalho entre 2012 e 2019. 135 f. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Nesse trabalho foi observado o mercado de trabalho a partir do quadro teórico da teoria dos campos de ação estratégica (Fligstein e MacAdam, 2012) com o intuito de entender os elos potenciais construídos a partir da mudança de condição do ator social referente ao mercado de trabalho. Para tanto, realiza-se uma análise do enquadramento teórico ao estudo do mercado de trabalho, uma análise do mercado de trabalho brasileiro a partir da Constituição Cidadã e um modelo estatístico de classificação das mudanças de condição entre os anos 2012 e 2019. Dessa forma, encontra-se uma manutenção do privilégio dos atores incumbidos do mercado de trabalho brasileiro, apesar da piora dos dados de emprego gerais do país. Esse privilégio é verificado pela maior chance relativa daqueles em ocupações formais em se manter nessas ocupações. Ou seja, conforme há a deterioração do mercado de trabalho, aqueles com maiores vínculos com o Estado conseguem se manter relativamente aos outros em uma situação mais estável.

Palavras-chave: Desemprego. Flexibilização. Reforma Trabalhista. Teoria dos Campos de Ação Estratégica. Sociologia Econômica.

ABSTRACT

FRANCA FILHO, Luiz Antonio Lianza da. **Brazilian's recent labor market field:** an analysis of the different ties embedded at the labor market between 2012 and 2019. 135 f. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This dissertation was observed the labor market from the Theory of Strategic Action (Fligstein and MacAdam, 2012) perspective aiming to understand potential ties built from social actors labor market condition changes. Hence it is studied how the theoretical framework could contribute to the Study of the labor market. It is made a study about the Brazilian labor market and economic changes since the 1989 Constitution. Lastly, it is built a statistical classification model to test condition changes between the years 2012 and 2019. It is found that incumbents, those privileged social actors from a specific field, maintain their job stability when compared to other participant actors of the same field at the same time, therefore it is relative stability. At absolute, all groups were at some level affected by an economic and political crisis that havoc Brazilian labor markets.

Keywords: Unemloyment. Flexibilization. Labour Reform. Strategic Action Theory. Economic Sociology.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificações da proposta 1 ---------- 30
Tabela 2 - Classificação do campo de mercado de trabalho brasileiro ---------- 60
Tabela 3 - Resultados reduzidos - 2012 e 2013 ---------- 73
Tabela 4 - Resultados reduzidos - 2013 e 2014 ---------- 73
Tabela 5 - Resultados reduzidos - 2014 e 2015 ---------- 78
Tabela 6 - Resultados reduzidos - 2015 e 2016 ---------- 79
Tabela 7 - Resultados reduzidos - 2016 e 2017 ---------- 79
Tabela 8 - Resultados reduzidos - 2017 e 2018 ---------- 82
Tabela 9 - Resultados reduzidos - 2018 e 2019 ---------- 83
Tabela 10 - Elos potenciais dos campos do mercado de trabalho ---------- 84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de desocupação ---------- 53
Gráfico 2 - Pessoas ocupadas no setor privado com CLT ---------- 53
Gráfico 3 - Pessoas ocupadas no setor privado sem CLT ---------- 54
Gráfico 4 - Empregados ---------- 55
Gráfico 5 - Passagem de ocupado informal para desemprego ---------- 85
Gráfico 6 - Passagem de ocupado informal para formal ---------- 86
Gráfico 7 - Passagem de desemprego para ocupado ---------- 86
Gráfico 8 - Passagem de ocupado formal para informal ---------- 87

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1.	**TRÊS PROPOSTAS PARA OS ESTUDOS DO MERCADO DE TRABALHO**……..	15
1.1	**A teoria dos campos de ação estratégica, o mercado de trabalho e a sociologia econômica**.....	15
1.2	**Contratos, salários, profissões e o mercado de trabalho**.....	16
1.3	**O aspecto relacional nas teorias da sociologia econômica**.....	18
1.4	**A teoria dos campos de ação estratégica**.....	20
1.5	**Propostas**.....	25
1.5.1	Proposta 1 - O mercado de trabalho pode ser organizado sistematicamente com base em modelos macro.....	26
1.5.2	Proposta 2 - O mercado de trabalho pode ser organizado em sistemas menores com distintos mercados embutidos.....	32
1.5.3	Proposta 3 - O mercado de trabalho pode ser desagregado para compreender mercados específicos e relações até o âmbito individual.....	34
1.6	**Como fazer e fazer o quê?**.....	36
2.	**DESEMPREGO E INFORMALIDADE**…….	38
2.1	**Os campos do mercado de trabalho**……	38
2.2	**Formação dos campos**…….	39
2.2.1	Emprego……	41
2.2.2	Desemprego……	42
2.2.3	A questão das proteções sociais no Brasil recente……	45
2.2.4	A questão econômica no Brasil recente……..	46
2.2.5	Dinâmicas do emprego e desemprego no Brasil histórico.....	47
2.2.6	Dinâmicas do emprego e desemprego e a informalidade.....	48
2.3	**Crise e contenção**……..	50
2.3.1	Crise, contenção e os campos……..	56
2.4	**Norma, moral e interseção**…….……	61
3.	**ENTRADAS E SAÍDAS NO DESEMPREGO**……	63
3.1	**Formalidade**…….	64
3.1.1	CLT…….	64

3.1.2 Autônomo e o MEI..... 66
3.1.3 Outras variáveis relevantes..... 67
3.2 **Estabilização nos e dos campos**..... 67
3.3 **Os modelos**..... 69
3.4 **Os resultados**..... 71
3.4.1 Campo estabilizado..... 72
3.4.1.1 Ocupação Informal..... 74
3.4.1.2 Empregador..... 75
3.4.1.3 Desempregado..... 75
3.4.1.4 Ocupação formal..... 76
3.4.2 Campos em crise..... 77
3.4.2.1 Mudanças ou manutenções..... 80
3.4.2.2 Crise?..... 80
3.4.3 Episódio de contenção ou manutenção..... 80
3.5 **Elos e manutenção**..... 83
3.6 **Questões finais relevantes**..... 85
CONCLUSÃO..... 88
REFERÊNCIAS..... 96
APÊNDICE A 100
APÊNDICE B 104
APÊNDICE C 105
APÊNDICE D..... 108
APÊNDICE E..... 109
APÊNDICE F..... 114
APÊNDICE G..... 115
APÊNDICE H..... 119
APÊNDICE I..... 120
APÊNDICE J..... 124
APÊNDICE L..... 129
APÊNDICE M..... 130
APÊNDICE N..... 134
APÊNDICE O..... 135

INTRODUÇÃO

Neste trabalho é proposta a investigação dos padrões de movimentação entre diferentes condições na situação ocupacional dos indivíduos. Questiona-se se a existência de uma crise no mercado de trabalho, a qual altera o contingente de empregos, irá alterar a dinâmica de mudança de uma situação para outra, como entre ocupados formalmente para desocupados, desocupados para desalentados, desocupados para ocupados informalmente, etc.

Para tanto, é utilizado um modelo de classificação, a regressão logarítmica, testando a mudança de acordo com a classificação do IBGE, a qual envolve: ocupado formalmente, ocupado informalmente, empregado, desocupado, desalentado e fora da força de trabalho. Os dados em questão são amostrais, são os dados da PNAD-C (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) realizada entre 2012 e 2019 e cruzados por Adalberto Cardoso para que fosse possível acompanhar um indivíduo entre um ano e outro. Dessa forma, a mudança é observada no espaço de um ano.

Além da análise anual, foi feita uma divisão em três momentos diferentes, de acordo com a situação política e econômica do país. São estes: entre 2012 e 2014; entre 2014 e 2017; entre 2017 e 2019. Essa divisão foi proposta seguindo duas bases, uma de um quadro teórico da sociologia e outra das observações feitas por diversos analistas políticos e econômicos acerca da realidade brasileira.

O quadro teórico em questão é a teoria dos campos de ação estratégica, desenvolvida por Neil Fligstein e Doug McAdam (2012). Tal teoria será desenvolvida no primeiro capítulo. Ainda, nesse será apresentada uma breve retomada do debate da sociologia econômica e ainda uma defesa do uso do quadro teórico dos campos de ação estratégica para a compreensão do mercado de trabalho.

A teoria dos campos de ação estratégica possui uma classificação de dinâmica dos campos, as quais permitem classificar os campos nestes três estágios: campos em emergência, estabilizados e em crise. Essa divisão será aplicada na compreensão do mercado de trabalho enquanto um campo, de forma que seja possível analisar separadamente a potencial existência de cada estágio.

A análise política e econômica do mercado de trabalho brasileiro será feita com o intuito de compreender três fenômenos. As disputas políticas acerca do tipo

de política econômica que deve ser adotada pelo governo, tanto no governo Dilma, como nos governos Temer e Bolsonaro. Os reflexos da crise de 2008 no Brasil, incluindo e tendo ênfase na crise de oferta de crédito e sucessiva desaceleração drástica do crescimento do país a partir de 2014. Os dados mais gerais do mercado de trabalho, incluindo apresentação descritiva dos dados de emprego, desemprego e outras estatísticas pertinentes ao tema.

Tendo esses momentos em mente, o ano de 2014 é central pela crise econômica que se estabelece. Seguindo uma interpretação possível a partir do quadro teórico da teoria dos campos de ação estratégica, essa crise representaria o início de uma crise no campo do mercado de trabalho. Conclui-se, entretanto, que essa crise não poderá configurar uma crise no campo, ao menos nos termos apresentados pelo quadro teórico optado.

Outro ano de grande importância é o de 2017, o qual apresenta importante mudança na organização do mercado de trabalho. Trata-se da Reforma Trabalhista operada em 2017 e visando flexibilizar o mercado de trabalho. Pela teoria, poderia se tratar de um momento de emergência de um novo campo; entretanto, assim como a crise de 2014 não afetará o campo, essa forma não irá gerar grandes alterações igualmente.

Há de se questionar dois pontos acerca da conclusão negativa em relação à classificação desses campos. Poder-se-ia tratar de uma teoria pouco adaptada ao objeto ou da manutenção das estruturas de poder entre atores dentro do campo do mercado de trabalho. Como será apresentado no primeiro capítulo, sustenta-se neste trabalho que o quadro teórico é válido e efetivo, portanto conclui-se que esse resultado significará a manutenção da dinâmica de mudanças ocupacionais. Isto é, apesar da redução absoluta do emprego, as tendências de mudança de uma situação ocupacional irão ser mantidas entre os indivíduos.

Em verdade, o resultado do modelo de classificação utilizado revela que há uma variação anual cíclica de retração e expansão, mas que se mantém, via de regra, igual durante os três períodos. Esse achado não invalida de forma alguma todas as análises da crise no mercado de trabalho. Ele atenta para o fato de que, em termos relativos, as diferenças de poder e privilégio no mercado de trabalho foram mantidas.

Para melhor explorar o tema, o trabalho é dividido em três fases, cada qual dividida em um capítulo. No primeiro capítulo, é explorado e apresentado os

argumentos sobre a escolha da teoria dos campos de ação estratégica; assim como apresentado três propostas de enquadramento dessa teoria nos estudos de mercado de trabalho. Em maior ou menor grau, parte de cada uma das propostas foi utilizada no desenvolver do resto deste trabalho.

O segundo capítulo é responsável por explorar o momento histórico analisado a partir de um referencial teórico lastreado na Ciência Política, Sociologia e Economia. Pretende-se dar conta de questões tanto da política, como da sociedade e da economia. Dessarte, são apresentados diversos debates e conclusões acerca das disputas relevantes do momento. Opta-se por um enfoque nas disputas para que se tenha mais clareza acerca do campo, o qual é uma teoria sociológica que valoriza essa característica.

O terceiro capítulo é a apresentação do modelo estatístico, tanto dos dados quanto dos resultados. Esses resultados serão cruzados com os elementos explorados nos capítulos anteriores em busca de uma interpretação esclarecedora do tema. Como dito anteriormente, o resultado aponta para uma continuidade do campo do mercado de trabalho, apesar da crise econômica vivida pelo país.

1. TRÊS PROPOSTAS PARA OS ESTUDOS DO MERCADO DE TRABALHO

1.1 A teoria dos campos de ação estratégica, o mercado de trabalho e a sociologia econômica

Existem muitas maneiras de realizar um estudo, e por cada uma será possível obter diferentes ângulos de um objeto. A teoria dos campos de ação estratégica (Fligstein e MacAdam, 2012) é uma teoria social flexível o bastante para ser entendida como uma teoria geral. Essa flexibilidade se dá pela possibilidade de interpretar diferentes instâncias sociais como espaços de disputa, os quais irão formar os campos.

A capacidade de conformar vários objetos da teoria dos campos de ação estratégica é uma qualidade desejável para o estudo do mercado de trabalho, o qual é um tema com diversas entradas. É importante ressaltar as características históricas do mercado de trabalho, como a formação dos mercados; mas é essencial entender os mecanismos que o mercado de trabalho opera, como contratos, salários e profissões.

A teoria dos campos de ação estratégica não é uma teoria da sociologia econômica, entretanto ela foi fortemente influenciada pela sociologia econômica, entre outras escolas sociológicas (Fligstein e MacAdam, 2012, p.4). Existe um grande diálogo com teorias como a teoria das redes (Granovetter, 1973), a teoria dos circuitos (Zelizer, 2005) e a abordagem da sociologia das organizações para a economia, em especial a ênfase relacional com que a economia é interpretada.

Para entender como a teoria dos campos de ação estratégica pode contribuir para o estudo dos mercados de trabalho, três propostas serão levantadas a partir da metodologia de outros estudos que utilizam o mesmo quadro teórico. Com a experiência desses três estudos e as possibilidades de aplicação ao mercado de trabalho, possibilita-se levantar os aspectos essenciais para que o estudo do desemprego e do mercado de trabalho precarizado tome forma nos capítulos subsequentes.

Evidentemente, as possibilidades de aplicação da teoria dos campos de ação estratégica ao mercado de trabalho não serão esgotadas. Entretanto, será possível ter um desenho para futuras pesquisas e aspectos que possam ser desenvolvidos em outras abordagens ainda. A interface entre a teoria dos campos de ação

estratégica e os estudos de mercado de trabalho, certamente, irá gerar diversos estudos de relevo.

1.2 Contratos, salários, profissões e o mercado de trabalho

Entre sociólogos e economistas, o mercado de trabalho é uma importante agenda de pesquisa há muito tempo. Em uma sociedade capitalista, na qual o trabalho é a principal forma de organização da vida, entender o mercado de trabalho é entender a distribuição dos meios de vida. Neste item, alguns pontos fundamentais para uma boa compreensão do tema serão debatidos. Busca-se destacar que, entre os empregos e os contratos, o mercado de trabalho é um objeto de estudo multifacetado.

O mercado de trabalho é visto como a organização entre a demanda por trabalho e a oferta de trabalho. John Maynard Keynes (1996) é um dos principais responsáveis por esse pensamento. Sua contribuição para o mundo é inestimável. Keynes consegue colocar em uma fórmula aplicável a relação entre demanda agregada e oferta agregada por empregos, considerando a elasticidade de um dado mercado ou de um grupo de ofertantes de força de trabalho. Sem embargo, a sociologia entende que há mais a ser explorado nessa relação.

Mark Granovetter (1973) atenta para fatores não-econômicos do mercado de trabalho. Esses fatores não-econômicos são relações como poder, *status*, sociabilidade ou aceitação. O autor afirma que há uma defesa de que essas estruturas estão distribuídas aleatoriamente, portanto seriam passíveis de serem ignoradas nos estudos; entretanto, para Granovetter, os mercados serão constituídos também por essas relações. Isso posto, a estrutura social é claramente uma variável importantíssima ao investigar o mercado de trabalho.

Concebendo o mercado de trabalho, pode-se entender que o advento do emprego assalariado permite criar mais e novas camadas intermediárias entre os operários e os empresários. Essas camadas são formadas por indivíduos que dependem do salário, mas possuem algum grau de *status*. Isso não quer dizer que todos os trabalhadores foram elevados a essas camadas intermediárias, existe a manutenção de trabalhadores na periferia desse sistema, que são aqueles cuja situação profissional está em outra regra, como trabalhadores intermitentes. (Castel, 1995).

O estabelecimento dessa sociedade assalariada é, também, a partir do contrato; mas esse gera alguns desafios na organização do mercado de trabalho. O contrato, mesmo legitimado, impõe o desafio de determinar o valor do tempo do trabalhador. Entendendo que essa abstração muda conforme a vida do trabalhador, exigir-se-ia uma constante renegociação entre contratante e contratado. Não obstante, há desafio semelhante no cálculo do valor do produto e o valor do salário, todos dependentes de variáveis instáveis (Salais, 1989).

O contrato do trabalho assalariado tem a qualidade de estabilizar e gerar durabilidade ao trabalho. Não é possível assumir que a relação de empregabilidade irá chegar ao equilíbrio porque os envolvidos nunca terão toda informação necessária para a decisão. O risco é atenuado pelo contrato que age como força externa compelindo o trabalhador a realizar certas funções já determinadas e o empregador a pagar certo salário determinado. O desafio para entender o mercado de trabalho é, nesse ponto, o cálculo entre os valores desse contrato.

A inovação do trabalho assalariado também modificou a relação entre o patrimônio e o trabalho. Como coloca Robert Castel (1995, p.365), o desenvolvimento de uma categoria profissional, que ascende socialmente a partir da obtenção de títulos e diplomas, complexifica a relação entre o patrimônio e o trabalho. Se, anteriormente, alguém que adquirisse um patrimônio não iria trabalhar; espera-se, nessa sociedade, que o patrimônio seja pré-requisito para o investimento que irá gerar diplomas e títulos, os quais viabilizam empregos.

O salário é responsável por uma tendência à homogeneização na sociedade contemporânea. Enquanto uma importante diferenciação de indivíduos foi feita entre quem trabalhava e quem não trabalhava, a maior parte dos indivíduos tem um emprego na sociedade salarial. De forma a conceber a relação nessa sociedade, Castel percebeu um fenômeno que ele chamou de princípio da diferenciação generalizada[1] (idem, p.369), em que os indivíduos se comparam e se diferenciam a partir do que eles consomem.

Castel (1995) demonstra que a distribuição dos recursos que irá permitir o acesso ao trabalho é desigual. Como discutido por Wolfgang Streeck (2005),

[1] *Principe de différentiation généralisée*

entender o mercado de trabalho a partir das redes de relações (Granovetter, 1973)[2] é entender que essas ligações, ou elos, como Mark Granovetter usa, não estão acessíveis para todos. Para Streeck, o capital social (Bourdieu, 2013)[3] não somente pode ser usado para entender que há mercados mais atrativos, como essa desigualdade de acesso.

Os autores observam que as relações entre indivíduos são mediadas por contratos, salários, a distribuição do capital social, entre outros fatores econômicos e não econômicos que constroem as múltiplas faces do mercado de trabalho. Essas formas do mercado de trabalho geraram estudos clássicos que pautam políticas públicas, a ação de sindicatos e a tomada de decisão das empresas. Não se busca, neste trabalho, substituir esses estudos, mas acrescentar a eles a partir da teoria dos campos de ação estratégica.

1.3 O aspecto relacional nas teorias da sociologia econômica

A economia é resultado das relações de troca entre indivíduos, portanto é mais uma dentre outras esferas sociais e pode — deve na realidade— ser estudada pela sociologia. Antes mesmo da consolidação da disciplina os sociólogos nunca se furtaram ao tema, mas foi nas décadas de 1980 e 1990 que a sociologia econômica ganhou corpo. A partir das publicações de alguns dos autores dessas linhas é possível entender como se opera a economia sob a lente da sociologia econômica.

Granovetter entende que a economia está incrustada na sociedade, em concordância com Karl Polanyi (2012), contrariando análises típicas da economia neoclássica, que buscaram desincrustar a economia das esferas sociais. Granovetter defende que as análises sociológicas revelam aspectos centrais dos processos econômicos (1985, p.505). Um dos exemplos do artigo é a confiança, a qual viabiliza a troca, como a confiança de que o dinheiro tem certo valor e a entrega desse terá retorno em um objeto de valor semelhante.

Para realizar a análise social, Granovetter olha para as redes de relações formadas entre indivíduos. Essas redes irão representar uma ação coletiva ou uma

[2] A teoria das redes será melhor abordada no próximo ponto, o qual fala sobre teorias sociais que pensam a economia.

[3] O capital social é um conceito operacionalizado por Pierre Bourdieu para dar conta dos recursos mobilizáveis por um indivíduo vinculados a uma rede durável de relações, portanto uma rede de indivíduos unidos por ligações permanentes e úteis.

ação individual. Diferentemente de noções anteriores presentes na sociometria, que focavam somente na qualidade dos elos interpessoais, o autor busca uma forma de compreender tanto a qualidade como as formas desses elos. Um elo representa um contato que pode ser mobilizado pelo ator social e é o foco da análise na teoria das redes (Granovetter, 1973).

Para Pierre Bourdieu a economia é um campo. Pierre Bourdieu confronta o que ele chama de uma visão positivista da ciência utilizando a teoria dos campos, a qual participa de uma perspectiva relacional (Bourdieu e Wacquant, 1992). O campo é um recorte feito a partir de disputas simbólicas em torno de um mesmo código e valores. Os atores sociais são distribuídos dentro do campo em uma estrutura hierárquica, o valor acumulado responsável pela distinção varia e é chamado de capital (Bourdieu, 2013; Bourdideu e Wacquant, 1992).

O campo econômico tem um *nomos*, que são as regras que organizam um campo, muito específico; esse é chamado de racionalidade econômica (Bourdieu, 1997). A racionalidade econômica é responsável pela distribuição do capital econômico, determina quem e como conseguirá entrar em diferentes mercados e acumular capital econômico. Apesar de gerais e com tendências universais, as regras econômicas não irão existir sozinhas. Diversos valores das culturas locais operam concomitantemente às regras econômicas.

Viviana Zelizer (2005) observa que há uma relação entre intimidade e a construção dos mercados. Dessa forma, a autora consegue esmiuçar como a intimidade ocorre dentro das relações de mercado e, até mesmo, a reforçam. Para Zelizer, a atividade econômica e as relações estão vinculadas de diversas maneiras. Um exemplo é como uma é suporte e lastro da outra, fazendo com que ocorram constantes renegociações nas jogadas econômicas (relações de troca). O contrato econômico é um contrato de intimidade em diversos graus.

A autora concebe os circuitos (Zelizer, 2010) como uma maneira eficaz para explicar o mercado. Circuitos fecham as redes de relações a partir de aspectos culturais e determinam formas específicas de se atuar no mercado. Um exemplo de circuito é aquele formado por trabalhadores filipinos nos EUA. Esses mandam parte de sua renda para a família e têm o orçamento controlado pela mãe nas Filipinas, criando uma dinâmica própria das trocas. Há muitos outros exemplos de como circuitos são afetados por traços culturais específicos.

Na sociologia das organizações, pode-se ver a contribuição de autores como Paul DiMaggio e Walter Powell, que buscam entender como diversas organizações ganharam tamanha homogeneidade (DiMaggio e Powell, 1983, p.148). Um agregado de organizações institucionalmente reconhecidas, campos organizacionais, surgem por conta dessa homogeneidade ou, como eles chamam, isomorfismo[4] (DiMaggio e Powell, 1983). Esse fenômeno ocorre a partir de relações desenvolvidas entre os responsáveis pelas empresas.

O isomorfismo das organizações molda a relação entre elas e a estrutura dos mercados. Os autores notaram a prática da imitação, coerção ou ação normativa, que formam a teoria dos campos das organizações (Kluttz e Fligstein, 2016; DiMaggio e Powell, 1983). A relação entre as organizações irá terminar moldando o mercado de que elas fazem parte. Por exemplo, com os movimentos anti-gerencialistas, deu-se um processo de flexibilização das empresas; o qual irá ajudar a moldar um modelo flexível de mercado (DiMaggio, 2001).

A sociologia econômica apresentada traz a centralidade do aspecto relacional na economia. As teorias das redes, dos circuitos e dos campos deixam isso extremamente claro, pois buscam compreender a economia a partir das relações diretamente operadas. Na sociologia das organizações, pode-se perceber o aspecto relacional no fato do campo das organizações ser resultado das ações sociais coletivas ocorridas no meio. Assim, a sociologia consegue dar conta de uma pluralidade de fenômenos econômicos.

1.4 A teoria dos campos de ação estratégica

A teoria dos campos de ação estratégica (Fligstein e MacAdam, 2012), como as teorias da sociologia econômica, também irá entender a economia a partir de uma lógica relacional. Além do mais, ela divide características centrais com as teorias apresentadas. Organiza-se o estudo a partir de campos e elos, como forma de recortes similares às organizações e os circuitos. Neste segmento, busca-se expor os principais alicerces da teoria dos campos de ação estratégica.

O campo é formado a partir da ação coletiva. De acordo com Fligstein e MacAdam (2012), a necessidade por significado, a qual é base da ação coletiva, irá

[4] *Isomorphism*

filiar as pessoas. Quando dois ou mais grupos coordenam suas ações em certa direção, criando regras e significados, haverá o surgimento de um campo novo. Historicamente, os campos surgiram pelo aumento da população, desenvolvimento das tecnologias e das organizações sociais (Fligstein e McAdam, 2012, p.102).

A capacidade de mobilizar indivíduos será chamada de perícia social[5], a qual é essencial para determinar a ação coletiva. Essa será uma mistura de qualidades cognitivas, afetivas e linguísticas que tornam o indivíduo mais capaz de agir socialmente (Fligstein e MacAdam, 2012, p.46). Essas características irão afetar a capacidade de um ator social em mobilizar outros atores sociais em um grupo, portanto em gerar ou coordenar a ação coletiva. Dessa maneira, uma característica do ator social habilidoso é a capacidade de ligar pessoas.

Os campos têm uma dinâmica interna marcada por atores sociais cujos papeis podem ser determinados. O papel é exercido pela função do ator social dentro do campo, especialmente a sua colocação na hierarquia. São estes os elencados pelos autores:

— Os incumbidos são aqueles que possuem maior influência; também, são aqueles cujos interesses refletem melhor a organização do campo.

— Os desafiantes são membros com menor influência e que possuem uma visão distinta sobre o campo; entretanto isso não implica, necessariamente, em uma discordância aberta, muitas vezes esses atores sociais aceitam e jogam conforme as regras postas.

— As unidades de governança são os atores sociais responsáveis por observar as regras e o quão os atores sociais a seguem. Essas unidades podem operar com funções de administração, informação, regulação, execução[6] ou certificação.

Os campos mantêm uma dinâmica de relação entre eles que pode ser exemplificada em alguns poucos modelos. Os campos podem estar embutidos uns nos outros, assim como terem elos e participarem de uma rede de ligações. Assim, é possível entender esses três modelos de relação que um campo pode ter com outro:

[5] *Social skill*
[6] *Enforcement*

— Distantes e próximos explica o grau de proximidade entre dois campos, o qual é dado pelo número de elos que os campos dividem, quanto mais elos, mais próximos os campos são.

— Dependente e interdependente é o grau de dependência de um campo do outro, quando essa dependência é de somente um lado será dependência; mas, quando for de ambos os lados, são campos interdependentes. É claro, podem existir campos independentes também.

— Horizontal e vertical, quando a relação é vertical, é dotada de hierarquia entre os campos; quando a relação é horizontal, há certa paridade de forças na relação.

Um campo pode atuar como um ator em outro campo que ele esteja embutido. Dessa forma não somente os elos irão formar uma rede de relações com diferentes formas, explicadas acima; mas um campo pode ser um incumbido, um desafiante ou um agente de governança de outro campo. Por exemplo, agências de *rating* são campos em si mesmos, mas agem como agentes de governança em um campo maior, o mercado financeiro; ou pode-se dizer que uma empresa com grande fatia do mercado é uma incumbida em seu campo.

Campos tendem à estabilidade, mas podem sofrer episódios de crise. A estabilidade advém das regras que mantêm os incumbidos no poder, esses que irão se valer das mesmas para manter a estrutura do campo. Os agentes de governança fazem um papel importante nesse sentido também. A crise ocorre quando as regras mudam ou quando choques exógenos desestabilizam o campo. Um campo instável irá, eventualmente, afetar outros campos que tenham um elo com ele.

Crises irão ativar momentos de contenção. Durante esses momentos regras podem ser modificadas e ações que não seriam aceitas passam a ser, contanto que voltadas para a manutenção ou retomada da estabilidade. Um desafiante com bastante perícia social pode se erguer a incumbido, assim como novos campos podem surgir. Ainda assim, ao fim, a tendência é que o campo retome a estabilidade, mesmo com regras modificadas, ou deixe de existir.

Instituições, mesmo o Estado, são formadas por uma série de campos em diferentes níveis de relação. Pode haver uma tendência a olhar para os campos pelas limitações institucionais, entretanto essas são formadas por uma série de campos, os quais se organizam simbolicamente antes de institucionalmente. Assim, deve-se olhar para o que é delimitado simbolicamente. O Estado, por possuir

características muito próprias, como leis claras que organizam seus atores sociais, ganha a classificação de campo estatal (Fligstein e MacAdam, 2012).

Com essas estruturas podem-se delinear as relações entre os indivíduos e as organizações em diferentes escalas. Uma das vantagens em se adotar a perspectiva da teoria dos campos de ação estratégica é poder realizar recortes que melhor explicam um dado objeto. Por exemplo, o estudo do mercado financeiro exige um recorte macro em que os principais atores sociais serão outros campos embutidos; entretanto no estudo do mercado de calças jeans em Toritama, em Pernambuco, os principais atores sociais serão indivíduos.

Após um esforço de conceituação dos campos a partir da teoria dos campos de ação estratégica (Fligstein e MacAdam, 2012), é preciso entender como determinar o campo que será estudado. O processo de demarcação do campo pode parecer simples; mas, na realidade, exige um esforço de observação de aspectos específicos dos campos. No fim, é a dinâmica como observada que será objeto de reflexão teórica. Para realizar a análise, é preciso iniciar com um esforço em se delimitar o campo a partir de suas dinâmicas de forças.

Campos são arenas onde atores sociais interagem uns com os outros com base em uma compreensão mútua de qual é o propósito, as regras e os elos do campo (Klutzz e Fligstein, 2016; Fligstein e MacAdam, 2012). Outro passo importante é definir quem são os principais atores sociais que estão no campo, quem são os incumbidos, os desafiantes e, caso existam, os agentes de governança. A dinâmica das forças ficará muito mais clara com essas características definidas.

A tecnologia modifica a forma como os campos serão percebidos territorialmente, por isso é importante observar os propósitos desses. Os campos podem já ter sido delimitados geograficamente, ao menos em uma acepção histórica; entretanto, atualmente, com o desenvolvimento das tecnologias de telecomunicações, os campos podem estar espalhados pelo mundo inteiro. A melhor forma de entender os limites de um campo é buscar o propósito dele e, em seguida, os atores sociais que dividem esse propósito.

Os elos podem ser diretos ou indiretos, mas precisam ser rastreáveis. Para verificar os elos que existem dentro e fora de um campo, é preciso buscar pelas interações recorrentes. O crescimento urbano, nesse caso, aumenta os espaços sociais, onde os atores sociais se relacionam, e os campos tendem a ficar mais

interligados. Essas relações podem ser de cooperação, competição, aprendizagem etc. Independentemente do tipo de relação, deve ser possível encontrar locais de relacionamento comum para determinar um elo.

As regras são evidentes aos seus participantes; mas não são, necessariamente, as normas formais, como leis ou códigos de conduta. Assim como um campo não irá ser restrito à estrutura institucional de uma organização, as regras também não serão necessariamente as normas formais. As regras de um campo existirão na interação e percepção comum dos participantes, portanto para ter acesso a elas, o ideal é ter acesso aos seus participantes. No caso de atores não individuais, esses são campos em si mesmo, portanto é preciso olhar para dentro deles para perceber a norma.

O grau de estabilização de um campo é um fator determinante na hora de estudá-lo, pois isso irá implicar em diferentes estruturas. Fligstein e MacAdam (2012) determinam estes três estágios em que um campo pode ser concebido: emergência, estabelecido ou em crise. Esses estágios não são estáticos, mas processos que os campos vivem. Ou seja, determinar o estágio em que um campo está é feito previamente, mas como uma aproximação; portanto a partir do que melhor explicar os processos atuais do campo.

Ao estudar campos em emergência, é preciso olhar quais são as disputas que ocorrem no processo de estabilização do campo. Nesses campos, as disputas das regras e a hierarquia dos atores sociais ainda estão sendo definidos. É essencial entender quais visões e quais regras estão sendo aventadas, e quais atores sociais estão liderando esses processos. Fligstein e MacAdam (2012), também, dão grande relevância para o papel do Estado nesse momento, pois esse está envolvido em quase todas as delimitações institucionais de um campo.

Em campos estabelecidos importa que sejam estruturados as principais dinâmicas de força, os atores incumbidos, os desafiantes e as regras do campo. Esses são os campos mais comuns. Ainda assim, mesmo um campo estabelecido pode ter uma dinâmica de disputa. O importante é conseguir demonstrar que as normas e a hierarquia dentro dele estão evidentes e mantêm-se durante o tempo. Tudo isso levantado, é uma questão de mapear a dinâmica de poder a partir dos atores sociais dentro e das relações fora.

Campos em crise irão demandar uma dupla atenção. É preciso entender quais são os fatores sociais que geraram a crise; e quais são as ações tomadas

pelos atores sociais no momento de contenção que buscam a estabilização do campo. Dessa maneira, exige-se um estudo histórico da crise, a compreensão das regras anteriores e as formas como elas estão sendo modificadas durante o episódio de contenção. Caso seja algo observável, é interessante observar o processo de reestabilização do campo e quais mudanças ocorreram no campo.

Com os limites determinados, o estudo do campo envolverá um intenso mapeamento das disputas e das interações internas e externas. Sejam campos em crise, estabelecidos ou em emergência, as dinâmicas de poder são o principal objeto da teoria de Fligstein e MacAdam (2012). Essas dinâmicas serão reveladas a partir do propósito, das regras e da divisão dos poderes entre os atores sociais que participam do campo. Com as relações estabelecidas entre outros campos nesses mesmos termos, o estudo ganha abrangência e profundidade.

1.5 Propostas

Não há como esgotar todas as possibilidades de contribuição que qualquer teoria pode ter no estudo de um objeto. Uma contribuição acadêmica dependerá do próprio pesquisador e do seu acesso a dados pertinentes e uma reflexão inovadora. Ainda assim, uma teoria serve como uma estratégia de descrição do objeto, de forma a organizar melhor o conhecimento desenvolvido. O foco deste capítulo é conseguir desenhar três formas em que a teoria dos campos de ação estratégica pode contribuir com o estudo dos mercados de trabalho.

A primeira proposta busca a construção de modelos abstratos, que podem ser entendidos como tipos ideais, os quais sirvam para uma reflexão sobre os diferentes mercados de trabalho e uma análise de aspectos centrais dos campos estudados. Esses tipos serão retirados a partir de um estudo empírico em larga escala que classificou os países no mundo em diferentes estruturas de organizações das empresas. O estudo em questão tem o mérito de considerar tanto as relações com indivíduos, como com o Estado.

A segunda proposta busca entender como um trabalho empírico pode gerar um estudo do mercado de trabalho organizado no quadro da teoria dos campos de ação estratégica. A base dessa contribuição será um artigo metodológico sobre o estudo da ecologia das organizações. Apesar das distinções, o método aventado serve, em grande medida, para a aplicação na teoria dos campos de ação

estratégica. Ainda, busca-se evidenciar como outras formas de empiria podem ser utilizadas.

A terceira proposta envolve uma análise desagregada, portanto de um mercado específico, seja o de uma categoria profissional ou de uma única empresa. Essa proposta está extremamente alinhada com a segunda, partindo-se de uma análise histórica e empírica do mercado de trabalho. O diferencial está na avaliação do método de um estudo da sociologia financeira como pertinente para uma aplicação micro no mercado de trabalho a partir da teoria dos campos de ação estratégica.

Com essas três propostas pretende-se demonstrar como é possível que esse quadro teórico contribua com um melhor entendimento de um objeto de estudo tão amplo e complexo quanto o mercado de trabalho. Não se pretende realizar os desenhos de pesquisa a seguir, mas organizar três ideias que podem guiar um desenho de pesquisa relevante para estudos específicos ou amplos do mercado de trabalho. Ainda, é possível aplicar muitas dessas conclusões em outros objetos, como os mercados.

1.5.1 Proposta 1 **-** O mercado de trabalho pode ser organizado sistematicamente com base em modelos macro

Esta primeira proposta busca formas abstratas em que possa haver uma contribuição para o estudo do mercado de trabalho. Modelos abstratos podem ser muito importantes por servirem como base para tomada de decisões e comparações entre realidades distintas. A teoria dos campos de ação estratégica pode ser usada para traçar grandes relações típicas entre campos que tenham grande influência no mercado de trabalho; assim, obter modelos gerais de mercado de trabalho.

Fligstein (2001) irá realizar um desenho geral a partir da definição ideal destas características: grupos dominantes, modelo dominante do mercado de trabalho, direitos de propriedade, estruturas de governança e regras de trocas. Com essa estrutura, o autor toma a liberdade de fazer generalizações acerca de modelos que ele encontrou em países com industrialização distinta e processo político distinto, como ex-repúblicas socialistas. Também, ele determina quais grupos são incumbidos no mercado de trabalho.

— Grupos dominantes são os incumbidos do mercado de trabalho desenhado, dessa forma, as regras favorecem esses grupos e eles têm mais poder decisório no modelo. Os grupos dominantes, na análise de Fligstein (2001), serão tanto resultado, quanto fatores geradores das outras características.

— Modelo dominante do mercado de trabalho é como o autor irá entender o resultado das outras características atuando em conjunto, portanto como as relações de trabalho acontecem dado que certos atores sociais são incumbidos e são estabelecidas regras no âmbito do direito de propriedade, estrutura de governança e regra de troca.

— Direitos de propriedade são a capacidade de um indivíduo ou empresa em ser reconhecido como proprietário de um bem.

— Estrutura de governança é como o autor chama as estratégias que os grupos têm para conseguir controlar a demanda por trabalho. A estrutura de governança é um escopo analítico anterior à definição de agência de governança (Fligstein e MacAdam, 2012). Pode-se compreender que a função é parecida, o controle e estabilidade do mercado, mas há esta distinção clara, a estrutura de governança não é um ator, mas uma capacidade de um ator dentro do mercado.

— Regras de troca são as condições de mobilidade do trabalho dentro do mercado, portanto como pode ser contratado ou demitido.

A divisão de Fligstein, apesar de muito boa, pode ser alterada levando em conta algumas características levantadas por outros autores que irão qualificar o modelo dominante do mercado de trabalho. Dessa forma, pretende-se esboçar um mercado novo, que está embutido no mercado de trabalho e é de extrema relevância para a análise, o mercado de intermediação de empregos. Também, pretende-se elencar novas camadas para as regras de troca e estruturas de governança a partir da moralização dos mercados da proteção trabalhista.

De acordo com Nadya Guimarães (2005), o estudo do desemprego passa pelo mercado de intermediações de emprego. A autora destaca as agências de emprego públicas e privadas na análise de um dado mercado de trabalho. A importância desse mercado é que é estabelecido nele uma forma de negociação de elos, os quais podem levar ao emprego (Granovetter, 1974). Na análise do mercado de intermediações de emprego aqui proposta, serão consideradas, também, formas de se chegar ao emprego como através da família.

Algumas pesquisas defendem a moralização dos mercados (Fitzmaurice et al, 2020; Suckert, 2017; Mackenzie e Millo, 2003). A moralização é um processo de fortalecimento de valores não econômicos no mercado. Isso pode ser visto no estabelecimento de diferentes moedas de trocas (Zelizer, 2010), diferentes precificações (Beckert e Aspers, 2011); mas, principalmente, numa ambivalência estruturante dos mercados (Suckert, 2017), que é a forma como os mercados crescem a partir de valores econômicos e não-econômicos.

É importante atentar para a estrutura de proteção ao trabalho que um dado mercado de trabalho venha a ter. Uma série de pesquisas demonstra como a estrutura de proteção ao emprego irá afetar a forma do desemprego (Gautié, 2015; Demazière et al, 2013; Demazière, 2006; Benoît-Guilbot e Gallie, 1992). Além da capacidade de estabilização do emprego em longo prazo por uma convenção de produção, na qual o governo deve participar (Salais, 1989). Esse tipo de política está presente no grau de flexibilização do trabalho, como apresenta José Dari Krein (2007).

As regras de troca e as estruturas de governança são bem representadas pelas características já elencadas. Com o mercado de intermediação de emprego, a moralização do mercado de trabalho e as estruturas de proteção ao trabalho, muitos aspectos irão estar repetidos ou sobrepostos aos elencados por Fligstein (2001) no que concerne às estruturas de governança e as regras de troca. Opta-se, neste trabalho, por utilizar o mercado de intermediação de emprego e a moralização no desenho do mercado de trabalho ideal.

O tipo de mercado de trabalho também não parece ser uma variável pertinente nessa análise. Apesar do tipo de mercado de trabalho ser a variável final a ser analisada, ela passa por uma série de deduções lógicas em cima das outras variáveis aventadas. Opta-se neste trabalho por evitar as deduções e deixar que o próprio desenho do mercado de trabalho demonstre a estrutura geral. Assim, ao invés de qualificar um tipo de mercado de trabalho, esse será o resultado total do modelo.

As variáveis organizadas no Apêndice A são os atores sociais dominantes, o mercado de intermediação de trabalho, o grau de moralização do mercado de trabalho, a estrutura de proteção ao trabalho. As divisões de cada serão estas:

Ator dominante. Fligstein (2001) utiliza-se de diversas formas de se organizar o Estado, os trabalhadores e as empresas, podendo ser uma aliança entre dois ou

somente um dos atores sociais. Neste trabalho, será elencado um ator predominante no processo, ainda que isso não exclua a influência de outros atores sociais. Serão os trabalhadores, o Estado, o capital, os quais são investidores tanto no mercado de bens como no mercado financeiro, portanto empresas, bancos, agências financeiras.

Mercado de intermediação. Assume-se que nem sempre há a possibilidade do emprego vir dos elos, que são suas relações com a família, escola, igreja. Será adicionada a possibilidade de um mercado de intermediação centralizado em agências públicas ou agências privadas. Nesse ponto, é importante demarcar que um mesmo país pode ter ambos os mercados, mas como demonstra Guimarães (2005), diferentes setores irão usar prioritariamente uma ou outra estrutura. Assume-se a estrutura priorizada pelos incumbidos no modelo.

Grau de moralização. Será dividido em alto e baixo, logo algum grau de moralização é sempre esperado. O baixo grau de moralização envolve a predominância do que Bourdieu (1997) entende ser o *nomos* tradicional da economia, que são regras de maximização de lucros e uma racionalidade específica econômica. O alto grau de moralização envolve os valores locais interferindo no mercado de trabalho, portanto um mercado de trabalho moralizado.

Estrutura de proteção ao trabalho. Pode ser flexível ou consolidada. Apesar da flexibilização não ser uma só, como aponta Krein (2007), a finalidade dessa é o controle do mercado pelas empresas. Portanto, a estrutura consolidada é quando o controle do mercado está mediado pelo Estado ou forças como os sindicatos; enquanto a estrutura flexível é quando o poder decisório reside nas empresas. Nesse caso, não se assume a possibilidade de nenhuma capacidade decisória das empresas, mesmo na estrutura consolidada.

Com essas estruturas, fazendo uma análise combinatória, ter-se-iam 36 tipos ideais de mercado de trabalho. Esses tipos representam diferentes configurações onde diferentes grupos irão ter mais ou menos relevância. Os resultados práticos podem ser desenvolvidos longamente em uma análise de cada modelo, entretanto isso não cabe ao interesse desta investigação. Esta proposição demonstra que é possível a construção abstrata do mercado de trabalho estabelecendo as principais relações entre atores sociais nesse mercado.

Apesar da imensidão de relações possíveis, as relações entre organizações, como defendida por DiMaggio e Powell (1983) irão repetir-se. Isso quer dizer que alguns modelos serão muito mais comuns que outros. Também, podem existir

contradições difíceis de serem justificadas, como um mercado de trabalho que os trabalhadores são incumbidos e a estrutura de proteção ao trabalho é flexível. Alguns dos principais modelos serão desenvolvidos, conforme visto na Tabela 1.

Tabela 1 - Classificações da proposta 1

Economias	**Ator dominantes**	**Mercado de intermediação**	**Grau de moralização**	**Estrutura de proteção ao trabalho**
E.M.C.L.	Estado e capital	Elos e agências privadas	Alto	Consolidada
E.M.C.L.Flex	Estado e capital	Elos e agências privadas	Alto	Flexível
E.P.E.	Estado e trabalhadores	Elos e agências privadas	Alto	Consolidada
E.E.A.	Estado e empresas	Elos e agências privadas	Baixo	Flexível
E.E.	Capital	Elos e agências privadas	Baixo	Flexível
E.S.	Estado	Elos e agências públicas	Alto	Consolidada
E.B.P.	Estado	Elos	Baixo	Flexível

Fonte: O autor, 2021.

Para a análise, serão utilizadas as divisões de sistemas de negócios levantadas por Michael Witt, Luiz Ricardo Kabbach de Castro, Kenneth Amaeshi, Sami Mahroum, Dorothee Bohle e Lawrence Saez (2018). Nesse trabalho, os autores dividem as 61 maiores economias em *clusters,* em que diversas características da organização dos negócios e do capitalismo são analisadas. Os resultados foram apresentados em *clusters* ainda mais abrangentes, os quais servem de base para representar os principais modelos de mercado de trabalho.

O primeiro modelo é o de economias de mercado coordenadas e liberais (E.M.C.L.). Os autores (2018) juntam países como Áustria, Bélgica, Finlândia e Alemanha. Essas são economias com um modelo liberal, mas com algum grau de coordenação através das estruturas públicas dos mercados. As empresas têm grande influência, assim como há sólida representação dos trabalhadores. Os incumbidos, entretanto, tendem a estar representados no Estado, esse mantém uma

relação de negociação com o capital; portanto é posto uma divisão dos atores incumbidos entre o Estado e o capital.

O segundo modelo é o de economias de mercado coordenadas e liberais, mas com um grau maior de flexibilização do trabalho (E.M.C.L.Flex). Esse modelo integra os mesmos preceitos do modelo de economias de mercado coordenadas e liberais, entretanto são marcados pela aplicação de leis trabalhistas mais direcionadas, portanto mais flexíveis, o chamado *flexcurity*. A grande diferença desse modelo para o anterior é como a flexibilização do trabalho é mitigada pelo ator incumbido, o Estado, e pela moralização do mercado.

O terceiro modelo são economias periféricas europeias (E.P.E.). Esse grupo é marcado por economias do sul europeu, como França, Portugal, Itália e países da região central a europeia, como Ucrânia e Hungria. Nesses países é mais forte a presença de estruturas sindicais e leis trabalhistas fortes. Além disso, pode-se uni-los pelo bom nível de *accountability* e governança de cima para baixo. Ainda, são economias com uma boa estrutura de *welfare* garantido pelo Estado.

O quarto modelo são as economias emergentes avançadas (E.E.A.). É um grupo extremamente diverso de economias, como a Coréia do Sul, a Turquia e Israel. Nesses casos, é visto um Estado forte voltado para a manutenção das empresas privadas e uma intermediação de empregos majoritariamente privada. A proteção trabalhista é menor, o que leva a empregos menos duradouros. Nesses Estados podem existir relações mais fortes com instituições como as militares ou com corporações privadas.

O quinto modelo são as economias emergentes. As economias emergentes são outro grupo muito variado, que envolve países como Rússia, Argentina e México. São marcadas por uma maior instabilidade no emprego e uma pior divisão da renda. Há um sufocamento dos movimentos trabalhistas e a estrutura de proteção do trabalho é flexível e com grande influência das empresas. Um dos reflexos que irá demarcar essas economias são políticas predatórias, muitas vezes executadas com os interesses das empresas.

O sexto modelo são as economias socialistas (E.S.). São poucas remanescentes das economias socialistas tradicionais, os autores estão falando prioritariamente de Cuba e Venezuela, entretanto é muito importante poder trazê-las para exemplificar outro modelo abstrato. Nesse caso há uma forte preponderância do Estado, mas há um sufocamento dos movimentos trabalhistas. Ademais, são os

mercados mais moralizados da lista, considerando-se que a lógica econômica não ser a tradicional é o que mais os distingue dos outros países.

O sétimo modelo são as economias baseadas em petróleo (E.B.P.). As famosas economias do Oriente Médio que dominam o mercado internacional de petróleo. Tem como exemplos o Kuwait, os Emirados Árabes e a Arábia Saudita. Eles combinam estruturas desenvolvimentistas e predatórias de desenvolvimento. São marcados por baixa ação trabalhista, baixa proteção, mesmo dos investidores e uma grande centralização da estrutura do Estado nas famílias que são detentoras dos principais bens.

Existem algumas vantagens e desvantagens nessa forma de montar o mercado de trabalho abstratamente com a teoria dos campos de ação estratégica. Entre as vantagens há a capacidade de ter mecanismos de comparação e aproximação entre realidades macro e a possibilidade de se modelar uma estrutura nova. A principal desvantagem é evidente, muitos desses países em um mesmo modelo têm realidades distintas em seus mercados de trabalho, para dar conta das especificidades o ideal é partir para a proposição 2.

1.5.2 Proposta 2 - O mercado de trabalho pode ser organizado em sistemas menores com distintos mercados embutidos

Muitas vezes, um modelo abstrato não bastará para o estudo. Para conseguir compreender aspectos específicos de um objeto, a empiria é necessária. Não se pretende esgotar os desenhos de pesquisa, mas apresentar um que seja pertinente e sirva de exemplo de como o mercado de trabalho pode ser pensando no quadro da teoria dos campos de ação estratégica. O mercado de trabalho pode ser destrinchado em grandes mercados para uma análise empírica, entretanto há desafios metodológicos.

O maior desafio ao analisar o mercado de trabalho empiricamente a partir da perspectiva da teoria dos campos de ação estratégica está na conformação das técnicas ao modelo. Apesar de ser uma teoria com um quadro muito flexível, ela também demanda uma série de relações a serem consideradas. Isso quer dizer que qualquer metodologia empírica e proposta de pesquisa precisa, teoricamente, dão conta de disputas em múltiplas frentes.

A flexibilidade da teoria dos campos pode significar que as diferentes técnicas serão capazes de conformar de alguma maneira. Quando se aplica uma metodologia sempre irá faltar algum detalhe, mas é possível utilizar o arcabouço da teoria dos campos na interpretação dos resultados. Nesse caso, a ênfase será em estabelecer uma compreensão do universo estudado ou dados levantados como parte de disputas entre campos e dentro de campos.

Fligstein e MacAdam (2012) apontam para uma série de respostas metodológicas, dentre elas a de análise de ecologia populacional das organizações (Hannan e Freeman, 1977), a qual será alvo desta proposta. O trabalho de Michael Hannan e John Freeman foi escolhido por ser um artigo que se debruça em desafios teóricos próximos daqueles enfrentados por um estudo da teoria dos campos de ação estratégica e dos estudos de mercado de trabalho. Esses desafios são a dificuldade em se classificar e organizar redes complexas de pessoas.

Hannan e Freeman (1977) utilizam-se de um modelo de crescimento populacional dentro das organizações considerando as limitações ambientais para o crescimento das firmas e a competição no meio. Eles utilizam no modelo a equação Lotka-Volterra, a qual não interessa a esta reflexão. O mais importante é que esse tipo de crescimento populacional dentro das duas variáveis pode ser aplicado ao crescimento de organizações ligadas entre si; assim como, o crescimento de campos em um dado campo a ser estudado.

Com essa equação, os autores pretendem dar conta da competição entre organizações médias e pequenas em ecologias complexas, portanto com muitas ligações (Hannan e Freeman, 1977). A competição a ser analisada pode ser a de empresas que querem sobreviver, mas um raciocínio similar pode ser feito em qualquer situação de competição. Entendendo que um campo é voltado pelas disputas entre atores sociais, essa técnica pode ser replicada na teoria dos campos.

A aplicação da equação ocorre, no artigo, a partir e em paralelo com uma análise de história de eventos, os quais irão ser usados para definir a organização (Hanna e Freeman, 1977, p.935-936). Essa articulação entre história e empiria está alinhada com a preocupação com o desenvolvimento dos campos na teoria dos campos de ação estratégica e deve ser levada no estudo de um campo igualmente. Isso irá permitir uma compreensão mais completa de fatores não cobertos pela equação Lotka-Volterra, como as regras do campo.

Para transpor esse processo para o mercado de trabalho, propõe-se a aplicação de uma análise de história de eventos e um modelo empírico, como o utilizado por Hannan e Freeman (1977). Diversos desenhos de pesquisa podem ser feitos e adaptados à teoria dos campos de ação estratégica. O importante é conseguir cobrir o desenvolvimento histórico da disputa no campo. Para o que se propõe o uso de técnicas de ecologia social para expor a dinâmica das disputas.

Nesse caso, a competição a ser analisada é a por emprego e será possível discernir as ecologias onde a competição ocorre e os recursos a serem determinados. O que é preciso estabelecer é o grau desagregação para a análise, afinal pessoas não são organizações. Uma possibilidade é o estudo a partir das vagas, portanto das empresas e o preenchimento delas, ou assumir um grau de desagregação ao nível do indivíduo e trabalhar com os diferentes campos de que fazem parte.

Analisar empiricamente um mercado de trabalho a partir da teoria dos campos de ação estratégica, certamente, demanda flexibilidade teórica. Ainda assim, permite que sejam postos em comparação e análise diferentes formas de se pensar o objeto estudado. Para além do trabalho desenvolvido por Hannan e Freeman (1977), técnicas como a análise de sobrevivência podem dar grandes resultados se utilizadas em conjunto com uma técnica de análise histórica.

1.5.3 Proposta 3 - O mercado de trabalho pode ser desagregado para compreender mercados específicos e relações até o âmbito individual

Quando um pesquisador quer se debruçar não sobre um modelo ou um sistema, mas sobre um mercado tão específico quanto possível, ele pode precisar de ferramentas mais detalhadas para o estudo. A terceira proposta a ser explorada envolve o uso da teoria em estudos de objetos menores e abordagens mais próximas dos indivíduos. A teoria dos campos de ação estratégica permite um desenho de um mercado de trabalho específico, seja de um setor ou, ainda, de uma única empresa.

Para entender um campo específico opta-se pelo que Fligstein e MacAdam (2012) vão classificar como abordagem realista. Nesse caso, o interesse está em um objeto particular, o qual é um mercado de trabalho específico. Pode ser a estrutura de progressão e coordenação em uma empresa, pode ser a oferta de vagas e força

de trabalho em uma categoria dentro de uma cidade, estado ou mesmo um país. O esforço é em demonstrar e explicar a dinâmica do campo para que ele seja mais bem compreendido. É um esforço analítico.

Fligstein e MacAdam (2012) optam por elencar alguns trabalhos para exemplificar o modelo da teoria dos campos, dos quais um chama a atenção. Apesar de ser um estudo voltado para outra questão, serve como um bom exemplo de metodologia para a construção de um estudo do mercado de trabalho com base na teoria dos campos de ação estratégica. A escolha desse estudo foi tanto pela qualidade do artigo resultante, como pela dupla abordagem do autor na construção do campo de interesse dele.

O texto em questão é de Zorn (2004), que apresenta um estudo sobre a seleção de cargos de comando em grandes empresas nos Estados Unidos. A principal ênfase está no surgimento do cargo de CFO[7] dentro da estrutura de organização dessas firmas. O autor levanta dados de 400 empresas entre 1963 e 2000. Ele utiliza esses dados em conjunto com os processos históricos ocorridos na organização das firmas para entender os principais pontos de inflexão e as mudanças no campo a partir da perspectiva de quem coordena as firmas.

O foco do autor está na construção do campo empresarial. Na pesquisa em questão, os CFOs surgem como uma resposta das empresas a novas regras regulatórias no mundo empresarial (2004), e ganham bastante relevância social no meio. Eles certamente não são os únicos incumbidos, há outros cargos com grande poder decisório, mas com o aumento da importância do mercado financeiro, eles ganham ainda mais relevo, consolidando o lugar de incumbido.

Zorn (2004) cobre diversas frentes para a explicação do campo de escolha dele. A descrição dos processos históricos ajuda a demonstrar o processo de crise e contenção do campo, seguindo-se para a estabilização posterior. Ao apresentar os dados, após a apresentação das mudanças históricas, ele não somente reforça o argumento, como demonstra os pontos de inflexão mais importantes para a dinâmica do campo. Com o foco nos CFOs, o autor não deixa de traçar a relação desses com os principais atores sociais do meio financeiro.

A partir do exemplo de Zorn (2004) é possível compreender uma forma muito relevante para analisar um mercado de trabalho de forma mais específica e realista.

[7] *Chief Financial Officer*

Para tanto, é preciso que exista um bom conhecimento dos processos históricos passados pelo campo e dos principais atores sociais envolvidos. Como feito pelo autor, pode-se escolher trabalhar um cargo específico, mas pode ser um setor ou uma empresa. A análise histórica, juntamente com a apresentação de dados, servirá para entender os processos passados pelo campo.

Os processos do campo irão importar por estas duas razões. Eles levam ao reconhecimento de pontos de inflexão, onde as regras devem ficar claras. Isso ocorre porque durante o ponto de inflexão um campo arrisca ficar em crise e um episódio de contenção é iniciado, dessa forma é possível verificar as principais regras sendo defendidas, as quais são as principais regras do campo. Por outro lado, um campo pode não conseguir manter as regras antigas, o que leva a segunda razão.

Quando um campo sai de um episódio de contenção ele irá se restabelecer. Ao estudar um campo que está se restabelecendo, será possível analisar as regras e os atores sociais em disputa. Mantendo-se o estudo até um momento de estabilização, será possível ver quais atores sociais venceram, portanto que se tornaram incumbidos, e quais regras foram as estabelecidas. Assim como é possível ter uma ideia de quem são os desafiantes e agentes de governança.

Utilizando-se do trabalho de Zorn (2004) como exemplo, pode-se ver que uma estrutura semelhante pode ser usada para aplicar a teoria dos campos de ação estratégia no estudo dos mercados de trabalho. Dessa forma, importa um estudo do histórico do campo, seja de fontes primárias ou secundárias; e um estudo das relações dentro do campo. É claro, diversos métodos podem ser aplicados; entretanto, para a teoria dos campos de ação estratégica, é importante dar conta dessas duas frentes, o histórico e as relações do campo.

1.6 Como fazer e fazer o quê?

Estudar o mercado de trabalho a partir da teoria dos campos de ação estratégica é mapear as relações construídas entre atores sociais em um determinado ambiente de competição e processo histórico. Isso demanda que seja feita uma série de suposições e se estabeleçam parâmetros para a análise do objeto. Esses irão levar a um estudo robusto capaz de gerar boas explicações para certos fenômenos ou modelos para guiar ações sociais.

Para evitar um “trabalho de Sísifo”, deve-se elencar, a partir da reflexão feita, os principais aspectos a serem atentados e as principais estratégias que podem ser executadas. Essas características irão ser usadas na pesquisa deste trabalho assim como podem ser utilizadas em outras pesquisas sobre o tema em questão. Elas advêm de uma perspectiva da sociologia econômica, mas interpretam o objeto como sendo campos, os quais são espaços de disputas simbólicas entre atores sociais.

A economia é resultado das relações entre indivíduos, e essas devem ser evidenciadas no estudo. O mercado de trabalho não é somente um estudo da disposição de vagas e força de trabalho, mas o estudo da relação entre indivíduos que buscam sobreviver em uma sociedade centrada no trabalho. Ou seja, um estudo de mercado de trabalho deve evidenciar como essas relações estão dispostas e como elas são operacionalizadas pelos atores sociais. O aspecto relacional é de onde irá surgir o dinamismo do campo estudado.

Os campos devem ser dispostos de forma que se relacionem entre eles mesmos. Mesmo um campo pode ser formado por diversos outros campos. Nesse sentido, um ator social pode ser um indivíduo, mas pode ser um campo. Ao atentar para a disposição dos campos, pode-se buscar os incumbidos, os desafiantes ou os agentes de governança, os quais demonstrarão diferentes características daqueles campos. O desenho de um mercado de trabalho será formado por uma série de campos e suas várias relações e dinâmicas.

O estudo deve unir empiria e análise histórica para dar conta da formação dos campos e de suas dinâmicas. Diferentes metodologias podem ser utilizadas nesse sentido. Ainda que nenhuma delas vá dar conta da multiplicidade de fatores que a teoria dos campos de ação estratégica demanda. O que é possível ser feito é utilizar estudos de caso para testar aspectos críticos da teoria ou explicar fenômenos específicos que possam gerar especial interesse. Isso pode ser feito no âmbito micro ou macro,

Com isso, pretende-se utilizar esses aspectos para dar conta da questão: quão o desemprego, enquanto campo embutido no mercado de trabalho, aproxima-se em termos teóricos do trabalho flexível.

2. DESEMPREGO E INFORMALIDADE

2.1 Os campos do mercado de trabalho

Estudar um objeto sociológico no quadro teórico dos campos envolve entender a dinâmica de forças desenvolvidas historicamente pelos atores sociais envolvidos. Os campos surgem de condições históricas específicas, nas quais indivíduos e organizações tendem a ganhar influência e proeminência em uma disputa específica e pertinente ao campo. No caso do mercado de trabalho, o que é disputado é a colocação em um emprego, um salário, *status* social e a capacidade de se manter uma vida estável e digna na sociedade moderna.

O campo do mercado de trabalho é central para entender a sociedade moderna. O emprego, enquanto ocupação formal de um indivíduo, é uma das principais estruturas que organizam a vida contemporânea. A partir dele, há uma importante determinação da identidade e do lugar em que o indivíduo irá ocupar nos estratos da sociedade. Dentre as inovações que irão permear esse fenômeno, destaca-se o contrato de trabalho como forma de gerar previsibilidade à sociedade moderna.

O desemprego, por outro lado, é um fenômeno que vai depender da existência do emprego. Se anteriormente falava-se em vagabundos e indigentes; na sociedade moderna, o marginalizado será aquele que não tem um emprego. O desemprego não é, também, um fenômeno único. Indivíduos irão vivenciar o desemprego de diversas maneiras, as quais dependem fortemente da estrutura estatal[8]. Aspectos como a duração do desemprego ou a capacidade de retornar para um emprego mais ou menos flexível irão estar vinculados à existência ou não de um *welfare state.*

No Brasil, o processo que irá consolidar o campo mais recente se deu a partir da Constituição Federal de 1988. A partir da década de 1990 irá ocorrer um importante debate sobre o estabelecimento do *welfare state* brasileiro, da dinâmica

[8] Como será visto posteriormente neste capítulo, o tipo de desemprego que um indivíduo pode incorrer, se de longa-duração, se intermitente ou outro, irá depender de políticas que consigam estabilizar o emprego.

de empregos e as disputas entre uma lógica social e uma lógica econômica[9] na organização dos empregos dentro da até então recente formulação do Estado brasileiro. Essas disputas estarão postas na própria formação do Estado e podem ser percebidas na dinâmica das leis e medidas que irão afetar o mercado de trabalho.

A partir de 2008 dá-se início a uma crise econômica global, a qual reflete fortemente no Brasil em 2014. A crise econômica afeta diretamente o campo do mercado de trabalho e seus campos embutidos. Os atores sociais envolvidos são levados a uma lógica de contenção[10], a qual evidencia as disputas e normas do campo antigo. A análise desse momento evidencia as regras mais fortemente defendidas, portanto mais importantes para o campo. Interessa a este trabalho saber quais são essas regras e seus efeitos no campo do desemprego e o emprego informal.

A sociedade moderna passou por diversas mudanças e tem características próprias em cada região. No Brasil, é possível defender que há uma importante mudança na lógica administrativa do Estado em curso a partir de 2016, e que essa mudança está afetando a organização dos empregos de forma a reafirmar a lógica do trabalho flexível. Essa mudança, como será argumentado, é parte de um processo de contenção. Portanto, é possível aproveitar o que está em jogo no momento de crise para se iniciar uma análise dos campos e das relações.

2.2 Formação dos campos

Pensar o emprego e o desemprego é um esforço que demanda a delimitação de ambos os campos ainda que estejam altamente vinculados e embutidos no mesmo campo maior, o mercado de trabalho[11]. A definição dos limites e do

[9] Ambas lógicas estão inseridas no debate da moralização apresentado no primeiro capítulo. Nesse sentido, a lógica social envolve o aspecto intrínseco de uma sociedade e a lógica econômica é a que tem pretensões universalizantes. A moralização de uma sociedade é a preponderância de valores intrínsecos dentro do sistema dual dos campos econômicos.

[10] Como apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, a contenção ocorre durante a crise e permite modificações das regras do campo contanto que essas mudanças sejam voltadas para a manutenção ou retomada da estabilidade.

[11] Opta-se por uma interpretação de que são campos distintos para melhor demarcar que há tanto uma meta diferente na disputa dos atores sociais, como uma lógica diferente. Nesse sentido, ambos os campos, o desemprego e o emprego formal, estão embutidos no campo maior do mercado de trabalho.

funcionamento dos campos do emprego e do desemprego a partir dos processos históricos envolve uma análise dos atores e das disputas entre os participantes; as quais são o enfoque deste trabalho e ganharão destaque.

O surgimento do trabalho assalariado na modernidade é o ponto chave para se compreender a estabilização do campo do emprego na história e, posteriormente, no Brasil. As mudanças no mercado de trabalho irão afetar tanto a lógica do emprego, como a lógica da sociedade. Uma sociedade pautada pela servidão ou pela tutela terá uma relação com o trabalho diferente de uma sociedade centrada no trabalho assalariado. A modernidade e a dinâmica do trabalho assalariado afetaram, inclusive, a própria noção de *status* na sociedade.

O campo do desemprego irá surgir e se estabilizar em meio aos mesmos processos em que o trabalho assalariado está envolvido. Se anteriormente falava-se em vagabundagem, com a modernização das relações de trabalho e a predominância do trabalho assalariado, passa-se a ser mais importante falar em desemprego. Não obstante, o desemprego não é um fenômeno simples, tendo distintas ocorrências na sociedade, como o desemprego recorrente ou o desemprego de longa duração.

O campo do emprego no Brasil é marcado por um processo de idas e vindas ao que se refere à aplicação de políticas de estabilização do mercado de trabalho no país. O principal marco desse processo de estabilização está na Constituição Federal de 1988, a qual estabelece diversas medidas de proteção social que irão estabilizar o emprego. Não obstante, a partir do fim da década de 1990, há uma flexibilização da estrutura trabalhista e intensificação de modelos privados de *welfare.*

O campo do desemprego no Brasil tem diversas peculiaridades advindas do seu processo histórico nacional. Igualmente ao emprego no Brasil, o desemprego também é intensamente afetado pelas disputas das políticas do trabalho no país, as idas e vindas à flexibilização do trabalho. A dinâmica do desemprego no Brasil foi consolidada com diversas idas e vindas também em relação as leis de proteção trabalhista, além da imensa desigualdade, de forma que se tem grande relevância para o emprego informal no país.

O mercado de trabalho brasileiro passa por um momento de crise, a qual foi justificativa para a Reforma Trabalhista de 2017. Os processos desenvolvidos a seguir são os responsáveis pelas idas e vindas na estabilização desse campo a

partir das reformas da Constituição Federal de 1988 e que vigorou até a Reforma de 2017. A importância da descrição dessa dinâmica no campo do mercado de trabalho está na compreensão da base da disputa que ocorreu em 2017 e das mudanças imprimidas pelo Governo desde então.

2.2.1 Emprego

Robert Castel (1995) sustenta que houve um longo e conflituoso processo de estabelecimento do trabalho moderno, entre meados dos séculos XIV e XVIII. Antes desse modelo moderno, a questão social relacionada ao trabalho é posta na condição de tutela, em que havia uma grande dependência entre as classes trabalhadoras das classes superiores.

A partir do século XIX, a sociedade, que já era industrial, viu o surgimento de novos padrões sociais, mas também a ameaça destes mesmos. Com as indústrias, o trabalho assalariado tornou-se a regra, mas de forma individualizada, portanto sem proteção social. Aqueles impedidos de trabalhar por qualquer razão entravam em situação de vulnerabilidade social. Não se tratava de um problema social novo, mas de uma incapacidade desse novo modelo de trabalho em resolver uma questão antiga.

Entre uma lógica estritamente econômica do trabalho e um espaço de atuação política; há uma ausência, a qual Castel chama de questão social. Como desenvolvido, a questão social cobre os indivíduos que ficaram a margem do sistema industrial. Após longas lutas trabalhistas, surge o Estado Social[12], o qual irá ajudar a equilibrar o mercado de trabalho e cobrir o abismo entre a lógica econômica e a jurisdição política. Na conjuntura do trabalho global, uma série de avanços trabalhistas ocorreu em diversos países, como Inglaterra ou EUA. No caso brasileiro, houve o estabelecimento de direitos trabalhistas a partir da Era Vargas. É uma época marcada, inclusive, por uma forte ação sindical[13].

Atrelam-se à questão social novas expectativas em relação à vida na sociedade. Apesar dos avanços, a mudança na organização da sociedade irá

[12] Nesse ponto está sendo utilizado a nomenclatura de Robert Castel, *L'État social*, o qual está vinculado às garantias sociais advindas do Estado, portanto intimamente ligado à ideia do *Welfare State,* que será utilizado por outros autores.

[13] O estabelecimento dos direitos trabalhistas e dos movimentos sindicais está desenvolvido em trabalhos consagrados brasileiros (Werneck Viana, 1999; Santos, 1979).

modificar a estrutura do trabalho assalariado em prol da preponderância do *status* (Castel, 1995). Sendo o assalariamento a norma, a distinção deixa de ser feita somente a partir do trabalho que se tem ou cargo que se ocupa, mas também a partir do que se consome. Isso gera demandas que irão seguir organizando o trabalho fora de uma lógica estritamente econômica e atrelando, largamente, a capacidade se estar consumindo bens de valor elevado; também, vinculado ao salário e ao *status* do emprego.

Acerca da dualidade percebida por Castel sobre uma lógica do trabalho estritamente econômica e o campo político, é possível referir-se à tese de Karl Polanyi (2012) sobre o desincrustamento da economia na sociedade e entender a manutenção de sua relevância no modelo observado por Castel. Dessa forma, pensar a lógica do trabalho enquanto estritamente econômica, portanto desincrustada, leva a uma força contrária aos avanços sociais do século XX. Castel defende que o direito de ter um emprego, acesso à educação, acesso a um sistema de saúde e de seguridade social não foram estabelecidos plenamente (1995, p. 406 e 407).

O campo do emprego foi estabelecido na sociedade industrial e passou por várias crises, entretanto há uma sobrevivência do Estado Social (Castel, 1995) ainda que constantemente questionado por ciclos de pensamento liberal. É preciso lidar com um individualismo negativo, em que se culpabiliza o indivíduo. Essa lógica é a base da argumentação de um pensamento neoliberal atual que defende o fim dessas estruturas, no que se convenciona chamar de flexibilização do trabalho.

O trabalho assalariado ainda é um paradigma do campo do trabalho, apesar das diversas disputas internas que ocorreram historicamente. A flexibilização se dá a partir das crises nesse sistema de empregos. O trabalho assalariado ainda tem grande relevância, mas é importante perceber que se ruma a uma nova organização do trabalho. Por exemplo, um dos principais pontos da flexibilização do emprego é a centralização das decisões sobre emprego na empresa e sem o Estado como intermediador (Krein, 2007).

2.2.2 Desemprego

Filas de desempregados não são uma imagem incomum pelas cidades. Uma vaga em um mercado ou em uma loja, por vezes, move dezenas de pessoas para

uma entrevista. O desemprego é parte do mercado de trabalho, mas uma parte com muitas especificidades. O campo do desemprego é parte do campo do mercado de trabalho e tem diversos elos com o campo do emprego, o qual representa a finalidade do desempregado; dessarte dissociar ambos os campos não é fácil, mas possível e necessário para esta dissertação.

Diversos trabalhos apontam que o desemprego deve ser estudado como trajetória do indivíduo (Gautié, 2015; Guimarães, 2009; Demazière, 2006). O desemprego não é recorte estático da sociedade, mas sim um dado atrelado ao desenvolvimento da vida profissional. Guimarães (2002) defende que estudos do desemprego precisam atentar para a significação subjetiva tecida individualmente ao longo da trajetória no mercado de trabalho e a construção social e normativa do desemprego.

O desemprego é um fenômeno mais vinculado a uma construção social que às capacidades individuais (Demizaère, 2006; Guimarães, 2002). A construção social e normativa do desemprego é a melhor forma para delimitar o campo. Essa construção envolve as políticas públicas e entendimentos jurídicos do desemprego. Envolve, também, as diferentes estruturas sociais que dão significado à trajetória do desempregado, como o *status* social ou as formas não públicas de se conseguir um emprego.

O desemprego pode não necessariamente levar à miséria, mas isso não significa que a condição de desempregado não leve a diversos tipos de riscos, especialmente em segmentos sociais vulneráveis (Caleiras, 2008, p. 2). A trajetória do desempregado resulta em danos pessoais de diferentes ordens, assim como danos sociais igualmente amplos. A vivência do desemprego leva a uma deterioração financeira, por findar uma fonte de renda, e questões subjetivas, como uma crescente insatisfação em relação à insegurança no mundo do trabalho.

O tipo de política pública para o trabalho em um Estado afeta a duração do desemprego. Por exemplo, entendeu-se o desemprego de longa-duração (Benoît-Guilbot e Gallie, 1992) como o principal tipo de desemprego que preocupava os governos europeus. O argumento era que havia uma sobreposição de indivíduos desempregados devido à demasiada duração do tempo de desemprego.

O desemprego de longa duração pode não ser um problema, por outro lado. Ele tende a ocorrer em países onde há políticas que permitam um indivíduo procurar emprego por mais tempo, como a de seguro desemprego. Dessa forma, um

desemprego mais longo significa uma melhor chance de se colocar no mercado em um cargo apropriado à formação própria.

No caso brasileiro há algum grau de proteção ao desempregado, mas há uma alta taxa de emprego informal, o qual não é abarcado por essa proteção. Nesse caso, pode-se falar no desemprego recorrente (Guimarães et al, 2013), em que há uma grande variação entre o estado de empregado e desempregado.

Diversas estratégias de combate ao desemprego podem ser tomadas; essas estratégias representam a forma como o indivíduo percorre a trajetória do desemprego e disputa o campo. Dentre as estratégias, Jorge Caleiras (2008) elenca algumas principais: a restrição de despesas pessoais; o uso de recursos passivos públicos, no caso brasileiro, o Seguro Desemprego; a busca por políticas públicas ativas de colocação no mercado, como o SINE (Sistema Nacional de Emprego Geral); a ajuda da família; os serviços domésticos remunerados ou não.

O desemprego é uma condição de desvalorização e anormalidade em uma sociedade em que o emprego é a norma de referência (Demazière, 2006, p.86). O campo do desemprego acaba por ter como principal meta sair do desemprego. Ainda assim, não basta simplesmente sair, a disputa dentro do desemprego é por um emprego específico dependendo do grau de vulnerabilidade social de quem procura. Um indivíduo pode deixar de ser desempregado, também, tornando-se desalentado ou um empregado precário[14].

O desenvolvimento da sociedade industrial que modificou o trabalho também irá modificar a compreensão do desemprego. Diversos autores (Gautiè, 2015; Demazière, 2006; Freyssenet, 2004; Castel, 1995) apresentam como a imagem do marginalizado social foi se modificando, sendo compreendido como vagabundo ou indigente em ordenamentos anteriores, portanto antes de ser visto como desempregado.

No campo do desemprego, estuda-se a trajetória de indivíduos que vivem uma realidade de insegurança social e disputam por empregos e/ou outras formas de se manter em uma sociedade que tem centralidade no trabalho assalariado. A estabilização do campo pode ter múltiplas compreensões, como o desemprego de longa duração, típico dos países nórdicos; ou o desemprego recorrente, típico do

[14] O trabalho precário, via de regra, estaria embutido no campo do trabalho; entretanto, e é parte do argumento desta dissertação, esses profissionais estariam vinculados a ambos os campos, portanto compondo um espaço nebuloso no campo de mercado de trabalho.

Brasil. Construções sociais distintas irão transformar-se em diferentes vivências do emprego e do desemprego.

2.2.3 A questão das proteções sociais no Brasil recente

Para entender o campo do emprego no Brasil é preciso olhar para as políticas públicas em relação ao emprego e para a dinâmica econômica do país. No Brasil ocorreram diversas mudanças históricas que afetaram as condições do trabalhador. Interessa a este trabalho analisar o processo de estabilização do campo recente, que ocorreu a partir da Constituição Federal de 1988. Vale ressaltar que a conjuntura passada do país afeta os resultados dessa estabilização, entretanto é possível compreender 1988 como um ponto de inflexão.

Sonia Draibe (2007) chama o modelo de Estado social no Brasil de *welfare* desenvolvimentista brasileiro. O modelo brasileiro compreende este tripé: a provisão pública universal da saúde, da educação e da assistência social voltado para as camadas mais pobres; programas de seguridade social e outros fundos de contribuição obrigatória; e ação do terceiro setor, das ONGs e da filantropia.

A autora defende que os anos 1990 foram marcados pela expansão dos direitos trabalhistas a partir da Constituição Federal de 1988. Na primeira metade dos anos 1990 houve a expansão dos direitos sociais e do sistema de proteção social, o que ocorre no campo estatal, pois são ações públicas. Na segunda metade dos anos 1990, os principais avanços foram feitos sob a lógica neoliberal marcada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Apesar de haver algum grau de contradição com a ideia de expansão dos direitos sociais; houve, nesse período, uma tendência a privatizações e um aumento nos gastos sociais sustentados por pressão fiscal (Draibe, 2007, p.266).

José Dari Krein (2007) entende que a segunda metade dos anos 1990 significou uma vitória para a flexibilização do emprego a partir do avanço do controle do mercado de trabalho no setor privado. O autor argumenta que há esta ambivalência nesse processo de flexibilização: há avanços no direito do trabalho, a partir da Justiça do Trabalho; contudo há processos de flexibilização, como a introdução das Comissões de Conciliação Prévia (CPPs), que desloca dos espaços públicos para os privados a solução dos contenciosos trabalhistas (Krein, 2007).

Nos anos 2000 houve uma série de idas e vindas no processo de flexibilização. José Dari Krein e Magda de Barros Biavaschi (2015) apresentam várias dessas medidas. Entre as elas há, por exemplo, as que aumentam o nível de proteção, o estabelecimento do Micro Empreendedor Individual (MEI) em 2009, que ajuda a formalizar muitos trabalhadores. Entre as mediadas de potencial flexibilização, há a lei 11.101\2005, em que se reduz a proteção aos trabalhadores de uma empresa falida.

O MEI também é citado, juntamente ao SIMPLES, por Adalberto Cardoso (2016) como políticas responsáveis por reduzir o grau de informalidade nos pequenos empreendedores. Dessa forma, ele dá acesso à previdência social e, no caso das mulheres, à licença maternidade. Outro ponto destacado por Cardoso é o aumento do salário mínimo sem afetar o índice de formalidade.

2.2.4 A questão econômica no Brasil recente

Em termos econômicos, os governos do PT (2003 a 2016) foram marcados por ações desenvolvimentistas que combinaram crescimento econômico sustentado com reestruturação produtiva e distribuição de renda (Pratz, Fritz e Paula, 2017, p.211). O desenvolvimentismo é um pensamento político e econômico baseado nos estudos de desenvolvimento da década de 1950 na América Latina (idem, p.189). Envolve tanto uma série de propostas de políticas públicas, como um conjunto de ideias que são usados para interpretar o mundo.

O aumento do consumo das famílias nesse período aliado à expansão do crédito foi um fator importante do crescimento econômico sustentado. Entre 2004 e 2008, o Brasil conseguiu taxas de crescimentos sensíveis a partir do consumo doméstico (ibidem). Com a crise 2008, inicia-se uma série de desafios à economia brasileira que irão refletir em uma crise adiante, entretanto os efeitos da crise foram mitigados nos primeiros anos no Brasil. A desaceleração só começou após 2010, dando em uma recessão econômica intensa entre 2015 e 2016 (Prates, Fritz e Paula, 2017; Paula e Pires, 2017).

Durante os anos de governo do PT, também, houve uma acentuada redução da desigualdade, com destaque a um aumento da participação dos salários na renda total (Prates, Fritz e Paula, 2017). A redução da desigualdade somada à redução da

taxa de pobreza representam uma melhora na condição de vida do brasileiro. Essa melhora significa que o indivíduo fica menos vulnerável no mercado de trabalho.

Uma das bases do desenvolvimentismo é a busca por uma mudança estrutural; entretanto, José Luis Oreiro e Carmen Feijó demonstram uma perda relativa de importância da indústria no PIB brasileiro entre 2004 e 2009 (2010, p.230). Portanto, a crise de 2008 não pode estar diretamente vinculada a isso. Destaca-se que se trata de uma queda relativa da participação, houve um aumento total da participação da indústria no PIB e no emprego até 2010. O aprofundamento da crise ocorreu a partir de 2015 por uma relação de políticas contracionistas e choques exógenos (Paula e Prates, 2017), na qual a Crise de 2008 tem grande relevância.

2.2.5 Dinâmicas do emprego e desemprego no Brasil histórico

O campo do emprego no Brasil estabilizou-se durante a década de 1990 e início do século XXI, em um modelo desenvolvimentista com idas e vindas nas políticas que aumentaram a função do Estado como mediador das relações de emprego. O campo de emprego entra em crise a partir de 2015. Decorrem da crise disputas, as quais grupos à direita venceram, demonstrado pelos termos de flexibilização do emprego da Reforma Trabalhista de 2017. Essa reforma foi responsável por uma profunda modificação campo do emprego no país.

A inexistência de um *Welfare State* abrangente que permita a manutenção no desemprego por muito tempo no Brasil levou a dois fenômenos importantes. O trabalhador que não consegue ficar muito tempo buscando um emprego termina aceitando empregos mais precários e salários mais baixos. Ainda, o trabalho precário é menos estável e o trabalhador termina retornando ao desemprego diversas vezes, no que é visto como desemprego recorrente, que é muito presente no Brasil (Guimarães et al, 2013).

No Brasil, houve diversos movimentos que pressionaram para a implementação de legislação trabalhista e leis de proteção ao emprego. Pode-se citar, com especial atenção, o período Vargas, marcado pelo trabalhismo (Castro Gomes, 2005), em que as pautas dos movimentos trabalhistas anteriores foram absorvidas pelo Estado. Esse fenômeno foi muito importante; pois, no Brasil

varguista, inaugura-se uma percepção de que a cidadania estava vinculada ao trabalho formal, o qual era fonte dos direitos cidadãos (Santos, 1979).

A modernização do país não significou uma ruptura com o passado. As elites agrárias seguiram sendo representadas na Primeira República e após 1930, ainda que tenham perdido centralidade na representação do poder, mantiveram-se extremamente influentes. Houve a preservação da estrutura do trabalho no campo, ao menos até 1964, e não houve distribuição efetiva de terras. Consequentemente, a modernização ocorreu nos centros urbanos e sob o controle do Estado, uma modernização de cima para baixo (Reis, 1982).

Apesar do contexto interno e externo que viabilizou as políticas trabalhistas no Brasil, o primeiro programa de seguro-desemprego no país só surgiu em 1986 como resposta a uma importante crise econômica (Silva, 2020). No mais, a consolidação de políticas de proteção ao emprego só aconteceu após o estabelecimento da Constituição de 1988. Especialmente, em 1990 com a regulamentação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT).

2.2.6 Dinâmicas do emprego e desemprego e a informalidade

Ao analisar o desemprego no Brasil é importante atentar para a grande quantidade de vínculos empregatícios informais. A informalidade foi apresentada por Hirata e Humphrey (1986) como uma saída para indivíduos que perderam o emprego e precisavam sustentar a família. No Brasil, além da importância da transição do desemprego para a informalidade, é visto em São Paulo dos anos 2000 uma notável taxa de transição entre atividade e inatividade (Demazière et al, 2013).

A informalidade envolve uma série de diferentes realidades. Dentre elas, talvez as mais pertinentes para o país, há o assalariado fora do sistema de proteção social e o autônomo que não contribui com a previdência social, portanto está igualmente fora do sistema de proteção social. Essas situações decorrem da necessidade de indivíduos em arrumar meios de subsistência em uma ordem social baseada em mercadorias (Cardoso, 2016, p.328).

É possível aprofundar na dinâmica da informalidade e a relação com o desemprego, de forma a complexificar o que, por vezes, é posto em uma ótica simplista de que o trabalho informal é uma reserva de força de trabalho da

formalidade. Isso é falso e há uma série de argumentos demonstrados por Cardoso (2017; 2016), alguns dos quais serão expostos a seguir. Ainda, esses contra-argumentos servem como forma para entender o mercado informal brasileiro, portanto a exposição serve a esses dois propósitos.

- Uma parte considerável do trabalhador informal mais velho não irá ser formal a partir de mudanças na oferta de empregos. Isso ocorre em parte por conta da falta de qualificação desses trabalhadores; mas, também, pela falta de interesse, que decorre de uma visão positiva, como em ser seu próprio chefe, mesmo que indique menos recursos financeiros.

- O jovem, por vezes, opta por largar a educação em busca de trabalho. Esse fenômeno ocorre em parte pelas necessidades da vida do jovem; mas, como o trabalhador mais velho, pode haver o entendimento de que ele irá se sair melhor na informalidade. Essa percepção torna a passagem muito difícil, pois ele deixa de ter a qualificação e, ainda, não terá o interesse.

Esse nível de informalidade dificilmente irá afetar desemprego como descrito acima, pois não se trata de um emprego informal que é aceito por falta de opção. Com o seguro-desemprego, esse tipo de fenômeno tornou-se menos intenso, dado que o seguro-desemprego permite que o trabalhador procure por emprego por mais tempo. Ainda assim, períodos de recessão e situações específicas que possam deixar o indivíduo desempregado por mais tempo e levando-o a ser pressionado a arrumar um emprego, podem levá-lo à informalidade.

O *status* do último emprego do indivíduo, nesse ponto, é uma importante variável, ao analisar as chances de conseguir outro emprego. No caso brasileiro, esse efeito se reduz conforme a duração do desemprego aumenta (Moreira et al, 2017). Esse fenômeno está vinculado à propensão do indivíduo em ir para a inatividade e a chance de se achar um emprego melhor caso consiga procurar por mais tempo. Essa perda de efeito não reduz a importância da informalidade, mas reafirma a importância das políticas para o desemprego.

Em termos de efeito no mercado de trabalho como um todo, a informalidade afeta mais intensamente os dados de entrada no desemprego, enquanto o emprego formal afeta mais os dados de entrada no emprego (Moreira et al, 2017; Zylberstajn e Portela, 2016). Não se pode falar em causalidade a partir dos dados levantados pelos autores. O que se infere é a complexidade da dinâmica do mercado de

empregos no Brasil. Especificamente, o maior peso relativo da informalidade para a entrada no desemprego e da formalidade para a saída.

Outros fatores que modificam a dinâmica do desemprego são a escolaridade e a idade e gênero. A escolaridade aumenta as chances de um indivíduo conseguir um emprego formal e reduz as chances de saída do desemprego para o emprego informal ou para a inatividade. Os mais novos apresentam uma maior variação entre emprego e desemprego (Reis e Aguas, 2013). A transição do desemprego para a inatividade ou para o emprego informal é maior para as mulheres (Reis e Aguas, 2013; Hirata e Humphrey, 1986).

O desemprego no Brasil tem como maior diferencial a importância do emprego informal, o qual é base de importantes distinções entre o mercado de emprego brasileiro e outros, como o norte-americano, conforme apresentado por Moreira, Foguel e Corseuil (2017). Os fluxos de transição entre o emprego informal e o desemprego, conforme foi apresentado em algumas pesquisas (Moreira et al, 2017; Zylberstajn e Portela, 2016), indicam uma relação de proximidade entre ambos os campos no Brasil.

2.3 Crise e contenção

O momento de crise tem a vantagem de exacerbar os projetos em disputa, a finalidade do campo e os atores sociais envolvidos. Para tanto, deve-se observar os processos de contenção, os quais irão indicar os atores e seus interesses. A crise colocada no mercado de trabalho envolve uma crise econômica geral brasileira, advinda de fatores exógenos e endógenos. Para entender o período de crise no campo do mercado de trabalho é preciso traçar os fatores da crise econômica e como ela irá se dar.

A crise de 2008 não teve, inicialmente, graves efeitos no Brasil. O presidente Lula da Silva conseguiu contornar esses efeitos com medidas econômicas social-desenvolvimentistas [15], que já vinham desde 2006, e medidas anticíclicas direcionadas. Esse contorno do período Lula ocorreu com uma série de instrumentos econômicos, dentre eles: reforço da liquidez do setor bancário, linha de crédito para

[15] Para Ricardo Bielschowsky (2012) o social-desenvolvimentismo envolve uma série de estratégias de crescimento do mercado doméstico a partir da melhoria da distribuição de renda e a expansão do emprego.

exportação, intervenções do Banco Central no mercado cambial, estímulo à expansão do crédito a partir de bancos públicos. O que destoou da política expansionista foi a manutenção de juros altos (Paula e Pires, 2017, p.127).

A partir de 2011 ocorre um período com um modelo econômico chamado de Nova Matriz Econômica, a qual envolvia um desenvolvimento a partir da isenção fiscal. A Nova Matriz Econômica foi nomeada por Guido Mantega para indicar um ensaio desenvolvimentista. Esse modelo envolve a redução da Selic, desvalorização cambial e isenções fiscais. Luiz Fernando de Paula e Manuel Pires (2017) defendem que, apesar da necessidade de política fiscal anticíclica, essa veio atrasada e foi mal comunicada aos agentes.

Em 2015, o governo assume uma postura mais ortodoxa em busca de ganhar confiança, entretanto o efeito do ajuste foi baixo ao se considerar a redução de receitas. Conjuntamente com uma série de outros fatores, como a desvalorização da moeda, aumento da Selic, crise hídrica, dá-se início a uma intensificação da recessão. A recessão junto a uma alta taxa de juros, que demorou a ser reduzida, levou ao que pode ser chamado de *credit crunch*[16] (Paula e Pires, 2017)

O *credit crunch* é parte de uma crise minskyana em que há um grande número de agentes crescendo a partir de uma postura especulativa que cria uma fragilidade financeira. No caso brasileiro, entre 2013 e 2016, havia uma grande quantidade de companhias abertas cuja geração de caixa não superava as despesas financeiras. O ajuste contracionista operado em 2015 acabou sufocando financeiramente as empresas brasileiras, o que, em conjunto com o endividamento das famílias, acabou afetando o crescimento do país (idem).

Luiz Carlos Bresser-Pereira (2018) reconhece a ampliação e o fortalecimento de uma classe rentista profissional, no bojo da financeirização, que não tem compromisso com o desenvolvimento do país e nem o bem-estar da população. Essa classe tem grande participação, tomando a liderança das empresas e, mesmo, chegando a cargos importantes da administração pública. Ainda, essa classe detém uma parte significativa da dívida pública do Estado e tem grande influência política.

André Singer (2015) defende que há uma deterioração política do governo Dilma Rousseff a partir do momento em que ela desafia essa classe rentista e o sistema financeiro, fazendo escolhas que priorizam o bem-estar do país e não sejam

[16] O *credit crunch* é uma redução repentina da oferta de crédito pelos bancos.

ótimas para o sistema financeiro. A postura dos bancos privados é a de fazer cobranças a partir da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban). Apesar desse movimento ser parado pelo próprio presidente da Febraban, ele vai dar início a uma defesa de medidas liberalizantes contrárias ao projeto da presidenta.

A disputa política tem grande relevância, pois envolve a Operação Lava-Jato, que tem como consequência um desmonte da indústria petroleira e de construção civil nacional e uma perda do apoio da classe média, a qual irá apoiar um processo liberalizante e de austeridade defendido pela oposição (Paula, Santos e Moura, 2020; Singer, 2015). Não somente os danos diretos, como o da Operação Lava-Jato na indústria brasileira, afetaram os empregos e o crescimento do país; houve também grande instabilidade política afetando a governabilidade e os investimentos no país.

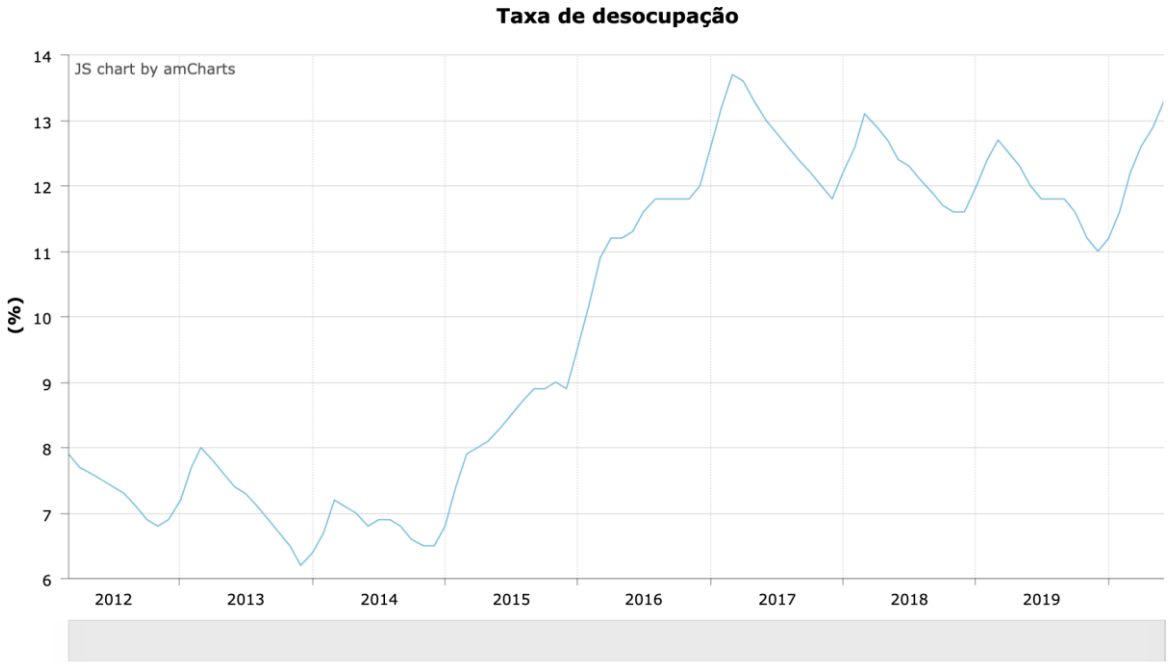
Entre os fatores exógenos, ainda pode-se falar na crise hídrica[17], na expansão monetária dos EUA, a queda da cotação do petróleo e outros, os quais Luiz de Paula, Fabiano Santos e Rafael Moura (2020) afirmam representar 40% a 60% da desaceleração do PIB. Não cabe neste trabalho desenvolver os fatores endógenos e exógenos, mas todo esse cenário levou a uma forte deterioração do mercado de trabalho e instabilidade no campo que pode ser compreendida como um momento de crise.

A crise no mercado de trabalho, que decorre da crise geral que o Brasil viveu, irá ter como atores em disputas os que propõem medidas de austeridades e os que propõem medidas anticíclicas, os quais foram desenvolvidos acima. Os principais atores em disputa são o projeto desenvolvimentista do governo do PT, representado pela presidenta Dilma, e o projeto liberal das classes médias, da classe rentista e dos partidos de oposição e o MDB, que fazia parte do governo.

Os fenômenos trabalhados representam os movimentos macroeconômicos gerais como percebidos por alguns autores. Entretanto, o campo do mercado de trabalho, que está certamente inserido nesse campo maior da macroeconomia, deverá seguir seus movimentos e tendências. Para perceber o reflexo dessas tendências no mercado de trabalho, alguns dados básicos serão apresentados. Espera-se poder perceber uma paridade entre os movimentos políticos e econômicos anteriormente descritos e os resultados no mercado de trabalho.

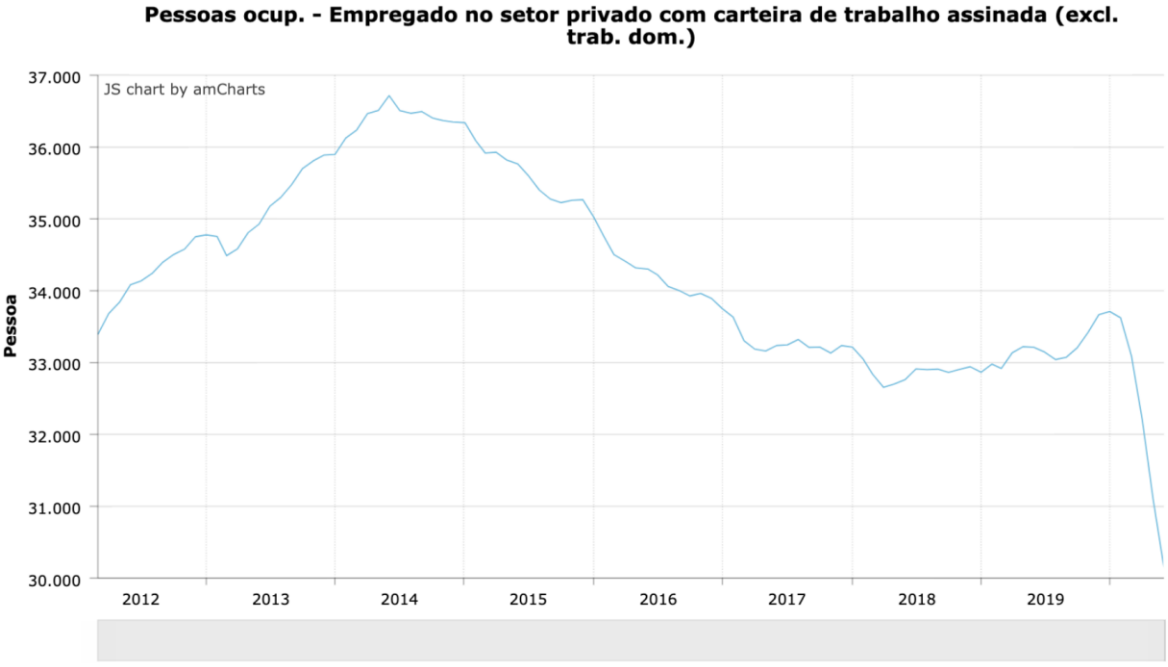
[17] Ocorrida em São Paulo entre os anos de 2013 e 2015.

Gráfico 1 - Taxa de desocupação



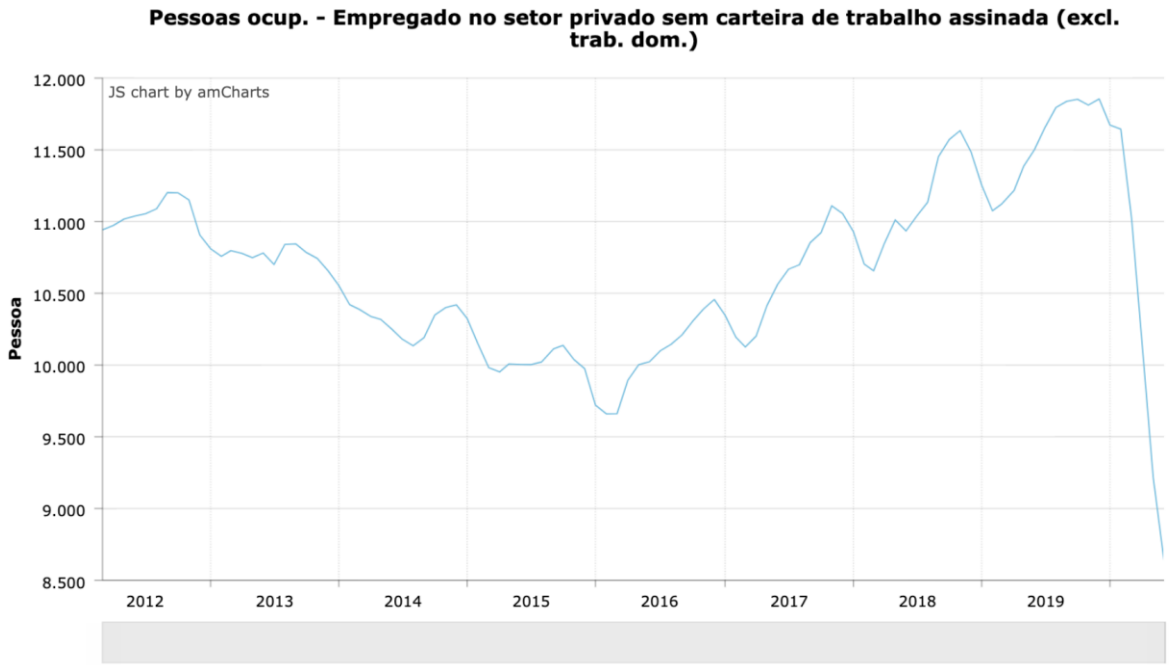
Fonte: Ipeadata, 2020.

Gráfico 2 - Pessoas ocupadas no setor privado com CLT



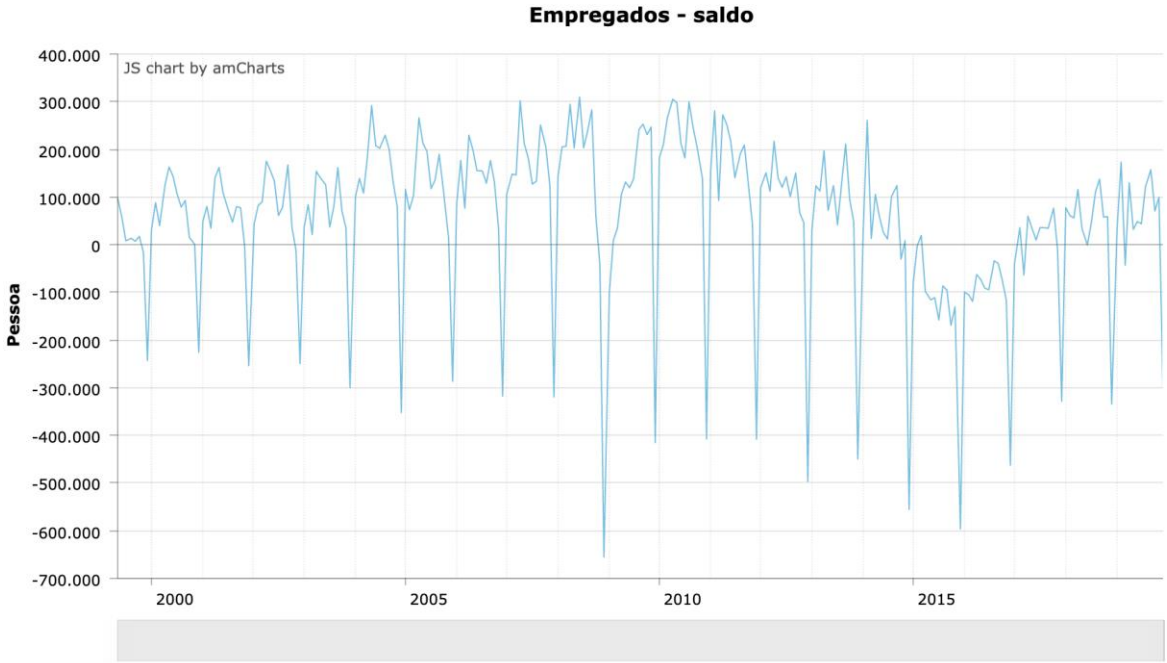
Fonte: Ipeadata, 2020.

Gráfico 3 - Pessoas ocupadas no setor privado sem CLT



Fonte: Ipeadata, 2020.

Gráfico 4 - Empregados



Fonte: Ipeadata, 2020.

A taxa de desocupação é uma medida percentual do número de trabalhadores desocupados, portanto que buscam uma ocupação, sobre o número da população economicamente ativa, a qual representa o total de pessoas ocupadas e desocupadas. Dessa forma, percebe-se no Gráfico 1 um crescimento rápido entre 2014 e 2017. Após esse período, ocorre uma estabilização entre 2017 e 2019 em um valor alto de desocupação. Vale ressaltar que as subidas e descidas dentro dos anos são referentes à sazonalidade, portanto são esperadas.

É apresentado no Gráfico 2 o número de empregados no setor privado com carteira de trabalho. Esse dado de trabalhadores com carteira de trabalho demonstra dois pontos importantes. O primeiro é o mais direto, o número de trabalhadores formais reduziu sensivelmente e drasticamente entre 2014 e 2017, mantendo-se estável a partir de então. Outro ponto importante, e que será melhor trabalhado posteriormente, é que, após a Reforma Trabalhista de 2017, não houve uma retomada dos empregos formais.

Os dados do Gráfico 3 representam o número total de pessoas ocupadas no setor privado sem carteira de trabalho assinada. Os dados presentes na tabela indicam para uma redução dos empregados sem carteira assinada até meados de 2015, crescendo o número de empregados informais a partir de então. Comparando-se esses dados com o do número de carteira assinadas, pode-se desenhar a possibilidade de que algumas pessoas saíram da formalidade para a informalidade como estratégia de sobrevivência.

Os dados do Gráfico 4 representam a diferença das contratações e das demissões dentro do regime da CLT, portanto somente os formais; pois esses dados foram retirados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED). Assim como no caso da taxa de desocupação, há um fenômeno de sazonalidade que leva a um alto número de demissões em dezembro. O que é importante atentar é para a tendência negativa em momentos do ano que geralmente seria positiva entre os anos de 2014 e 2017. Assim como, é possível perceber uma estabilização do saldo de empregados a partir de 2017 e até 2019, mas em um nível mais baixo do que antes da crise.

Pode-se notar, a partir dos dados apresentados, que houve uma deterioração intensa do mercado de trabalho a partir de 2014, seguindo-se até 2017, quando o

mercado de trabalho foi, em parte, estabilizado[18], mas em uma situação precária. Os dados estão descrevendo a realidade do campo; todavia, em conjunto com a descrição macroeconômica feita anteriormente, é possível entender que ambos os processos estão associados. Na realidade, a estabilização relativa do mercado de trabalho ocorrida em 2017 foi durante as medidas liberalizantes já citadas.

2.3.1 Crise, contenção e os campos

Ao usar o quadro teórico da teoria dos campos de ação estratégica, interessa observar a constituição e disposição dos atores durante a crise; portanto quem são os incumbidos e os desafiantes. Para tanto, é preciso entender como ocorre a contenção, ação de manutenção de regras e subversão de outras regras operadas pelos incumbidos e somente aceitáveis em períodos de crise. Argumenta-se neste trabalho que a contenção no sentido do mercado de trabalho teve como maior expressão a Reforma Trabalhista de 2017.

Como defendido nesta dissertação, o campo do mercado de trabalho brasileiro passou por um processo de estabilização desde a redemocratização e foi estabilizado em um equilíbrio de forças entre as demandas liberais e as demandas trabalhistas. Esse momento de equilíbrio de forças ocorreu durante os governos do PT. A crise no mercado de trabalho que se iniciou em 2014 fez parte de uma crise maior, a qual ocorreu em diversos campos.

Vitor Araújo Filgueiras (2019) argumenta que a crise de 2008 trouxe de volta os argumentos a favor da Reforma Trabalhista de 2017 no cenário internacional e, no Brasil, com a crise estabelecida alguns anos depois (Filgueiras, 2019, p.18). Esses argumentos a favor da flexibilização do trabalho são vinculados à mentalidade econômica liberal (idem) ou a um processo de despolitização do mercado (Krein, 2007, p.4). Consequentemente, é esperado que, em meio a uma crise, a flexibilização seja defendida pelos atores sociais dominantes no mercado.

Os principais atores que buscaram a aprovação dessa reforma foram forças empresariais (Filgueiras, 2019). André Conceição de Sousa e Patrícia Soares de Andrade (2020) afirmam que, na Reforma Trabalhista de 2017, estão implícitas as

[18] Atenta-se para a parcialidade da estabilização pelo aumento do número de trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho.

tentativas de precarizar as condições do trabalho em benefício da classe empresarial (Sousa e Andrade, 2020, p. 77). Dessa forma, o argumento vai ao encontro da concepção de flexibilização como centralização do poder do mercado de trabalho no empregador apresentada por Krein (2007).

A força no argumento liberal está relacionada ao processo de deterioração política do projeto desenvolvimentista do governo Dilma. Esse argumento liberal esteve presente nos protestos das classes médias, na Operação Lava-Jato e nas pressões de grupos industriais e financeiros como a Febraban ou a Federação das Indústrias do Estado de são Paulo (FIESP). Esses atores sociais foram importantes forças no processo de Impeachment e na implementação do projeto político liberal do qual derivou a Reforma Trabalhista de 2017.

Durante o século XX, Bresser-Pereira defende que houve o surgimento dos capitalistas profissionais, os quais são vinculados aos projetos desenvolvimentistas (2018). Como dito anteriormente, o processo de substituição dos capitalistas profissionais pelos financistas-rentistas reafirma a defesa de um projeto flexibilizante mais intenso na contenção. Isso não quer dizer que há menor interesse no desenvolvimento do país, portanto um menor interesse na estabilização do trabalho.

Dessa forma, entende-se que a contenção ocorrida durante a crise iniciada em 2014 foi um processo liberal orientado por uma elite empresarial financeiro-rentista. Processos de contenção não flexibilizantes certamente foram mobilizados; entretanto, como estavam vinculados ao governo, que perdeu uma imensa quantidade de agência por conta da crise, estavam mais relacionados à ação dos desafiantes e não dos incumbidos, como era de se esperar de um governo eleito.

Dois aspectos são perceptíveis na contenção da crise iniciada em 2014, um deles é que os incumbidos eram, ao menos em parte, a elite financeiro-rentista. Essa elite financeiro-rentista representa diversas pautas priorizadas na contenção, entre elas tem-se: a implementação de um instrumental legal para redução dos gastos do governo, como a Emenda Constitucional 95\2016, que institui o teto de gastos; a pressão pela privatização de empresas públicas; a prioridade de ações monetaristas[19] para controle de crises, como posteriormente verificou-se também na crise da Covid-19.

[19] Monetarismo advém da tradição de economistas do movimento da Escola de Chicago, Milton Friedman é um exemplo central nesse movimento, e compreende que a política monetária não deve

Outro aspecto importante é o clareamento da norma que estava sendo defendida pela elite financeiro-rentista. Se a norma do campo antigo era um equilíbrio entre um modelo moralizado e um modelo econômico, portanto que carrega finalidades econômicas e sociais; a norma passa a ser uma norma econômica mais pura. Ainda mais, usando-se do argumento de Bresser-Pereira (2018) de que há uma mudança nas elites capitalistas, trata-se de uma norma econômica financeira.

A Reforma Trabalhista de 2017 é resultado das disputas ocorridas durante a crise iniciada em 2014 e é o maior exemplo de uma ação de contenção tomada pelos atores incumbidos. Sem embargo, essa reforma indica haver uma mudança na constituição do campo e uma mudança no processo de estabilização, pois há um fortalecimento de um grupo de incumbidos anteriores, a elite financeiro-rentista, e a estabilização do PT e outros desenvolvimentistas como desafiantes.

Esses processos históricos representam a dinâmica dos atores sociais nos campos, portanto podem ser estudados e representados em um desenho abstrato do mercado, o qual representa as especificidades da dinâmica de forças em cada campo. Para melhor analisar as diferenças no mercado de trabalho, no mercado de desemprego e de emprego formal, será utilizado a proposta 1, presente no capítulo 1 desta dissertação, para formar modelos abstratos de cada mercado antes e depois do episódio de contenção.

As características que irão compor o desenho dos campos de mercado de trabalho em análise são os atores dominantes, o mercado de intermediação, o grau de moralização e a estrutura de proteção ao trabalho. Consequentemente, as mudanças que serão organizadas ocorreram com essas características, as quais já foram discutidas no capítulo, tanto no processo de consolidação dos campos, como na crise e na contenção. Os desenhos feitos são abstrações que podem ser utilizadas para melhor compreender a dinâmica interna aos campos.

Como a proposta desta dissertação é analisar as aproximações entre o campo do desemprego e o campo do emprego informal, serão feitos os desenhos antes e depois da flexibilização. O momento anterior é referente ao campo estabelecido, enquanto o posterior não se pode dizer que está estabelecido.

---

ser levada de forma discricionária, portanto somente analisando a emissão de moeda pautada por dados gerais. Nesse caso, por exemplo, a expansão monetária para aquecimento econômico direcionada a setores específicos é desaconselhada.

Todavia, os campos estatais têm as leis como característica distinta, essas leis estabelecem normas muito mais rígidas para os campos (Fligstein e MacAdam, 2012). A mudança dessas leis, como a Reforma Trabalhista de 2017, significam mudanças das normas rígidas que regem o Estado, o que permite destacar esse momento como um ponto relevante para a análise.

O campo do desemprego, apesar de ter sido afetado em alto grau, portanto na quantidade de indivíduos que participam nele, não foi tão afetado legalmente no processo de flexibilização. A flexibilização do emprego afetou mais o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que possui mais elos estatais. As regras afetavam os campos dos empregos informais e do desemprego por meio dos elos que esses campos têm com o campo dos empregos formais. Por exemplo, pode haver uma redução da informalidade a partir da redução dos custos da formalidade com a flexibilização da CLT, o que é improvável, mas faz parte do argumento da reforma. Sobre o desemprego, pode haver uma redução do desemprego a partir da abertura de postos de trabalho formais compatíveis com as necessidades de alguém que está buscando se recolocar no mercado de trabalho.

Há estas três abordagens possíveis: analisar o campo do mercado de trabalho e assumir que irá haver efeitos em todos os campos; analisar os campos individualmente; analisar o campo de emprego formal e inferir as relações com outros campos. Como a proposta é uma comparação de dois campos específicos, o desemprego e o informal e como o principal afetado é o campo de emprego formal; opta-se pela análise do campo de emprego formal. Como visto na Tabela 2.

A primeira mudança significativa está no grau de moralização do mercado. A moralização do mercado envolve uma ambivalência de valores utilizados na dinâmica do campo de mercado (Suckert, 2017). Nesse caso, o tipo de moralidade vista anteriormente era o valor social das políticas de estabilização do emprego e do *Welfare State.* A flexibilização posta em prática na Reforma Trabalhista de 2017 aumenta o vigor dos valores econômicos, os quais centram a dinâmica do trabalho nas próprias empresas.

A segunda mudança significativa está na composição dos incumbidos ou atores dominantes. O governo Dilma Rousseff iniciou um confronto com uma elite industrial (Singer, 2015) a qual, desde meados da década de 1990, desenvolveu uma lógica financeiro-rentista (Bresser-Pereira, 2018). Não somente esse conflito foi resolvido com o impeachment de Dilma Rousseff, como a Reforma Trabalhista de

2017 foi feita sob os auspícios dessa elite, portanto demonstrando uma importante mudança de incumbidos.

Evidentemente, a terceira mudança significativa é a estrutura de proteção ao trabalho. Essa mudança é o cerne deste trabalho, pois é a flexibilização do emprego e a forma como ela afeta a dinâmica dos trabalhadores que irá compor uma possível aproximação entre ambos os campos. A estrutura de proteção ao trabalho é uma forma de criar garantias tanto para empregadores quanto para empregados (Salais, 1989), mas a lógica da elite financeiro-rentista não prioriza esse tipo de estabilidade e desenvolvimento (Bresser-Pereira, 2018).

As três mudanças são interconectadas, elas indicam um novo funcionamento no campo. Não é possível alegar que os atores dominantes se modificaram, o Estado segue sendo uma importante ferramenta de mudança, caso contrário não seria necessário o Impeachment da presidenta. As principais mudanças são o grau de moralização e a estrutura de proteção ao trabalho, as quais representam a perda de relevância do trabalhador nesse campo.

Tabela 2 - Classificação do campo de mercado de trabalho brasileiro

Economias	**Ator dominante**	**Mercado de intermediação**	**Grau de moralização**	**Estrutura de proteção ao trabalho**
Mercado de Emprego Formal Antes da Reforma Trabalhista	Estado e capital	Elos e agências privadas	Médio	Consolidada
Mercado de Emprego Formal Depois da Reforma Trabalhista	Estado e capital	Elos e agências privadas	Baixo	Flexível

Fonte: O autor, 2021.

As mudanças no campo de emprego formal apontam para uma menor quantidade de elos estatais e uma maior dependência de elos entre indivíduos e empresas assim como entre indivíduos e indivíduos. O campo do desemprego, como visto, tem somente para alguns uma estrutura de proteção ao trabalho, a qual afeta mais o desemprego de longa duração. Esse desenho dos campos indica certas

estruturas semelhantes em ambos os campos, como a predominância da relação privada.

2.4 Norma, moral e interseção

O processo de estabilização dos campos e a dinâmica dos atores representam uma descrição do funcionamento e das disputas desses campos. Outro fator importante, mas que foi pouco tratado, é a norma; entretanto a norma está presente em toda construção do texto dentro das disputas dos atores e das finalidades dos campos. Essa é uma primeira abordagem para a compreensão da interseção entre o campo do mercado de emprego flexível e o campo do desemprego.

A norma no campo do mercado de trabalho é a otimização dos lucros e a manutenção da sociedade moderna centrada no trabalho assalariado. Essa norma está bem representada nas disputas por centralização e descentralização do poder decisório quanto aos empregos nas empresas, assim como representa o grau de moralização do campo econômico. Também, a norma se faz presente nos usos do Estado, seja para reafirmar o monopólio das empresas, seja para fortalecer a atuação dos trabalhadores no mercado de trabalho.

Os campos foram estabelecidos de forma a manter uma relação de equilíbrio entre esses dois interesses, no que se pode chamar de mercado moralizado (Surcket, 2017). A coexistência da lógica econômica e da lógica social era uma das principais diferenças entre o trabalho formal e o trabalho informal. Enquanto isso, a lógica da flexibilização aproxima ambos os tipos de emprego, pois afeta a moralidade desse equilíbrio. É claro, o equilíbrio foi, por vezes, tensionado na história, mas esta análise se refere aos processos recentes.

Com a flexibilização do trabalho formal, portanto com a preponderância do trabalho flexível, certas características na dinâmica de forças dos campos ganham mais relevo. É a menor capacidade de proteção estatal dos empregos, portanto uma menor estabilidade dos empregos; e a menor moralização do mercado, a qual remete a uma maior individualização, como nas relações dos elos pessoais no mercado de intermediação, típica da lógica econômica.

Entendendo-se que o desemprego é visto como uma vivência da incerteza em uma sociedade centrada no trabalho assalariado e que a flexibilização do

trabalho aumenta a incerteza do indivíduo na vivência do mercado de trabalho, há duas conclusões possíveis de se tirar. A primeira é que há, de fato, em algum grau, uma interseção entre esses dois campos, que ocorre na vivência da incerteza do mercado de trabalho. A segunda é que há uma importante mudança em curso na lógica do trabalho, a flexibilização do trabalho pode ser uma crise que demanda uma nova organização do trabalho.

Esta abordagem tecida neste capítulo dá conta de processos históricos e relações sociais, mas não consegue resolver uma série de questões levantadas. Em especial, propõe-se compreender o grau dessa interseção a partir da seguinte premissa. Como o trabalho é vivido em termos de trajetória e se entende que o desemprego é a incerteza dentro dessa sociedade, pode-se imaginar que o grau da interseção é a dinâmica de entrada e saída no desemprego a partir do emprego formal, informal e desemprego.

3. ENTRADAS E SAÍDAS NO DESEMPREGO

Uma forma de se entender os elos entre emprego e desemprego é observar a dinâmica de mudança ocupacional dos indivíduos. Essa dinâmica representa uma série de fatores importantes. Alguns exemplos são a estabilidade de uma condição, ao analisar a ida ao desemprego ou ao desalento, assim como a hierarquia dentro de cada campo, ao analisar quem tem mais chance de se manter na ocupação em relação a outros indivíduos.

A mobilidade representa outro ponto importante, os elos que existem entre um campo e outro. O elo é representado nesse ponto pelo indivíduo que se moveu. Ele serve de ponte entre os dois campos, de relação. Ainda que esse elo se esmoreça com o tempo, é esperado que, a partir da repetição, novos elos sejam formados. Dessa forma, interessa a este trabalho o que será chamado de elo potencial. O elo potencial é a chance de algum indivíduo se mover, portanto de gerar esse laço temporário.

Este capítulo visa estimar as chances de mobilidade entre condições profissionais dos indivíduos brasileiros no espaço de um ano entre os anos de 2012 e 2019. Essa estimação tem por meta testar estas duas hipóteses:

- Há um aumento de elos potenciais entre desemprego e emprego quando o emprego é menos formalizado.

- Com a flexibilização do trabalho operada pela Reforma Trabalhista de 2017, houve um aumento dos elos potenciais entre emprego e desemprego.

Serão utilizados os dados da PNAD-C para realizar um experimento que irá testar as probabilidades de um indivíduo mover-se de um campo do mercado de trabalho para outro. A informação principal é a condição do indivíduo entre cada ano, começando com os dados de 2012 para 2013 e fechando entre 2018 e 2019. As condições profissionais irão representar os campos do mercado de trabalho, pois representam uma dinâmica própria de disputa social. Outros fatores que possam influenciar o resultado foram utilizados para demarcar distinções internas dos campos.

Os anos de 2012 até 2019 foram escolhidos por duas razões. A primeira é a limitação da própria PNAD-C, a qual teve início em 2012. A segunda é a centralidade de 2017, o ano da Reforma Trabalhista. Esses anos conseguem

apresentar três estágios distintos do mercado de trabalho brasileiro. A norma anterior à crise iniciada em 2014; o período de crise, iniciando-se em 2014 e que culminou na reforma em 2017; e a contenção e uma estabilização em uma possível nova norma entre 2018 e 2019.

Foram utilizados microdados da PNAD-C com dados cruzados por Adalberto Cardoso para acompanhar indivíduos durante as rotações das entrevistas, as quais ocorrem durante cinco trimestres consecutivos. Para esse experimento, foram selecionadas a primeira e a quinta entrevista, portanto doze meses depois. O que será avaliado é a situação de emprego de cada indivíduo na primeira entrevista e na quinta.

Com os dados da PNAD-C, será construído um modelo de classificação multinomial em que será avaliada a chance de um indivíduo em se mover de uma condição para outra, como a de ocupado formalmente para desalentado ou de ocupado informalmente para desempregado. Com isso, pretende-se produzir uma construção mais detalhada de cada campo e os elos potenciais existentes entre os campos.

3.1 Formalidade

Ocupado formalmente é aquele que está nos regimes trabalhistas previstos pelo Estado, portanto um profissional sob o regime da CLT, um autônomo formalizado, por exemplo um Micro Empreendedor Individual (MEI), ou um servidor público estatutário. Há duas principais importâncias na análise do profissional formal, uma é que ele opera dentro do regime legal do Estado, portanto mantém algum tipo de elo com o campo estatal, o qual deve significar a existência de regras formais regendo a dinâmica do campo. Outro ponto, o qual deriva do primeiro, é que é esperado uma maior previsibilidade do trabalhador formal, portanto uma maior estabilidade nesse campo.

3.1.1 CLT

A carteira de trabalho pressupõe uma série de direitos trabalhistas que influenciam diretamente nas chances de entrada e saída do mercado de trabalho de um indivíduo. Um dos principais argumentos é o acesso ao seguro-desemprego, que

permite que um trabalhador busque por um emprego melhor por mais tempo sem sofrer graves faltas no orçamento familiar. Outro apontamento a ser salientado é o aumento do custo de demissão para o empregador caso seja feito sem justa-causa. Um trabalhador com a carteira de trabalho assinada não terá a mesma dinâmica na trajetória de emprego que um trabalhador sem a carteira de trabalho assinada.

Maurício Reis e Marina Aguas (2013) conduziram uma pesquisa sobre o tempo de duração do desemprego; ou seja, as chances de se sair do desemprego para a inatividade ou para um emprego, o qual pode ser formal ou não. Um de seus resultados, e o que mais interessa a este trabalho, é a menor chance de saída do desemprego para um emprego formal. Esse resultado coaduna com o da pesquisa realizada em São Paulo por Naércio Menezes-Filho e Paulo Pichetti (2000) e a estimação de permanência no desemprego entre jovens investigada por Maurício Reis (2013). Em ambos os casos, a saída do desemprego para o emprego com carteira de trabalho assinada é mais difícil.

Cabe reafirmar a defesa de Adalberto Cardoso (2016) de que a informalidade não é uma reserva de trabalho para o setor formal, nem uma série de características que serão revolucionadas com as incursões do capitalismo no país (Cardoso, 2016, p.329). O autor elenca uma série de razões que podem manter o trabalho informal, a qual envolve o processo de socialização e, mesmo, as oportunidades de um dado indivíduo.

Cardoso, também, investigou o índice de entrada e saída de indivíduos em empregos formais a partir dos dados do RAIS-MIGRA, o qual cobre os empregos formais no país (idem). O autor percebe uma alta de taxa de rotatividade (*turnover*) nos empregos formais. Isso demonstra uma dinâmica de transição de emprego forte no Brasil, mas não, necessariamente que esses indivíduos se veem em maior ou igual instabilidade que um empregado informal. Na realidade, o autor nota que, entre 1992 e 2009, indivíduos tendem a ficar menos tempo em empregos formais que empregados por conta própria; mas os formais tendem a ficar mais tempo empregados que empregados informais.

Cardoso atenta para um efeito do custo da formalização em pequenas e médias empresas. À época do texto, anterior à Reforma Trabalhista de 2017, o autor aponta que havia uma resistência do PT em reformar as leis trabalhistas de forma a baixar o custo de contratação em pequenas e médias empresas por medo de flexibilização; entretanto tal reforma caso fosse feita de forma concertada poderia ser

benéfica (ibidem, p.71). Por outro lado, o receio do governo referenciado por Cardoso acabou concretizando-se posteriormente, como pode ser visto no grau de flexibilização operado em 2017.

Outro ponto a ser levantado é que o emprego regido pelas leis trabalhistas representa uma redução da lógica mercadológica do emprego, como apontado por José Dari Krein (2007) e uma forma de construir a identidade e a trajetória dentro da sociedade, como defendido por Cardoso (2016, p.327). Em uma sociedade em que o salário é uma demanda para que se possa viver e consumir, não somente a CLT é uma forma de *status*, como é uma forma de agregar outras regras ao que Pierre Bourdieu (1997) descreve como lógica tradicional do campo econômico ou a moralização do mercado, interpretando-se a partir do trabalho de Lisa Suckert (2017).

3.1.2 Autônomo e o MEI

Há diversas modalidades de empreendedores formais, entretanto este merece destaque na realidade brasileira por representar um alto número de ocupados: o Microempreendedor Individual (MEI). Essa categoria de autônomo formal surgiu durante o segundo governo Lula com o intuito de formalizar os autônomos pequenos que não tinham dinheiro para se formalizar. O MEI foi implementado logo após o Simples Nacional, 2006, dando continuidade à redução dos custos da formalização. Como aponta Cardoso (2016), o Simples e o MEI facilitaram o acesso a uma série de proteções de instituições, ao crédito e, no caso do MEI, à previdência. O autor assume que a atração de novos empreendedores foi inegável, entretanto não há certeza do impacto no setor informal (p.333). O caráter de ampliação do acesso aos direitos trabalhistas é reafirmado por José Dari Krein e Magda de Barros Biavaschi (2015, p.71).

O que se deve destacar é o que Cardoso (2017) encontra em seus dados de tempo médio de emprego entre 1996 e 2009. O autor demonstra que o tempo médio de emprego de trabalhadores autônomos, formais ou não, é significativamente maior que o de empregados, mesmo os formais. Um argumento que pode explicar isso é a forma como o autônomo trabalha. Como trabalhar só depende da ação individual para esses casos, o autônomo simplesmente não irá parar. Um autônomo não

pretende se demitir. O que o faria parar de trabalhar seria ter outro trabalho ou ter seu negócio inviabilizado por alguma externalidade.

A diferença de tempo de permanência em um emprego entre autônomos e empregados pode implicar na sociabilidade informal (Cardoso, 2016), em que o indivíduo tende a preferir não ter visibilidade do Estado, tem receio quanto ao micro-crédito, às ONGs e outras estruturas institucionais, além de reafirmar a ideia de ser o "próprio chefe". De fato, o autônomo parece ter mais liberdade e mais estabilidade, entretanto ele está mais vulnerável a externalidades que o empregado formal, em especial o autônomo informal.

Uma forma melhor de ver o grau de instabilidade do trabalhador informal é através da variação dos rendimentos, posto que eles não recebem salário, o tamanho da variação do rendimento de um indivíduo vai estabelecer o grau de instabilidade do emprego; possivelmente, mais que o dado de tempo no emprego. Esse trabalho não irá analisar os rendimentos, mas a estabilidade de acordo com os elos potenciais dos trabalhadores.

3.1.3 Outras variáveis relevantes

Outras variáveis relevantes para se pensar a relação entre os campos dos empregos formal e informal são raça, gênero, idade e tempo de estudo. Essas variáveis representam, dentre outras coisas, regras dos campos que, geralmente, não estão institucionalizadas. São possíveis espaços em que ser de um gênero específico irá colocar o indivíduo em um lugar de incumbido ou desafiante.

Essas relações foram desenvolvidas no caso brasileiro até certa extensão em Cardoso (2016) e criam expectativas de alterar a distribuição da mobilidade entre condições profissionais dos indivíduos. Não é o foco deste trabalho explorar as vicissitudes dessas relações, entretanto elas se mostram importantes para apontar uma maior complexidade da distribuição de forças dentro dos campos.

3.2 Estabilização nos e dos campos

Esta análise parte da definição de campos distintos, mas conectados por diversos elos; como desenvolvido no capítulo anterior. Os campos são: a ocupação

formal, a ocupação informal, o desemprego, o desalento, o campo dos empregadores, o campo daqueles fora da força de trabalho.

Os campos são caracterizados como limites analíticos em que atores sociais têm uma mesma meta e se organizam conforme conseguem ou não concluir essa meta. Um campo pode estar embutido em outro, assim como campos distintos têm relações a partir de elos. Esses elos são relações entre atores sociais de ambos os campos. No caso analisado, pode-se concluir que existe um campo maior chamado mercado de trabalho. Nesse campo, o intuito é a manutenção da vida conforme as demandas dos tempos modernos, trabalhadores precisam de um emprego para viver, empresários precisam de trabalhadores para lucrar.

Os campos destacados são embutidos no mercado de trabalho. Isso é importante, pois há distintas demandas em cada um desses campos que envolvem o sucesso no mercado de trabalho. Um campo embutido no mercado de trabalho que não está sendo analisado, por exemplo, é o das firmas, que precisam otimizar o trabalho e a contratação.

A formalidade é dada como importante no campo da ocupação por conta da influência do Estado. Dessa forma, o campo de ocupações formais possui mais elos com campos estatais, enquanto o campo de ocupações informais possui menos elos com campos estatais. Parte do argumento desenvolvido até então é que o grau dos elos com campos estatais ajudam a manter a estabilização do campo do mercado de trabalho; dessarte importa separar entre o formal e o informal como dois campos distintos.

O campo do desemprego, por sua vez, é estudado em trajetória. O desempregado, que é aquele sem ocupação, mas que procura ocupação, é parte da dinâmica do mercado de trabalho. Ele quer sobreviver, ter uma vida digna em uma sociedade pautada pelo consumo, o qual demanda uma renda. Para tanto, em seu campo, o desempregado precisa conseguir a renda, e essa é meta de quem está nesse campo. Os campos do desalento, dos empregadores e dos que estão fora da força de trabalho representam igualmente relações próprias com o mercado de trabalho. Enquanto o primeiro e o terceiro estão em uma relação negativa com o mercado, por razões distintas, o do meio é um gerador de empregos formais ou não.

Dessa forma, retomando a teoria de Fligstein e MacAdam (2012), os campos têm três estágios distintos: emergência, estabelecimento e crise, a qual aciona episódios de contenção. A estabilização dos campos é importante, pois representa

um bom funcionamento interno do campo. Essa estabilização pode assumir altos graus de desigualdade e incerteza para os seus participantes.

Como desenvolvido por Didier Demazière (2006), o desemprego envolve a busca por um trabalho, o estigma social, a diferente vivência do tempo em relação ao resto da sociedade empregada e a precariedade da vida, podendo haver privação ocasionalmente. Todos esses fatores tornam o campo do desemprego extremamente incerto, mas há um relativo grau de incerteza nos outros campos que deve ser investigado. Esse grau de incerteza está na manutenção das capacidades de consumir, portanto de se ter uma ocupação. Isso envolve outro tipo de estabilização, a da vida do indivíduo. Nesse sentido, a estabilização da trajetória profissional individual envolve a capacidade de se ter algum grau de certeza sobre o futuro financeiro pessoal.

Será analisada em cada campo e em cada momento distinto dos campos na divisão proposta a chance de entrar no desemprego. Esse dado envolve a perda da fonte de renda, portanto de uma capacidade de se manter a vida digna. Qual a chance que um indivíduo tem de não ter sua renda? Verificar essas transições e esses elos irá demonstrar o grau de porosidade entre os campos e indicar para os potenciais elos entre eles.

3.3 Os modelos

Uma das formas de se pensar os elos potenciais entre os campos é pela chance de mobilidade de um indivíduo entre um campo e outro. Nesse caso, assume-se que a mudança de um indivíduo representa um elo no tempo. Ou seja, a razão de chance obtida no resultado do modelo nos anos estudados irá representar a razão dos potenciais elos resultantes entre cada campo.

Nesse caso, os campos são vistos como múltiplas possibilidades de condição de emprego atual e futura do indivíduo, o que resulta em um polinômio formado por:

- ocupado formalmente,
- ocupado informalmente,
- empregador,
- desempregado,
- desalentado,
- fora da força de trabalho.

Para se dar conta das múltiplas possibilidades, será utilizado um modelo de regressão logarítmica para estas passagens de ano; 2012 a 2013, 2013 a 2014, 2014 a 2015, 2015 a 2016, 2016 a 2017, 2017 a 2018, 2018 a 2019. Será um total de sete regressões com as mesmas variáveis, as quais serão expostas mais à frente.

A regressão logarítmica cria a curva em S, para isso é utilizada esta função, que é chamada de função logarítmica:

$$p(Y) = \frac{e^{\beta_0+\beta_1 X}}{1+e\beta_0+\beta_1 X}$$

Como o enfoque é na probabilidade, pode-se expressar essa equação desta outra maneira, em que se evidencia a chance do efeito:

$$log(\frac{p(Y)}{1-p(Y)} = \beta_0 + \beta_1 X$$

Com isso, têm-se o logit. β_1 que representa o efeito da variável dependente X e ela irá indicar o grau de mudança e a direção da mudança na probabilidade. Portando, caso seja positivo, será um aumento na probabilidade, caso seja negativo, será uma redução na probabilidade. Ainda assim, como a relação não é linear, a mudança em X não será necessariamente de uma unidade.

Dado que haverá diferentes variáveis, existirão múltiplas variáveis dependentes, a fórmula será utilizada da seguinte forma:

$$log(\frac{p(Y)}{1-p(Y)} = \beta_0 + B_k X_K$$

Nesse caso, por se tratar de um polinômio não será testada somente a razão de chance de um resultado de Y, mas de vários resultados de Y. Ou seja, seguindo-se duas possibilidades:

$$log(\frac{p(Y_i=1)}{1-p(Y_i=1)} = \beta_0 + \beta_k X_k$$

$$log(\frac{p(Y_i=2)}{1-p(Y_i=2)} = \beta_0 + \beta_k X_k$$

A fórmula se repetirá até o sétimo. No caso desse modelo, serão utilizadas estas variáveis independentes:

- condição original (O)
- gênero (G)
- região (Re)
- raça (Ra)
- Idade (I)

- Anos de Estudo (A)

Ou seja:

$$log(\frac{p(Y_i=k)}{1-p(Y_i=k)} = \beta_0 + \beta_1 O + \beta_2 G + \beta_3 Re + \beta_4 Ra + \beta_5 I + \beta_6 A$$

As tabelas de regressão completas estão disponíveis nos Apêndices. Nelas é possível ver a condição de emprego do indivíduo com o nome de POSOCUP, sendo o POSOCUP_1 relativo ao primeiro ciclo de entrevistas e o POSOCUP_5 relativo ao quinto ciclo de entrevista em passagens de tempos que começam em anos pares; e essa relação invertida em passagens de tempo que começam em anos ímpares.

Ainda, apresentam-se variáveis para região, idade e anos de estudo com os nomes próprios; enquanto gênero é a variável V2007 e raça a variável V2010. A razão para os três primeiros terem seus nomes claramente apresentados é que elas são um agregado em categorias das variáveis presentes na PNAD-C.

Região foi agregada nas regiões brasileiras: Norte, Sul, Nordeste, Sudeste e Centr-Oeste; idade dividida em até quinze anos, maiores de sessenta anos e as idades intermediárias agrupadas em grupos de quatro como: dezesseis a dezenove, vinte a vinte e quatro. Os anos de estudos foram agrupados em: menos de três anos; entre quatro e sete anos; entre oito e dez anos; entre onze e quatorze anos; e mais de quinze anos.

A variável sexo foi retirada da variável sexo da PNAD-C, a qual é definida como homem (1) ou mulher (2). Infelizmente, não há informação acerca das distinções de gênero enquanto categoria social, portanto não há informação de transexuais e nem não binários ou outras categorias *queers*. Raça é apresentada igualmente a partir das definições do IBGE presentes na PNAD-C, que são: branco, preto, amarelo, pardo, indígena e ignorado. Reconhece-se neste trabalho que há uma grande complexidade nessa classificação, mas não se propõe entrar nesse debate, o qual demandaria outra pesquisa.

3.4 Os resultados

Os resultados serão explorados em três grupos. Aqueles que representam o campo anterior e estabilizado, portanto os de 2012 a 2013; 2013 a 2014. Os referentes ao campo em crise, que são: 2014 a 2015, 2015 a 2016 e 2016 a 2017.

Por fim, os referentes ao campo em emergência, que são: 2017 a 2018 e 2018 a 2019. Dar-se-á especial importância aos anos chaves de 2012 a 2013; 2015 a 2016; e 2018 a 2019 por representarem momentos centrais no histórico de seus campos.

3.4.1 Campo estabilizado

Os dados do modelo de 2012 a 2013 estão disponíveis no Apêndice A. Há uma questão fundamental a ser atentada. O modelo que se pretende utilizar para verificar a dinâmica de elos no campo estabilizado utiliza duas passagens distintas, entre 2012 e 2013; e entre 2013 e 2014. Tal escolha se deu pela disponibilidade dos dados, entretanto é de se esperar que em 2014 já existam efeitos da crise no campo do mercado de trabalho. Esse efeito, ainda assim, deve ser incipiente, pois é vereficado o início e o fim de um processo que advém desde o ano anterior. Os dados de 2013 a 2014 estão disponíveis no Apêndice C.

Um ponto já percebido no primeiro modelo, aquele que vai de 2012 até 2013, é que a variável de raça não obteve tanta significância quanto as outras variáveis elencadas para o modelo. Ainda assim, em diversos aspectos, há significância, em especial no que corresponde na chance de transicionar para o desemprego. O principal ponto que pode explicar esse fenômeno é a ausência de interação entre as variáveis do modelo. Nesse caso, estima-se somente o resultado oferecido pela raça na chance de se terminar em um dado emprego. Caso houvesse, por exemplo, interação com o emprego inicial, talvez pudéssemos verificar um grau maior de significância e uma distribuição diferente da razão de chance.

Calculando-se o exponencial do coeficiente do resultado dos modelos, é possível verificar em percentual a razão de chance obtida. Dessa forma, é possível observar o aumento ou redução da chance de se criar um elo entre dois campos embutidos do campo do mercado de trabalho. Esses dados em relação ao modelo de 2012 a 2013 estão disponíveis no Apêndice B, enquanto os relativos ao modelo de 2013 a 2014 estão no Apêndice D. É preciso tomar cuidado, pois a chance que está exposta não revela a direção do efeito, para ter acesso à direção, é preciso olhar para o modelo original, onde será visto se é aumentando ou reduzindo a chance.

Para uma melhor leitura, os resultados das regressões que envolvem as variáveis de condição, as quais são centrais para este trabalho, são apresentadas.

Tabela 3 - Resultados reduzidos - 2012 e 2013

	(Intercept)	POSOCUP_12	POSOCUP_13	POSOCUP_14
POSCUP_12	0.516	2.810	2.245	1.782
POSCUP_13	-11.776	1.946	4.861	-0.671
POSCUP_14	-1.238	1.490	0.217	2.524
POSCUP_15	-2.773	2.984	2.138	3.438
POSCUP_16	0.760	2.164	1.242	2.488
p POSCUP_12	0.103*	0.000***	0.000***	0.000***
p POSCUP_13	0.000***	0.000***	0.000***	0.186
p POSCUP_14	0.001***	0.000***	0.578	0.000***
p POSCUP_15	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p POSCUP_16	0.015**	0.000***	0.000***	0.000***

	POSOCUP_15	POSOCUP_16
POSCUP_12	3.395	2.530
POSCUP_13	1.996	1.092
POSCUP_14	3.585	2.651
POSCUP_15	5.794	4.192
POSCUP_16	4.465	4.535
p POSCUP_12	0.000***	0.000***
p POSCUP_13	0.001***	0.000***
p POSCUP_14	0.000***	0.000***
p POSCUP_15	0.000***	0.000***
p POSCUP_16	0.000***	0.000***

Fonte: O autor, 2021.

Tabela 4 - Resultados reduzidos - 2013 e 2014

	(Intercept)	POSOCUP_52	POSOCUP_53	POSOCUP_54
POSOCUP_52	-0.037	2.917	1.883	1.796
POSOCUP_53	-5.024	1.718	4.716	-0.453
POSOCUP_54	-2.170	1.522	0.617	2.481
POSOCUP_55	-4.836	2.900	0.853	3.044
POSOCUP_56	0.004	2.214	1.243	2.573
p POSOCUP_52	0.836	0.000***	0.000***	0.000***
p POSOCUP_53	0.000***	0.000***	0.000***	0.320*
p POSOCUP_54	0.000***	0.000***	0.040*	0.000***
p POSOCUP_55	0.000***	0.000***	0.405*	0.000***
p POSOCUP_56	0.981	0.000***	0.000***	0.000***

	POSOCUP_55	POSOCUP_56
POSOCUP_52	3.388	2.475
POSOCUP_53	1.568	1.009
POSOCUP_54	3.294	2.579
POSOCUP_55	5.967	4.267
POSOCUP_56	4.465	4.487
p POSOCUP_52	0.000***	0.000***
p POSOCUP_53	0.033*	0.000***
p POSOCUP_54	0.000***	0.000***
p POSOCUP_55	0.000***	0.000***
p POSOCUP_56	0.000***	0.000***

Fonte: O autor, 2021

3.4.1.1 Ocupação Informal

A ocupação informal aparece de duas formas nos resultados, como potencial destino e como variável de saída. Ambas as razões merecem ser destacadas, pois constituem potenciais elos formados entre os diferentes campos analisados. Estima-se uma relação positiva na razão de chance, portanto com uma chance maior de se terminar na ocupação informal que na ocupação formal. Isso já indica a tendência à informalidade do mercado de trabalho brasileiro.

Em termos de outras condições profissionais possíveis, a ocupação informal apresenta aumentos na razão de chance em todas; mas, em especial, entre desempregados, desalentados e fora da força de trabalho. Pode ser inferido sem maiores problemas que essa relação indica a maior predisposição do indivíduo que precisa trabalhar a ir para uma ocupação informal; ou uma maior tendência ou dificuldade de quem já perdeu o emprego em retomar uma ocupação formal.

Em termos de região, as chances de informalidade são maiores no Norte e no Nordeste. Por outro lado, há um aumento na razão de chance no Sul, Sudeste, nesse caso a categoria de referência é o Centro Oeste, onde seria visto uma menor razão de chance de terminar o modelo em uma ocupação informal. Em termos de gênero, as mulheres têm uma chance maior de terminar nas ocupações informais.

Em termos de idade, há uma redução na razão de chance em relação à categoria de referência, sendo a maior redução entre os mais jovens e aqueles acima de 60 anos. Considerando-se que os mais jovens podem estar buscando o seu primeiro emprego e os mais velhos já componham uma maior parcela daqueles fora da força de trabalho, é natural que seja relativamente menor a participação deles das ocupações informais. Fenômeno semelhante está em anos de estudo.

Estima-se que os elos potenciais das ocupações informais estejam em todos os campos em maior ou menor grau, portanto sendo parte integrante da trajetória profissional brasileira. Os ocupados informalmente, também têm um aumento da razão de chance de ir para qualquer outro ponto profissional que não o ocupado formalmente. Isso quer dizer que, aquele ocupado informalmente terá maior dificuldade de retomar para a ocupação formal. Em ambos os modelos, o dado mais preocupante é o grau do efeito da ocupação informal na ida para o desalento, o qual é quase tão grande ou maior que a manutenção na ocupação informal. Isso indica uma grande instabilidade na vida do indivíduo em uma ocupação informal.

3.4.1.2 Empregador

Atenta-se para a tendência de manutenção do empregador no lugar de empregador. A chance de se tornar empregador é praticamente nula em relação à variável de referência e somente é verificado um aumento na razão de chance de se transicionar de fora da condição de empregador aqueles que estão desalentados ou fora do mercado de trabalho, e aqueles em ocupações informais.

Isso quer dizer que há uma tendência de se manter como empregador aqueles que já são empregadores. Os principais elos formados pelo campo profissional do empregador são com aqueles fora do mercado de trabalho, desalentados e ocupações informais. Esse fenômeno se repete entre 2013 e 2014, portanto demarcando um funcionamento padrão do campo profissional de empregadores. Diversas explicações causais podem estar atreladas a essa relação, entretanto uma investigação mais profunda precisaria ser feita.

O que se afirma é que os principais campos com elos com o campo profissional do empregador são com: o campo dos desalentados, o campo dos fora do mercado de trabalho e o campo dos profissionais informais. Outro ponto possível de afirmar é a relativa estabilidade do empregador, o qual tem uma tendência de se manter ocupado.

3.4.1.3 Desempregado

Igualmente aos dados anteriores, o desempregado será analisado tanto enquanto condição de chegada, como variável que modifica a chance das outras condições. O principal dado a ser percebido é que, quando desempregado no início, há um significativo aumento da chance de se manter no desemprego ou ir para o desalento ou fora da força de trabalho. Isso é um forte indicativo de que o desemprego é um caminho de difícil retorno. O outro que leva o desempregado a algum aumento de chance é no emprego informal, reafirmando os elos potenciais com o campo do emprego informal.

Em relação às regiões, o desemprego tem sinal positivo no Norte e no Nordeste, mas negativo no Sul e no Sudeste. Isso indica que, em relação ao Centro Oeste, há um aumento na chance de ir para o desemprego no Norte e no Nordeste, mas uma redução no Sul e Sudeste. Essa situação reafirma uma maior precariedade

do mercado de trabalho no Norte e no Nordeste e uma menor precariedade no Sul e Sudeste. Em termos de sexo, mulheres parecem ter maior chance de ir para o desemprego que homens, demonstrando uma maior instabilidade no mercado de trabalho quando se é mulher.

Os dados relativos à idade têm como variável de referência os abaixo de vinte anos, nesse caso há uma redução da chance do desemprego em relação ao aumento da idade. Esse fenômeno pode ser explicado pela incerteza dos primeiros empregos, empregos jovens ou mesmo pela estruturação de uma carreira daqueles que já estão mais velhos. A causalidade, de fato, desse fenômeno demandaria uma investigação mais profunda e qualitativa. Fenômeno similar se repete com anos de estudo, os quais têm abaixo de quatro anos como variável de referência. Os principais elos potenciais observados no campo do desemprego são com o campo da ocupação informal, o campo do desalento e de quem está fora da força de trabalho, em relação àqueles que advêm do campo das ocupações formais percebe-se que há uma relação de elo potencial significativa com o desemprego também.

3.4.1.4 Ocupação formal

O emprego formal pode ser percebido como categoria de referência. Como já foi explorado anteriormente, há uma relação de elos potenciais com o emprego informal e fora da força de trabalho. Isso indica uma maior chance de se ir para fora da força de trabalho e para o emprego informal a partir do emprego formal. Ainda assim, a chance de se ir para fora da força de trabalho é significativamente menor que a de ir para o emprego informal.

O resultado demonstra uma significativa maior estabilidade para quem está em uma ocupação formal. Inclusive, entende-se que sair da força de trabalho não é sempre sinal de problema, mas curso natural da carreira, como a aposentadoria; ainda é possível que signifique retomadas aos estudos com o intuito de buscar se recolocar no mercado de trabalho futuramente. Por outro lado, a ocupação informal como maior chance de finalidade de quem está em uma ocupação formal, em relação às outras condições diferentes da ocupação formal, demonstra que não é um campo que tem tanta estabilidade. A ida para a ocupação informal é, como percebido, de difícil retorno e representa a abertura para todos outros campos embutidos do mercado de trabalho.

No modelo de 2013 a 2014 os dados da ocupação formal estão um bocado diferentes. Há uma maior possibilidade de alguém da ocupação formal se manter na ocupação formal ou ir para fora da força de trabalho, dando negativo em todas outras possibilidades. Isso pode reafirmar uma crise no campo; entretanto, dada a tendência descrita no modelo de 2012 a 2013, assume-se que se trata de um aprofundamento da mesma lógica. O que houve foi, na realidade, uma redução significativa da chance de ir para a ocupação informal, a qual já era baixa, e um aumento da chance, também baixa, de empreender com empregados.

3.4.2 Campos em crise

Nesse ponto serão exploradas as principais mudanças em relação aos campos do mercado de trabalho no momento em que se é reconhecida uma crise. Não há necessidade de uma retomada de tudo o que já foi explorado anteriormente. Manutenções serão somente brevemente apontadas. O intuito é perceber o que mudou e se é possível falar em uma crise de fato. Seguindo-se o padrão apresentado anteriormente, os modelos referentes são estes e estão disponíveis nos Apêndices subsequentes: o modelo de 2014 a 2015 presente no Apêndice E e a tabela de chances no Apêndice F; o modelo de 2015 a 2016 presente no Apêndice G e a tabela de chance no Apêndice H; modelo de 2016 a 2017 presente no Apêndice I e a tabela de chances no Apêndice J.

Dessa forma, interessa responder a este ponto, é possível afirmar que a crise afetou a dinâmica do campo? Assumem-se algumas premissas antes de seguir com a investigação:

- Os elos potenciais ou as chances de mobilidade de uma condição para outra representam também a estabilidade da condição.

- Os elos potenciais ou as chances de mobilidade de uma condição para outra quando assumida a partir de uma variável como gênero, raça, região, idade ou escolaridade representam a dinâmica interna dos incumbidos e dos desafiantes.

- Entende-se que será uma crise caso exista uma mudança que represente uma piora do campo anteriormente estabelecido. Ainda que existam pontos de instabilidade no campo anteriormente estabelecido, esses pontos são entendidos como parte da dinâmica do campo, portanto que reafirmam a manutenção dos incumbidos enquanto incumbidos.

A seguir, também, serão apresentadas as tabelas reduzidas dos anos em análise.

Tabela 5 - Resultados reduzidos - 2014 e 2015

	(Intercept)	POSOCUP_12	POSOCUP_13	POSOCUP_14
POSOCUP_12	0.182	2.958	1.747	1.951
POSOCUP_13	-11.481	1.760	4.788	0.018
POSOCUP_14	-0.958	1.601	-0.140	2.734
POSOCUP_15	-3.921	2.784	1.295	3.161
POSOCUP_16	0.685	2.121	1.143	2.569
p POSOCUP_12	0.565	0.000***	0.000***	0.000***
p POSOCUP_13	0.000***	0.000***	0.000***	0.963
p POSOCUP_14	0.007**	0.000***	0.737	0.000***
p POSOCUP_15	0.000***	0.000***	0.078*	0.000***
p POSOCUP_16	0.027*	0.000***	0.000***	0.000***

	POSOCUP_15	POSOCUP_16
POSOCUP_12	3.329	2.634
POSOCUP_13	-14.624	1.249
POSOCUP_14	3.555	2.798
POSOCUP_15	5.801	4.417
POSOCUP_16	4.187	4.783
p POSOCUP_12	0.000***	0.000***
p POSOCUP_13	0.000***	0.000***
p POSOCUP_14	0.000***	0.000***
p POSOCUP_15	0.000***	0.000***
p POSOCUP_16	0.000***	0.000***

Fonte: O autor, 2021.

Tabela 6 - Resultados reduzidos - 2015 e 2016

	(Intercept)	POSOCUP_52	POSOCUP_53	POSOCUP_54
POSOCUP_52	-0.110	2.919	1.553	1.996
POSOCUP_53	-5.310	1.744	4.796	0.018
POSOCUP_54	-1.126	1.623	-0.024	2.754
POSOCUP_55	-2.988	2.937	1.403	3.469
POSOCUP_56	0.132	2.226	0.945	2.695
p POSOCUP_52	0.566	0.000***	0.000***	0.000***
p POSOCUP_53	0.000***	0.000***	0.000***	0.965
p POSOCUP_54	0.000***	0.000***	0.939***	0.000***
p POSOCUP_55	0.000***	0.000***	0.007***	0.000***
p POSOCUP_56	0.488*	0.000***	0.000***	0.000***

	POSOCUP_55	POSOCUP_56
POSOCUP_52	3.575	2.468
POSOCUP_53	2.210	1.489
POSOCUP_54	3.795	2.770
POSOCUP_55	6.024	4.329
POSOCUP_56	4.713	4.716
p POSOCUP_52	0.000***	0.000***
p POSOCUP_53	0.003**	0.000***
p POSOCUP_54	0.000***	0.000***
p POSOCUP_55	0.000***	0.000***
p POSOCUP_56	0.000***	0.000***

Fonte: O autor, 2021.

Tabela 7 - Resultados reduzidos - 2016 e 2017

	(Intercept)	POSOCUP_12	POSOCUP_13	POSOCUP_14
POSOCUP_12	0.296	3.003	1.843	2.071
POSOCUP_13	-7.147	1.744	4.688	-0.049
POSOCUP_14	-1.123	1.899	0.184	3.081
POSOCUP_15	-2.719	3.044	1.519	3.133
POSOCUP_16	0.703	2.308	1.459	2.785
p POSOCUP_12	0.431*	0.000***	0.000***	0.000***
p POSOCUP_13	0.326*	0.000***	0.000***	0.879
p POSOCUP_14	0.005**	0.000***	0.523	0.000***
p POSOCUP_15	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p POSOCUP_16	0.057*	0.000***	0.000***	0.000***

	POSOCUP_15	POSOCUP_16
POSOCUP_12	3.318	2.642
POSOCUP_13	0.972	1.270
POSOCUP_14	3.848	3.094
POSOCUP_15	5.696	4.370
POSOCUP_16	4.381	4.940
p POSOCUP_12	0.000***	0.000***
p POSOCUP_13	0.181*	0.000***
p POSOCUP_14	0.000***	0.000***
p POSOCUP_15	0.000***	0.000***
p POSOCUP_16	0.000***	0.000***

Fonte: O autor, 2021.

3.4.2.1 Mudanças ou manutenções

São verificadas somente pequenas mudanças pontuais que não são mantidas durante todo o período. Na realidade, há uma espécie de repetição na relação entre os modelos de 2013 a 2014 e 2012 a 2013 nos modelos entre 2015 a 2016 e 2014 a 2015. Os modelos de 2014 a 2015 têm uma dinâmica de elos potenciais muito parecida com a de 2012 a 2013, assim como o de 2015 a 2016 tem uma dinâmica de elos potenciais muito parecida com apresentado entre 2013 e 2014.

O mesmo se fala em relação às variáveis de sexo, idade, tempo de formação e, até mesmo, raça, a qual manteve o menor dado de relevância nos modelos. Isso indica que as dinâmicas sociais de inserção do mercado de trabalho foram mantidas, assim como as dinâmicas dentro do mercado de trabalho em relação às variáveis de formação. Os incumbidos e desafiantes foram mantidos.

3.4.2.2 Crise?

A crise econômica é incontestável, os dados apresentados no capítulo 2 deste trabalho, assim como as diversas análises arregimentadas (Filgueiras, 2019; Bresser-Pereira, 2018; Paula e Pires, 2017; Singer, 2015), o que envolve, inclusive, um aumento sensível de desemprego nesses anos. O que não se pode afirmar, de outra forma, é que há uma crise no campo do mercado de trabalho ou em seus campos embutidos. Isso quer dizer, as dinâmicas de força foram, via de regra, mantidas; salvo relações pontuais que não conseguem gerar uma nova estrutura, ao menos como percebido nos modelos.

3.4.3 Episódio de contenção ou manutenção

Nesse ponto serão explorados os resultados dos modelos referentes às passagens de 2017 a 2018, que está presente no Apêndice K e Apêndice L com as chances, e de 2018 a 2019, presente no Apêndice M e Apêndice N com as chances. Nesse ponto estimam-se as mudanças em curso após a Reforma Trabalhista de 2017 no que refere à dinâmica de chance de mobilidade de uma condição ou no que se convencionou nesse trabalho como os elos potenciais.

Adianta-se que houve a manutenção da dinâmica vista no campo estabelecido e continuada no que se imaginou ser o campo em crise. Isso indica que não houve mudanças estruturais nessa dinâmica de forças ou de formação de elos potenciais. O que então pode ter gerado uma argumentação de crise para basear a demanda por uma reforma tão profunda como a Reforma Trabalhista de 2017?

Evidentemente, os dados de desemprego são importantes, mas não bastam para justificar tal reforma; afinal houve outros momentos históricos do país de guinada do desemprego que não levaram a essa solução. Um exemplo são os picos de desemprego no início dos anos 2000 apresentados no trabalho de Rafael Bacciotti e Emerson Fernandes Marçal (2020).

Um ponto relevante é aquele apontado por Dari Krein e Magda de Barros Biavaschi (2015): há um processo de idas e vindas à flexibilização da legislação trabalhista brasileira. Esse processo se deve a uma dinâmica de disputa sobre a centralidade do controle do mercado de trabalho, seja mais centrado nas empresas ou descentralizado pela intervenção do Estado em nome do empregado. Dessa forma, entende-se que a crise se tratou, na realidade, de parte desse processo, talvez de forma politicamente mais intensa, mas não referenciado na dinâmica de forças do campo.

Por fim, serão expostas as tabelas de regressão reduzidas dos anos finais da análise.

Tabela 8 - Resultados reduzidos - 2017 e 2018

	(Intercept)	POSOCUP_52	POSOCUP_53	POSOCUP_54
POSOCUP_52	-0.413	3.080	2.003	2.302
POSOCUP_53	-10.159	1.863	4.957	0.448
POSOCUP_54	-1.452	1.855	0.542	3.187
POSOCUP_55	-3.314	3.397	1.430	3.756
POSOCUP_56	-0.276	2.261	1.199	2.853
p POSOCUP_52	0.038**	0.000***	0.000***	0.000***
p POSOCUP_53	0.429*	0.000***	0.000***	0.070*
p POSOCUP_54	0.000***	0.000***	0.045*	0.000***
p POSOCUP_55	0.000***	0.000***	0.006**	0.000***
p POSOCUP_56	0.160*	0.000***	0.000***	0.000***

	POSOCUP_55	POSOCUP_56
POSOCUP_52	3.380	2.828
POSOCUP_53	1.644	1.506
POSOCUP_54	3.776	3.184
POSOCUP_55	5.946	4.773
POSOCUP_56	4.425	4.975
p POSOCUP_52	0.000***	0.000***
p POSOCUP_53	0.000***	0.000***
p POSOCUP_54	0.000***	0.000***
p POSOCUP_55	0.000***	0.000***
p POSOCUP_56	0.000***	0.000***

Fonte: O autor, 2021.

Tabela 9 - Resultados reduzidos - 2018 e 2019

	(Intercept)	POSOCUP_12	POSOCUP_13	POSOCUP_14
POSOCUP_12	0.294	3.128	2.018	2.320
POSOCUP_13	-6.782	1.983	5.093	0.614
POSOCUP_14	-0.970	2.115	0.814	3.437
POSOCUP_15	-2.276	2.894	0.058	3.477
POSOCUP_16	0.710	2.430	1.274	2.999
p POSOCUP_12	0.535	0.000***	0.000***	0.000***
p POSOCUP_13	0.233*	0.000***	0.000***	0.016*
p POSOCUP_14	0.048*	0.000***	0.001**	0.000***
p POSOCUP_15	0.000***	0.000***	0.935	0.000***
p POSOCUP_16	0.129*	0.000***	0.000***	0.000***

	POSOCUP_15	POSOCUP_16
POSOCUP_12	3.382	2.758
POSOCUP_13	0.668	1.794
POSOCUP_14	3.923	3.408
POSOCUP_15	5.639	4.541
POSOCUP_16	4.502	5.205
p POSOCUP_12	0.000***	0.000***
p POSOCUP_13	0.354*	0.000***
p POSOCUP_14	0.000***	0.000***
p POSOCUP_15	0.000***	0.000***
p POSOCUP_16	0.000***	0.000***

Fonte: O autor, 2021.

3.5 Elos e manutenção

O que se pode estabelecer com base nesses dados é que a dinâmica de elos potenciais foi mantida entre os anos. Não se tratou de uma crise que interferiu no poder de quem já estava no poder. Isso leva a duas reflexões importantes. O desdobramento da Reforma Trabalhista de 2017 como instrumento de poder dos incumbidos em busca de reafirmar o seu poder no campo, mas não de forma a reduzir a agência dos desafiantes, as quais já eram baixas, mas somente consolidar a estrutura.

Há um movimento de instabilidade momentânea nas ocupações formais, em alguns anos há um movimento em direção à informalidade, o que reafirma o movimento pendular da flexibilização no país. Esse movimento não é somente no campo político e legal, mas na dinâmica demográfica, a qual oscila entre uma maior ida à informalidade e uma maior manutenção na formalidade.

Dados os diferentes tipos de ocupações formais, não é possível dizer que sejam todos incumbidos, portanto nem mesmo esse movimento pendular pode significar uma instabilidade na carreira do incumbido. Alguns dos formais podem ser MEIs ou empregados formais, mas de baixa formação, os quais estão sempre em contato com a informalidade. Na tabela abaixo temos os elos potenciais notados, via de regra, entre os diferentes grupos. Pode-se perceber que há uma tendência de salvaguarda das ocupações formais, enquanto o desemprego e as ocupações informais estão em constante troca de indivíduos, portanto formando diversos elos diretos e indiretos.

Dessa forma resumem-se as hipóteses deste capítulo dessa forma:

- Há um aumento da relação entre o desemprego e a ocupação quando ela é informal. Na realidade, essa relação se dá de forma direta, pelos elos traçados entre eles, mas também indireta, pelas relações com outros campos embutidos do mercado de trabalho como o desalento ou estar fora da força de trabalho.

- Não houve mudança na relação de elos potenciais entre emprego e desemprego com a Reforma Trabalhista de 2017, nem mesmo houve mudança nessa relação na crise anterior que justificou a reforma.

Tabela 10 - Elos potenciais dos campos do mercado de trabalho

	Ocupação informal	Empregadores	Desemprego	Desalento e fora da força de trabalho	Ocupação formal
Ocupação informal	X	X	X	X	X
Empregadores	X	X		X	
Desemprego	X		X	X	
Desalento e fora da força de trabalho	X	X	X	X	
Ocupação formal	X				X

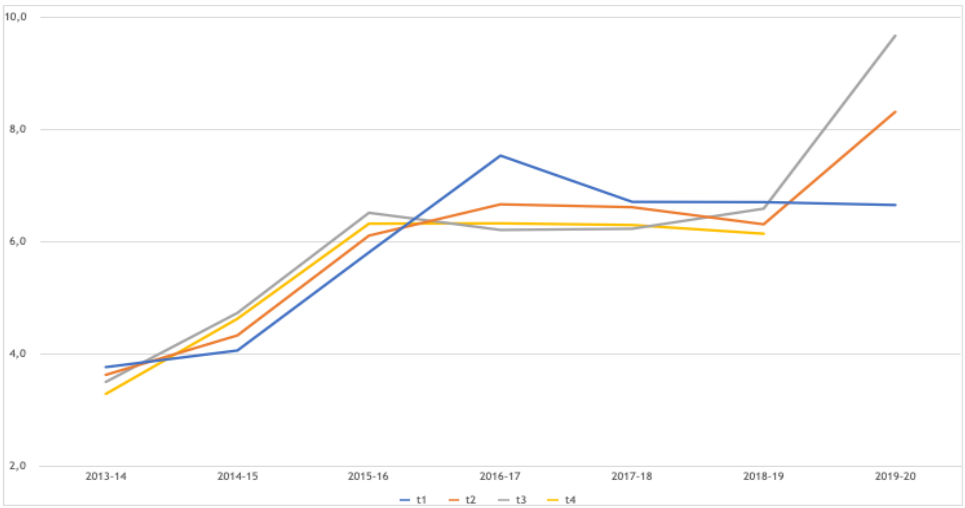
Fonte: O autor, 2021.

3.6 Questões finais relevantes

O modelo estatístico utilizado tem algumas limitações que precisam ser evidenciadas. O que concerne este ponto é não dar conta dos dados absolutos e acumulados durante os anos. Ou seja, enquanto ele avalia a tendência de transição, ele o faz de forma relativa as outras transições do período e não transições históricas. Isso está evidente no propósito do capítulo, que é verificar o elo potencial e relações entre campos em um devido momento; entretanto, ao observar os dados organizados e os gráficos construídos por Adalberto Cardoso, é possível trazer alguns questionamentos ao observado no modelo.

Como visto no Gráfico 5, houve um aumento significativo da passagem de ocupados informalmente para desempregados no tempo observado. Ainda, é evidente no Gráfico 6 uma tendência à redução da passagem dos ocupados informalmente para os ocupados formalmente no período observado; fenômeno semelhante é observado no Gráfico 7, que demonstra a passagem do desempregado para o ocupado. Por fim, entre 2018 e 2019, como visto no Gráfico 8, há uma tendência de queda na passagem dos ocupados formalmente para os ocupados informalmente.

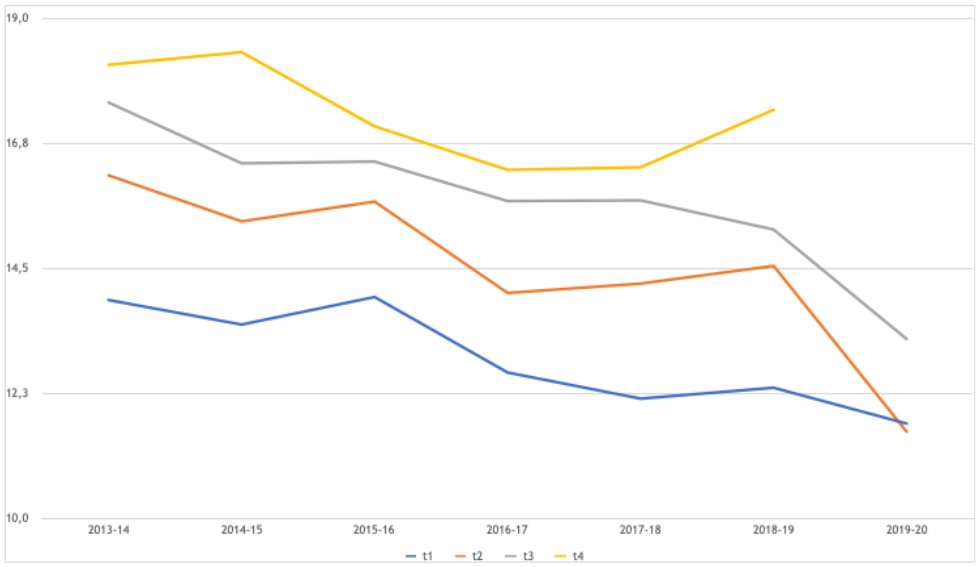
Gráfico 5 - Passagem de ocupado informal para desemprego



1

Fonte: Ipeadata, 2020.

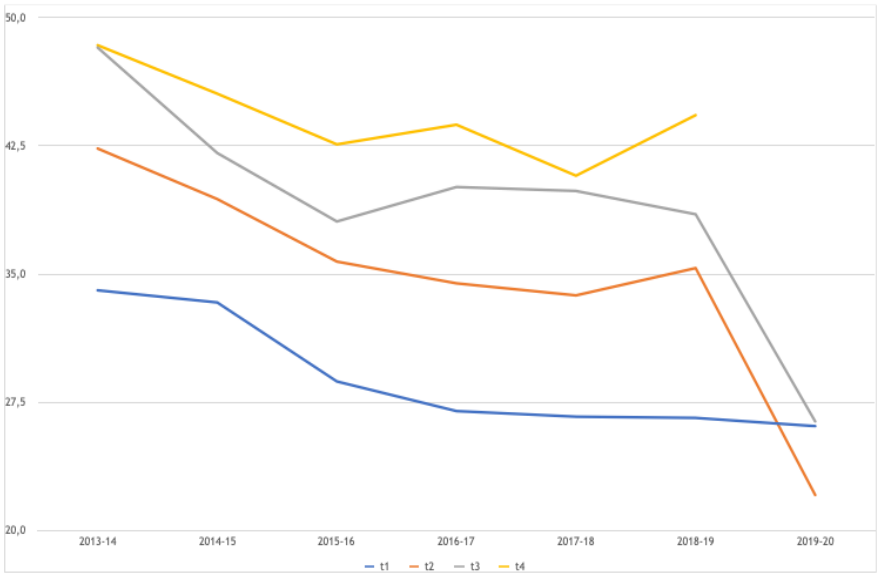
Gráfico 6 - Passagem de ocupado informal para formal



1

Fonte: Ipeadata, 2020.

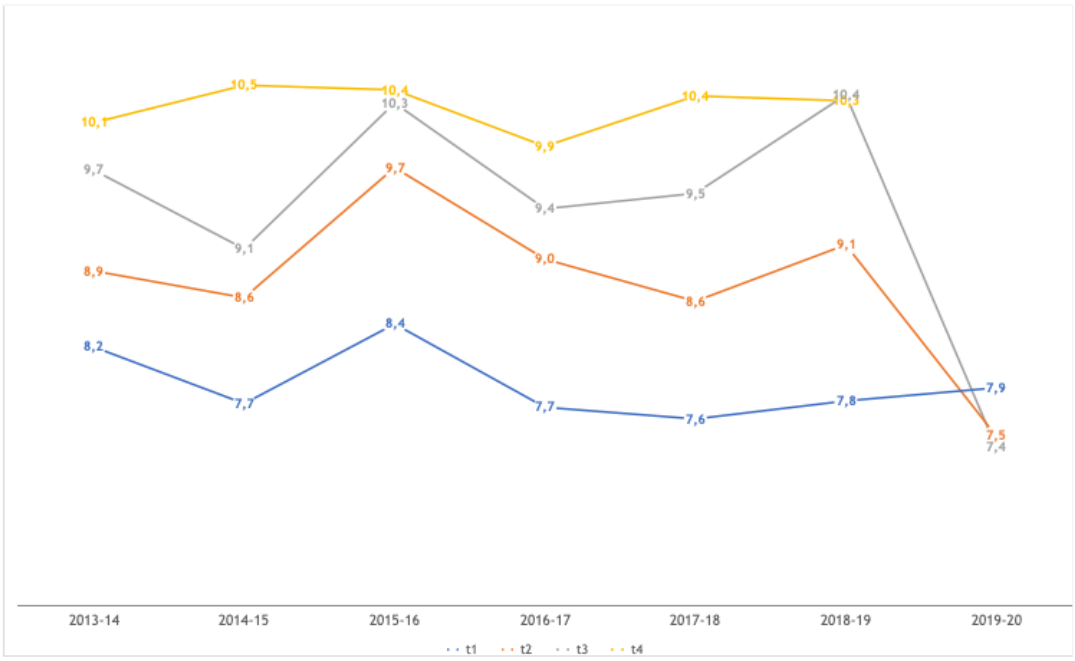
Gráfico 7 - Passagem de desemprego para ocupado



1

Fonte: Ipeadata, 2020.

Gráfico 8 - Passagem de ocupado formal para informal



1

Fonte: Ipeadata, 2020.

Observar esses dados descritivos revela que a realidade da crise existiu e foi cáustica. Dois aspectos podem ser, então, pontuados:

- O campo pode ser considerado em crise desde o início do processo observado e cuja crise segue sem contenção efetiva.

- As tendências de manutenção dos incumbidos são mantidas em relação aos desafiantes, entretanto os incumbidos estão enfrentando as dificuldades da crise.

Com isso, é possível afirmar que o campo não está em crise ao se considerar a manutenção do privilégio dos atores; entretanto esses atores estão, durante todo o processo observado, enfrentando desafios que prejudicam, em diferente medida, todos os participantes do campo.

CONCLUSÃO

As idas e vindas entre o emprego e o desemprego marcam a trajetória do brasileiro. Um emprego estável e um rendimento seguro representam mais que um direito, representam um privilégio. A formalidade da ocupação está diretamente vinculada a esse privilégio. Mais ainda, os elos estatais são responsáveis por representar a diferença entre um alto grau de incerteza no que é central em nossa sociedade, que é a capacidade de consumir.

A sociedade, no sentido abordado até então, pode ser dividida em campos, os quais representam recortes onde atores sociais disputam por uma finalidade comum sob a égide de regras comuns. Os atores sociais podem ser indivíduos, mas podem ser outros campos. Nesse ponto, aproveita-se para dividir o campo do mercado de trabalho em uma série de campos embutidos, em que se podem distinguir as dinâmicas do emprego formal, do emprego informal e do desemprego.

Com esse recorte teórico é possível abordar o Brasil contemporâneo em busca de respostas. De um lado, pode-se tentar entender os processos políticos e econômicos que afetaram o mercado de trabalho nos últimos anos. De outro lado, pode-se investigar as aproximações do emprego informal e do desemprego. É claro, para tanto, é preciso que esteja claro o que se está em jogo no Brasil, assim como no emprego informal e no desemprego.

O Brasil vivenciou o surgimento do seu estado de bem-estar social sob os auspícios da Constituição de 1988. Entretanto, desde então, muito foi disputado pelas forças que compunham o cenário político brasileiro. A segunda metade da década de 1990 foi responsável por um processo de flexibilização do trabalho; mas, durante a primeira década do milênio seguinte, muito foi feito para fortalecer a estrutura trabalhista brasileira. Dá-se conta de um processo de idas e vindas ao que concerne a legislação trabalhista e o caráter flexível do trabalho.

A crise econômica que abateu o Brasil em 2014 gerou efeitos severos na economia, portanto também no mercado de trabalho. Apesar de inegável efeito deletério, a dinâmica de transição do trabalho não parece ter sido tão afetada. Quem tinha mais estabilidade, seguiu tendo mais estabilidade, quem vivia em uma rotina de incerteza, seguiu convivendo com o risco da perda de qualidade de vida ou mesmo direitos mínimos que todo cidadão deveria ter.

Alguns itens anteriormente explorados merecem um destaque, os quais incidem em uma compreensão dos tempos atuais e dos campos do mercado de trabalho neles embutidos. Ainda que não sejam itens de grande novidade, podem ser explorados a partir de um escopo que revele certas novidades, em especial sob a perspectiva de uma aproximação na vida de quem vive no trabalho informal e no desemprego.

- O trabalho não deve ser algo de simples *commoditização;* ao contrário, o mercado de trabalho deve ser, enquanto mercado, o mais moralizado possível.

- Há um descompasso entre parte das pretensões políticas do país e as demandas trabalhistas de uma sociedade sem um robusto estado de bem-estar social.

Como os campos podem promover a questão

Entender uma sociedade a partir de campos de ação estratégica (Fligstein e MacAdam, 2012) permite recortes a partir das disputas sociais, as quais são extremamente importantes no campo político e no econômico. Um exemplo é como a economia tem o valor construído de duas formas distintas, uma universalidade econômica de pretensões racionais e aspectos próprios do grupo que opera nesse campo econômico (Bourdieu, 1997).

A realidade é que a sociologia dota a economia de um forte aspecto relacional, o qual inscreve a economia mais uma vez na sociedade. É um processo contrário ao que Karl Polanyi percebe ocorrer durante a consolidação do pensamento clássico econômico, o qual visa desincrustar a economia da sociedade (Polanyi, 2012). Ao fazê-lo pelos campos é possível delimitar, recortar e entender as relações preponderantes para aquele campo, portanto é possível atentar para a atuação de indivíduos e instituições que possam iluminar as regras do jogo daquele campo.

Dentre as regras, os atores e os campos, o que é importante destacar em um campo do mercado de trabalho envolve estes itens: a economia; os atores dominantes; o mercado de intermediação; o grau de moralização; e a estrutura de proteção ao trabalho. Esses dados expostos dão conta de desenhar um mapa geral de como as relações profissionais são operadas em uma instância mais global.

Reduzindo o escopo e, talvez, realizando modificações finas nas variáveis, é possível observar, até mesmo, dinâmicas em campos mais específicos.

A compreensão da dinâmica de poder e de estruturas demonstra quem está no poder e a quem as regras favorecem. Por outro lado, como observar de uma forma concreta esse favorecimento acontecendo? Enquanto uma pesquisa empírica qualitativa daria conta das causalidades nessa relação, dados empíricos quantitativos podem demonstrar padrões que indiquem os favorecidos e os não favorecidos.

Por exemplo, se o intuito de uma sociedade do trabalho é obter rendimentos para o consumo, a existência do desemprego, quem não tem ocupação e busca por uma, é representação de uma distorção. Somente estarão expostos às distorções aqueles que não conseguem se favorecer das regras vigentes. Importa dizer que, os incumbidos não estarão necessariamente criando as regras; entretanto, certamente, irão priorizar a manutenção das regras que os favorecem.

O recorte a partir da teoria dos campos de ação estratégica, portanto promove um entendimento do mapa de forças dentro do campo do mercado de trabalho, as possíveis crises entre quem está no poder e as buscas por soluções, chamadas de ações de contenção. Esse favorecimento estará exposto na precipitação do trabalho, na promoção do indivíduo; mas, também, na estabilidade do trabalho, a qual é a capacidade de se manter nele.

A questão social do emprego

O emprego é um dos principais modos de organização da vida social no Brasil atualmente, é nele que se obtêm os rendimentos para se consumir tanto o mínimo demandado para uma vida digna, quanto o necessário para desenvolver *status*. Ainda assim, há aqueles que ficam de fora ou nas franjas desse modelo de organização, esses fazem parte da questão social (Castel, 1995).

Se essa ausência já teve uma série de formas, atualmente ela se apresenta como o desemprego e o desalento. São as múltiplas incursões no desemprego e no desalento que levam, por vezes, um indivíduo a ter uma vida fora até mesmo do que é previsto pela Constituição Federal 1988, portanto para um cidadão brasileiro. Ao se propor uma aproximação da ocupação informal com o desemprego, na realidade, propõe-se a adição da ocupação informal nas margens desse sistema de emprego.

Como afirmar que há aproximações? Ao afirmar que existem elos marcados pela movimentação de indivíduos entre um campo e outro, pode-se entender que há potencial relação entre esses campos em dois aspectos. O primeiro é pela relação pessoal desenvolvida por membros de um campo ou de outro, afinal se uma série de indivíduos circula entre os dois campos, é razoável que tenham construído diferente sorte de laços. O segundo é pela chance de movimentação, a qual incorpora a possibilidade do próprio indivíduo ir de um campo para o outro.

Nesse caso, aproxima-se na margem o desemprego e o emprego informal pela instabilidade que o desemprego gera no emprego informal e como a ida ao emprego informal não significa findar a chance de retorno ao desemprego. Não é que o indivíduo esteja sem rendimento no emprego informal, mas ele vive um grau de incerteza advindo da convivência com o desemprego que o leva a perder parte da segurança que um emprego deveria proporcionar.

É nessa questão das expectativas que reside o argumento. O desempregado convive com expectativas imensas de escassez e, em menor grau, também o empregado informalmente. A privação não é exclusiva do desempregado ou do desalentado, ainda que fosse, a grande possibilidade de um empregado informal em ir para o desemprego ou para o desalento já bastaria para criar um grau significativo de risco de privação.

Emprego e Ocupação

Ao lidar com os dados obtidos pela PNAD-C e organizados por Adalberto Cardoso, foi preciso organizar as ocupações como ocupados formalmente e ocupados informalmente. Isso gera um problema em não envolver somente os empregados, mas também os autônomos. Segundo Adalbero Cardoso (2016) o autônomo tem maior estabilidade, seja ele formal ou informal. Esse dado agregado, portanto, pode gerar uma distorção da percepção que a formalidade faz à ocupação.

Nesse caso, entende-se que a ocupação formal e informal envolve o efeito da formalidade em ambos os lados. Isso quer dizer que o grau de estabilidade ou chance de ir para o desalento e desemprego são menos relevantes que a razão posta entre as chances observadas no modelo construído. Quer dizer que o efeito da estabilidade do autônomo está distribuído em ambos os dados e se observa o resultado da formalidade em si.

Como apresentado no capítulo 3, essa estabilidade ocorre por uma série de fatores que não são necessariamente derradeiros. Na realidade, apesar de um autônomo ter menos chance de perder um emprego, ele pode ter uma variação nos rendimentos que o coloque em uma situação de privação ou escassez. Essa dinâmica importa, mas como o foco é o estudo do grau de formalidade, resta entender o efeito dessa formalidade na estabilidade da ocupação em si.

Outro ponto importante é o uso do desemprego, desalento e fora da força de trabalho enquanto condição em relação ao mercado de trabalho[20]. Um indivíduo que está em uma dessas condições, na verdade, está vivendo um aspecto negativo, ou seja, de falta do trabalho. Algo semelhante pode ser dito sobre os subempregados, os quais não foram tratados neste trabalho. Isso é importante para gerar a compreensão de que mesmo em um aspecto negativo da condição, os indivíduos não fogem a sua lógica.

O pêndulo da flexibilização

Com base no artigo publicado por José Dari Krein e Magda de Barros Biavaschi (2015) é possível perceber a existência de idas e vindas ao processo de flexibilização do trabalho. Com o resultado dos modelos do capítulo 3 é possível compreender que essa estrutura reflete na própria dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. Há um pêndulo do emprego que representa, possivelmente, uma disputa de interesses de atores do mercado de trabalho.

Krein (2007) apresenta que a flexibilização representa uma centralização do poder decisório sobre o emprego nas empresas. Tendo isso, pode-se inferir que o interesse do lado da flexibilização do pêndulo é das empresas. Por outro lado, o lado contra a flexibilização, aquele que busca o intermédio do Estado, está em atores sociais que entendem a demanda do trabalhador fora da lógica típica econômica. Em geral, são os próprios trabalhadores, mas não é possível se furtar a conceber outros atores de peso que entendam o mercado de trabalho de forma moralizada.

Esse pêndulo da flexibilização seguiu operando durante a crise econômica. Não houve grandes mudanças na dinâmica de transições, apesar do aumento de

[20] Para priorizar a concisão deste trabalho, seguir-se-á utilizando o termo condição para se referir à condição em relação ao mercado de trabalho.

condições negativas do trabalho. Isso quer dizer que, via de regra, foram as mesmas pessoas que perderam o emprego; e os incumbidos foram menos afetados pela crise, mesmo que enfrentem suas mazelas. O mercado mantendo-se estabelecido, a crise parece servir para a reafirmação da atuação dos incumbidos. Essa reafirmação está na Reforma Trabalhista de 2017, a qual consolidou o aspecto flexibilizante disputado nas décadas anteriores.

A não mudança drástica da dinâmica de transição entre incumbidos reafirma que essa reforma veio para reafirmar privilégios. Isso indica duas coisas importantes: as empresas são os incumbidos; o grau de moralização foi severamente reduzido. Isso implica uma tendência ainda maior a uma interpretação do emprego enquanto mercadoria, portanto dentro de uma lógica que desconhece as necessidades do indivíduo moderno.

A moralização do mercado

Lisa Suckert (2017) estudou o mercado de leite alemão, entretanto as bases do que ela chama de moralização do mercado são fundamentais para se pensar o mercado de trabalho. A ideia básica é a existência de valores fora da cepa de valores típicos da economia liberal, os quais se vestem de universais e racionais. Na realidade, o mais racional é o entendimento e aceitação dos diversos valores que operam nas culturas, como investigado e exposto por Zelizer (2010).

A moralização do mercado de trabalho não significa, necessariamente, a operação do mercado de trabalho a partir de valores humanísticos, mas a partir dos valores de uma determinada comunidade. Em especial, é importante que estejam sempre ponderados os valores de uma sociedade cuja centralidade ainda é o trabalho. Não é possível conceber uma sociedade em que o trabalho é o principal marcador de um indivíduo, ou o consumo, o qual depende do trabalho, sem que o trabalho seja entendido de forma moralizada.

A moralização do trabalho se dá pelas leis trabalhistas, mas pode ocorrer pelo costume. A grande vantagem das leis trabalhistas é que elas podem ser formatadas institucionalmente, enquanto o costume termina ficando à revelia dos poderes locais. Não é possível que uma sociedade normalize a existência de uma grande instabilidade no emprego e ela se entenda como uma sociedade voltada para o trabalho.

Se não a moralização do trabalho, o quê?

É possível compreender que a sociedade segue mudando, que a flexibilização do trabalho vem conforme há avanço tecnológico e essa agenda não pode ser barrada. Na realidade, a flexibilização do trabalho não precisa ser um fenômeno negativo. Poder trabalhar de mais lugares ou realizar um trabalho de diferentes formas é positivo. Por outro lado, essa não é a acepção de flexibilização tomada neste trabalho até aqui.

Foi desenvolvida a ideia da flexibilização como a flexibilização das leis trabalhistas, permitindo um maior número de modalidades de contrato. Ao se remeter a essa noção de flexibilização a partir dos princípios dos avanços tecnológicos, pode-se entender que diferentes organizações do trabalho necessitam de diferentes contratos. É natural que um empregador não queira pagar um salário todo mês para um funcionário que ele só precisa em contingências. Dessa forma, é natural que ele defenda a terceirização ou a institucionalização do emprego intermitente.

Concebendo-se os avanços do trabalho nessa pauta, pode-se entender que a demanda não está necessariamente na moralização do trabalho, mas pode estar em outro ponto importante. Na moralização da política social. Se o trabalho está obedecendo às regras do espírito do tempo, em que o contrato não é mais uma garantia, mas uma trava, talvez a política social seja a responsável por modificar a forma como ela se entende.

Se o desemprego, o desalento e o emprego informal estão tendendo a ser naturalizados; assim como o emprego formal está cada vez mais organizado em bases amplas e poucos seguras; o trabalho não pode ser mais o centro da vida do indivíduo. Um indivíduo não pode viver qualquer tipo de privação por conta de algo que é típico e esperado. Esse tipo de perspectiva revela outros desafios, os quais, certamente, serão igualmente negados pelos incumbidos no mercado de trabalho, as empresas.

O principal desses desafios é o estabelecimento de um estado de bem-estar social amplo e profundo que retire a importância do emprego ou do rendimento. Ou seja, se alguém ficar sem rendimento, esse alguém não será prejudicado por isso. Coisas como moradia, educação, saúde e consumo de diversas ordens, inclusive a

cultura, estariam garantidas pelo Estado e pelo pacto traçado entre cidadãos de uma Nação.

Ainda, pode-se aproveitar esse tipo de demanda para a redução do tempo gasto no emprego. A redução da jornada de trabalho é uma forma de reduzir o peso que o trabalho tem na vida de um indivíduo, dividir os rendimentos e aumentar o acesso ao tempo livre, o que é extremamente importante para o desenvolvimento de uma vida centrada em outros afazeres.

Afinal, se o trabalho pode se tornar secundário, se a produção de riquezas já não demanda mais que um indivíduo exerça sua função em uma rotina diária e cansativa, o foco não deveria ser a construção de uma sociedade com menos trabalho? É claro que esse tipo de proposta demandaria uma investigação sobre os efeitos de políticas como a da redução do tempo de trabalho e uma proposta econômica que viabilize um estado de bem-estar social tão profundo.

Não é simples pensar nesse tipo de resposta. O maior problema no processo de flexibilização, mesmo o legal, é a prioridade dos interesses privados de uma elite empresarial pouco interessada no desenvolvimento da sociedade. Uma flexibilização que venha com a redução da demanda na necessidade do trabalho pode ser muito bem vinda por todos, entretanto isso demanda uma nova agenda de pesquisa.

REFERÊNCIAS

BACCIOTTI, R.; MARÇAL, E. F. *Taxa de desemprego no Brasil em quatro décadas:* retropolação da PNAD contínua 1976 a 2016. Estudos Econômicos, v.50, n.3, 2020.

BECKERT, J.; ASPERS, P.. *The Worth of Goods:* Valuation & Pricing in the Economy. Oxford: Oxford University Press, 2011.

BENOÎT-GUILBOT, O.; GALLIE, D. *Chômeurs de longe durée.* Arles: Antes Sud, 1992.

BOURDIEU, P. *A distinção:* Crítica social do julgamento. Porto Alegre, Zouk, 2013. 556 p.

_____. *Le champ économique.* Actes de la recherche en sciences sociales, v.119, p.48-66, setembro, 1997.

_____; Wacquant, L.. *An invitation to reflexive sociology.* Chicago; Polity Press, 1992.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; PAULA, L. F. de; BRUNO, M.. *Financialization, coalition of interests and interest rate in Brazil.* Revue de la régualition, n.27, Primavera, 2020.

CALEIRAS, J. *Do desemprego à pobreza? Trajectórias, experiências e enfrentamentos. E*-cadernos (CES) Online, enviado 01 de dezembro 2008. Disponível em: http://journals.openedition.org/eces/1472. Acesso em: 05 mar, 2020.

CARDOSO, A.. *Work in Brazil:* Essays in historical and economic sociology. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2017. 286 p.

_____: *Informality and public policies to overcome it:* the case of Brazil. Sociologia e Antropologia, v.6, p.321-349, Agosto, 2016.

CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale:* Une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995. 492 p.

DEMAZIÈRE, D. *Sociologie des chômeurs*. Paris: Éditions La Découverte, segunda edição, 2006. 128 p.

_____; GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H.; KURUMI, S.. *Être chômeur à Paris, São Paulo, Tokyo.* Paris: Presses des Sciences Po, 2013. 351 p.

DIMAGGIO, P. *Introduction: Making sense of contemporary firm* and prefiguring its future. In: _____. *Twenty-First-Century firm:* Changing economic organization in international perspective, Princeton: Princeton University Press, p.33-68, 2001.

_____; POWELL, W. *The iron Cage revisited:* Institucional isomorphism and collective rationality in organizational fields. American Sociological Review, v.48, n.2, p.147-160, abril, 1983.

DRAIBE, S. M. *The Brazilian developmental welfare state:* Rise, Decline and Perspectives. In: RIESCO, M. *Latin America*: A new developmental welfare state model in the making? Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2007.

FÉLIX, C.; MEYER, D. R.; CASTELLO BRANCO, H. A.; PACHECO, L. M. de M. *Emprego, subemprego e desemprego*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

FILGUEIRAS, V. A. *As promessas da Reforma Trabalhista:* combate ao desemprego e redução da informalidade. In: KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R. V.;_____. *Reforma trabalhista no Brasil:* promessas e realidade. CAMPINAS: Editora Curt Nimuendaju, 2019. 222 p.

FITZMAURICE, C. J; LADEGAARD, I.; ATTWOOF-CHARLES, W.; CANSOY, M.; CARFAGNA, L. B; SCHOR, J. B; WENGRONOWITZ, R. *Domesticating the market:* moral exchange and the sharing economy. Socio-Economic Review, v.18, n.1, 81-102, 2020.

FLIGSTEIN, N.. *Economic action and social structure:* The Problem of embeddedness. American Journal of Sociology, v.91, n.3, p.481-510, novembro, 1985.

_____. *The architecture of markets: an economic sociology of twenty-first-century capitalism societes.* Princenton: Princeton University Press, 2001. 274 p.

_____; MACADAM, D. *A theory of Fields.* Nova Iorque: Oxford University Press, 2012.

FREYSSINET, J. *Le chômage.* Paris: Éditions La Découverte, 2004.129 p.

GAUTIÉ, J. *Le chômage*. Paris: Éditions La Découverte, 2015. 128 p.

GOMES, A. de C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 320 p.

GUIMARÃES, N. A. *Por uma sociologia do desemprego*. Em: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.17, n.50, outubro, 2002.

_____. *À procura de trabalho:* Instituições do mercado e redes. Belo Horizonte: Argumentum, 2009

GRANOVETTER, M.. *The strenght of weak ties.* The American Journal of Sociology, Chicago, v. 78, n.6, p.1360-1380, maio. 1973.

_____. *Economic Action and Social Strcuture: The Problem of Embeddedness.* American Journal of Sociology, v.91, n.3, p.481-510, novembro, 1985.

HANNAN, M. T.; FREEMAN, J. *Structural inertia and organizational change*. American Sociological Review, v. 49, p.149-64, 1984.

HIRATA, H.; HUMPHREY, J. *Desemprego oculto pelo trabalho precário:* operários industriais na Grande São Paulo. São Paulo em Perspectiva, v.3, p.84-91, janeiro\junho, 1989.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.* São Paulo, Editora Nova Cultural Ltda, 1996. 328 p.

KLUTTZ, D.; FLIGSTEIN, N. *Varieties of sociological Field theory.* In: ABRUTYN, Seth. *Handbook of contemporary sociological theory.* Wisconsin: Springer. p. 184-205, 2016.

KREIN, J. D. *Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil:* 1990-2005. Tese (Doutorado em Economia Aplicada), Universidade de Campinas, Campinas, 2007.

____. BIAVASCHI, M. de B. *Brasil:* os movimentos contraditórios da regulação do trabalho dos anos 2000. Cuadernos del CENDES, n. 89, Maio-Agosto, 2015.

KÜPFER, D.; CASTILHO, M.; DWECK, E.; NICOLL, M. *Diferentes parceiros, diferentes padrões*: Comércio e mercado de trabalho do Brasil nos anos 2000. Santiago: Divisão de Comércio Internacional e Integração, 2012.

MACKENZIE, D.; MILLO, Y.. (2003). *Negotiating a Market, Performing Theory*: The Historical Sociology of a Financial Derivatives Exchange. The American Journal of Sociology, v.109. p.107-145, 2003.

MENZES-FILHO, N. A; PICCHETTI, P. *Os determinantes da duração do desemprego em São Paulo.* Pesquisa em Planejamento Econômico, v.30, n.1, abril, 2000.

MOREIRA, A. B.; FOGUEL, M. N.; CORSEUIL, Carlos Henrique L. *Fluxos no mercado de trabalho e dinâmica do desemprego em diferentes horizontes temporais.* Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

NASSIF, A.; MORANDI, L.; ARAÚJO, E.; FEIJÓ, C. *Economic development and stagnation.* In: *Brazil (1950-2011)*. Structural Changes and Economic Dynamics, v.53, Junho, p. 1-15, 2020.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. *Desindustrialização:* conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. Em: Revista de Economia Política vol 30, n. 2, 2010.

PAULA, L. F. de; PIRES, M. *Crise e perspectivas para a economia brasileira*. Estudos Avançados, v.31, n.89, p.125-144, 2017.

_____; SANTOS, F.; MOURA, R. *The developmentalist project of the PT Government:* an economic and political assessment. Latin American Perspectives, v.47, n.2, Março, 2020, p.8-24.

PRATES, D. M; FRITZ, B.; _____. de. *Uma avaliação das políticas desenvolvimentistas nos governos do PT.* Cadernos do desenvolvimento, v.12, n.21, julho-dezembro, p.187-215, 2017.

REIS, E. M. P. *Elites agrárias, state-building e autoritarismo.* Revista de Ciências Sociais, v. 25, n.3, p.331-348, 1982.

REIS, M.; AGUAS, M.. *Duração do desemprego e transição para o emprego formal, a inatividade e a informalidade.* Economia Aplicada, v.18, n.1, p.35-50, 2014.

SOUSA, A. C. de; ANDRADE, P. S. de. *Reforma Trabalhista, precarização do trabalho e imperativos do capital.* Vozes, Pretérito & Devir, Dossiê Temático, Ano VII, v.11, n.2, 2020.

SANTOS, W. G. dos. Poder e política: crônica do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978. 212 p.

SILVA, S. P. *O paradigma de sistema público de emprego da OIT e a sua construção histórica no Brasil.* Rio de Janeiro: IPEA, 2020.

SINGER, A. *Cutucando onças com varas curtas*. Novos Estudos, n.2, p.39-67, Julho, 2015.

STREECK, W. *The sociology of labor markets and trade unions.* In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. *The handbook of economic sociology*. Segunda Edição, Nova Iorque: Princeton University Press, p. 254-23, 2005.

SUCKERT, L. *Unravelling ambivalente:* A field-theoretical approach to moralised markets. Current Sociology, p.1-22, 2017.

WITT, M. A; DE CASTRO, L. R. K.; AMAESHI, K.; MAHROUM, S.; BOHLE, D.; SAEZ, L. *Mapping the Business Systems of 61 major economies:* a taxonomy and implucations for varieis of capitalismo and Business Systems research. Socio-Economic Review, v.16, n.1, p.5-38, 2018.

POLANYI, K. *A Grande Transformação: as origens da nossa época.* 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 337 p.

ZELIZER, V. *The purchase of intimacy.* Princeton: Princeton University Press, 2005. 232 p.

_____. *Economic lives:* how culture shapes the economy. Princeton: Princeton University Press, 2010. 496 p.

ZORN, D. M. *Here a Chief, There a Chief:* the rise of the CFO in the American firm. American Sociological Review, v.69, p.345-364, Junho, 2004.

ZYLBERSTAJN, E.; SOUZA, A. P. *The ins and outs of unemployment in a dual labor market.* Anais do XLIII Encontro Nacional de Economia, 227, ANPEC, 2016.

APÊNDICE A

	(Intercept)	POSOCUP_12	POSOCUP_13	POSOCUP_14
Coefficient_2	0.516	2.810	2.245	1.782
Coefficient_3	-11.776	1.946	4.861	-0.671
Coefficient_4	-1.238	1.490	0.217	2.524
Coefficient_5	-2.773	2.984	2.138	3.438
Coefficient_6	0.760	2.164	1.242	2.488
Std. Errors_2	0.317	0.036	0.104	0.067
Std. Errors_3	0.187	0.093	0.108	0.507
Std. Errors_4	0.361	0.069	0.389	0.081
Std. Errors_5	0.437	0.186	0.537	0.212
Std. Errors_6	0.313	0.048	0.166	0.072
z stat_2	1.631	77.585	21.522	26.603
z stat_3	-63.025	21.026	44.911	-1.323
z stat_4	-3.433	21.685	0.557	31.328
z stat_5	-6.352	16.044	3.981	16.230
z stat_6	2.429	45.225	7.465	34.698
p value_2	0.103*	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.000***	0.000***	0.000***	0.186
p value_4	0.001***	0.000***	0.578	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.015**	0.000***	0.000***	0.000***

	POSOCUP_15	POSOCUP_16	Regiao_5Nordeste	Regiao_5Norte
Coefficient_2	3.395	2.530	0.524	0.536
Coefficient_3	1.996	1.092	0.009	0.174
Coefficient_4	3.585	2.651	0.845	0.543
Coefficient_5	5.794	4.192	1.856	0.821
Coefficient_6	4.465	4.535	0.472	0.272
Std. Errors_2	0.206	0.049	0.055	0.065
Std. Errors_3	0.615	0.165	0.132	0.157
Std. Errors_4	0.228	0.072	0.093	0.108
Std. Errors_5	0.280	0.186	0.191	0.219
Std. Errors_6	0.205	0.050	0.061	0.073
z stat_2	16.449	51.972	9.478	8.257
z stat_3	3.248	6.612	0.066	1.106
z stat_4	15.702	37.033	9.048	5.036
z stat_5	20.695	22.492	9.698	3.756
z stat_6	21.805	89.864	7.691	3.728
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.001***	0.000***	0.947	0.269*
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***

	Regiao_5Sudeste	Regiao_5Sul	V2007_52	V2010_52
Coefficient_2	-0.219	-0.289	0.180	0.054
Coefficient_3	-0.205	-0.457	-0.596	-0.458

Coefficient_4	0.119	-0.283	0.363	0.352
Coefficient_5	-0.275	-0.352	0.708	0.038
Coefficient_6	-0.036	-0.164	1.082	0.029
Std. Errors_2	0.056	0.061	0.031	0.064
Std. Errors_3	0.126	0.136	0.080	0.181
Std. Errors_4	0.096	0.111	0.049	0.098
Std. Errors_5	0.218	0.240	0.076	0.165
Std. Errors_6	0.061	0.067	0.034	0.070
z stat_2	-3.942	-4.776	5.821	0.850
z stat_3	-1.630	-3.351	-7.422	-2.538
z stat_4	1.237	-2.543	7.449	3.592
z stat_5	-1.259	-1.468	9.357	0.229
z stat_6	-0.581	-2.453	31.761	0.416
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***	0.395*
p value_3	0.103*	0.001***	0.000***	0.011*
p value_4	0.216*	0.011**	0.000***	0.000***
p value_5	0.208*	0.142*	0.000***	0.819
p value_6	0.561	0.014**	0.000***	0.678

	V2010_53	V2010_54	V2010_55	V2010_59	Idade16 a 19
Coefficient_2	0.074	0.032	0.562	-5.920	-1.283
Coefficient_3	-0.142	-0.440	-0.217	-1.026	6.176
Coefficient_4	0.399	0.236	0.545	-0.398	-1.021
Coefficient_5	0.684	0.154	-0.259	16.076	-1.817
Coefficient_6	0.121	0.018	0.395	-5.608	-1.984
Std. Errors_2	0.300	0.035	0.338	0.000	0.311
Std. Errors_3	0.471	0.087	1.045	0.000	0.379
Std. Errors_4	0.473	0.057	0.485	0.000	0.337
Std. Errors_5	0.767	0.090	1.056	0.000	0.346
Std. Errors_6	0.307	0.038	0.375	0.000	0.305
z stat_2	0.248	0.906	1.665	-1.170	-4.121
z stat_3	-0.302	-5.034	-0.207	-3.168	16.290
z stat_4	0.844	4.179	1.122	-2.819	-3.032
z stat_5	0.892	1.717	-0.245	8.738	-5.257
z stat_6	0.395	0.465	1.055	-1.217	-6.506
p value_2	0.804	0.365*	0.096*	0.000***	0.000***
p value_3	0.763	0.000***	0.836	0.000***	0.000***
p value_4	0.399*	0.000***	0.262*	0.000***	0.002**
p value_5	0.372*	0.086*	0.807	0.000***	0.000***
p value_6	0.693	0.642	0.291*	0.000***	0.000***

	Idade20 a 24	Idade25 a 29	Idade30 a 34	Idade35 a 39
Coefficient_2	-1.555	-1.605	-1.671	-1.744
Coefficient_3	6.567	7.438	7.899	7.882
Coefficient_4	-1.447	-1.839	-2.083	-2.264
Coefficient_5	-2.353	-2.966	-2.867	-2.944
Coefficient_6	-2.762	-2.990	-3.146	-3.266
Std. Errors_2	0.310	0.310	0.310	0.310

Std. Errors_3	0.212	0.132	0.108	0.107
Std. Errors_4	0.336	0.338	0.339	0.340
Std. Errors_5	0.350	0.359	0.355	0.355
Std. Errors_6	0.304	0.305	0.305	0.305
z stat_2	-5.018	-5.181	-5.396	-5.634
z stat_3	30.952	56.558	73.323	73.557
z stat_4	-4.305	-5.446	-6.148	-6.657
z stat_5	-6.718	-8.263	-8.078	-8.285
z stat_6	-9.074	-9.806	-10.319	-10.709
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***

	Idade40 a 44	Idade45 a 49	Idade50 a 54	Idade55 a 59
Coefficient_2	-1.702	-1.782	-1.660	-1.508
Coefficient_3	8.314	8.278	8.176	8.376
Coefficient_4	-2.389	-2.628	-2.745	-2.873
Coefficient_5	-2.926	-3.034	-2.929	-2.930
Coefficient_6	-3.287	-3.295	-2.824	-2.359
Std. Errors_2	0.310	0.310	0.310	0.312
Std. Errors_3	0.100	0.098	0.108	0.121
Std. Errors_4	0.342	0.344	0.349	0.361
Std. Errors_5	0.356	0.356	0.360	0.372
Std. Errors_6	0.305	0.305	0.305	0.306
z stat_2	-5.496	-5.753	-5.351	-4.837
z stat_3	83.095	84.473	75.676	69.423
z stat_4	-6.992	-7.648	-7.867	-7.968
z stat_5	-8.227	-8.523	-8.131	-7.873
z stat_6	-10.774	-10.805	-9.256	-7.707
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***

	Idade60<	Anos_de_Estudo11 a 14	Anos_de_Estudo15<
Coefficient_2	-1.088	-1.174	-1.714
Coefficient_3	8.880	0.491	0.582
Coefficient_4	-3.109	-0.323	-0.649
Coefficient_5	-2.392	-1.630	-2.748
Coefficient_6	-1.002	-1.401	-1.928
Std. Errors_2	0.312	0.057	0.070
Std. Errors_3	0.114	0.163	0.172
Std. Errors_4	0.373	0.099	0.118
Std. Errors_5	0.359	0.121	0.264
Std. Errors_6	0.305	0.061	0.075

z stat_2	-3.489	-20.572	-24.663
z stat_3	78.209	3.021	3.387
z stat_4	-8.344	-3.245	-5.475
z stat_5	-6.671	-13.485	-10.418
z stat_6	-3.280	-22.946	-25.560
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.000***	0.003**	0.001***
p value_4	0.000***	0.001***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.001***	0.000***	0.000***

	Anos_de_Estudo4 a 7	Anos_de_Estudo8 a 10
Coefficient_2	-0.330	-0.627
Coefficient_3	0.241	0.476
Coefficient_4	-0.314	-0.274
Coefficient_5	-0.624	-1.039
Coefficient_6	-0.605	-0.864
Std. Errors_2	0.057	0.061
Std. Errors_3	0.166	0.174
Std. Errors_4	0.106	0.106
Std. Errors_5	0.108	0.124
Std. Errors_6	0.060	0.065
z stat_2	-5.804	-10.344
z stat_3	1.450	2.738
z stat_4	-2.969	-2.574
z stat_5	-5.797	-8.394
z stat_6	-10.025	-13.304
p value_2	0.000***	0.000***
p value_3	0.147*	0.006**
p value_4	0.003**	0.010**
p value_5	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***

APÊNDICE B

	(Intercept)	POSOCUP_12	POSOCUP_13	POSOCUP_14	POSOCUP_15
2	1.676	16.607	9.440	5.939	29.820
3	0.000	6.998	129.122	0.511	7.361
4	0.290	4.439	1.242	12.474	36.038
5	0.062	19.769	8.481	31.138	328.176
6	2.139	8.707	3.463	12.035	86.945

	POSOCUP_16	Regiao_5Nordeste	Regiao_5Norte	Regiao_5Sudeste
2	12.559	1.689	1.709	0.803
3	2.981	1.009	1.189	0.815
4	14.168	2.328	1.722	1.126
5	66.148	6.399	2.272	0.760
6	93.179	1.602	1.312	0.965

	Regiao_5Sul	V2007_52	V2010_52	V2010_53	V2010_54	V2010_55
2	0.749	1.198	1.056	1.077	1.032	1.755
3	0.633	0.551	0.632	0.868	0.644	0.805
4	0.753	1.438	1.422	1.490	1.267	1.724
5	0.703	2.030	1.039	1.983	1.166	0.772
6	0.849	2.949	1.030	1.129	1.018	1.485

	V2010_59	Idade16 a 19	Idade20 a 24	Idade25 a 29	Idade30 a 34
2	0.003	0.277	0.211	0.201	0.188
3	0.358	481.250	711.129	1699.796	2695.421
4	0.672	0.360	0.235	0.159	0.125
5	9588248.738	0.163	0.095	0.052	0.057
6	0.004	0.137	0.063	0.050	0.043

	Idade35 a 39	Idade40 a 44	Idade45 a 49	Idade50 a 54	Idade55 a 59
2	0.175	0.182	0.168	0.190	0.221
3	2648.029	4078.704	3937.734	3556.233	4341.848
4	0.104	0.092	0.072	0.064	0.057
5	0.053	0.054	0.048	0.053	0.053
6	0.038	0.037	0.037	0.059	0.094

	Idade60<	Anos_de_Estudo11 a 14	Anos_de_Estudo15<
2	0.337	0.309	0.180
3	7188.565	1.634	1.789
4	0.045	0.724	0.523
5	0.091	0.196	0.064
6	0.367	0.246	0.145

	Anos_de_Estudo4 a 7	Anos_de_Estudo8 a 10
2	0.719	0.534
3	1.272	1.610
4	0.730	0.761
5	0.536	0.354
6	0.546	0.421

APÊNDICE C

ient_4	0.477	-0.087	0.425	0.252
cient_5	0.304	0.018	0.730	-0.260
Coefficient_6	-0.057	-0.283	1.055	-0.251
Std. Errors_2	0.054	0.059	0.030	0.063
Std. Errors_3	0.130	0.136	0.082	0.194
Std. Errors_4	0.105	0.120	0.050	0.100
Std. Errors_5	0.324	0.350	0.083	0.187
Std. Errors_6	0.059	0.065	0.033	0.069
z stat_2	-2.217	-5.375	6.245	-0.571
z stat_3	-0.135	0.038	-5.998	-2.260
z stat_4	4.553	-0.722	8.427	2.531
z stat_5	0.938	0.051	8.808	-1.387
z stat_6	-0.969	-4.381	31.816	-3.622
p value_2	0.027*	0.000***	0.000***	0.568
p value_3	0.892	0.969	0.000***	0.024*
p value_4	0.000***	0.470*	0.000***	0.011*
p value_5	0.348*	0.959	0.000***	0.166*
p value_6	0.333*	0.000***	0.000***	0.000***

	V2010_13	V2010_14	V2010_15	Idade16 a 19	Idade20 a 24
Coefficient_2	0.089	0.067	-0.049	-1.264	-1.302
Coefficient_3	0.704	-0.413	0.004	-0.509	-0.251
Coefficient_4	0.273	0.172	0.609	-0.512	-0.960
Coefficient_5	0.391	0.021	-7.959	-1.382	-1.557
Coefficient_6	0.481	-0.084	0.191	-1.808	-2.313
Std. Errors_2	0.273	0.034	0.415	0.171	0.170
Std. Errors_3	0.420	0.089	1.053	1.065	1.036
Std. Errors_4	0.491	0.058	0.613	0.203	0.204
Std. Errors_5	1.041	0.095	47.820	0.227	0.232
Std. Errors_6	0.268	0.037	0.444	0.167	0.167
z stat_2	0.327	1.967	-0.119	-7.383	-7.668
z stat_3	1.677	-4.646	0.004	-0.478	-0.242
z stat_4	0.556	2.976	0.994	-2.524	-4.702
z stat_5	0.375	0.219	-0.166	-6.098	-6.714
z stat_6	1.796	-2.270	0.430	-10.853	-13.856
p value_2	0.743	0.049*	0.905	0.000***	0.000***
p value_3	0.094*	0.000***	0.997	0.633	0.809
p value_4	0.578	0.003**	0.320*	0.012*	0.000***
p value_5	0.707	0.827	0.868	0.000***	0.000***
p value_6	0.072*	0.023*	0.667	0.000***	0.000***

	Idade25 a 29	Idade30 a 34	Idade35 a 39	Idade40 a 44
Coefficient_2	-1.349	-1.360	-1.349	-1.389
Coefficient_3	0.395	0.727	0.937	1.064
Coefficient_4	-1.383	-1.506	-1.645	-1.911
Coefficient_5	-1.938	-2.278	-2.184	-2.374
Coefficient_6	-2.576	-2.651	-2.641	-2.679
Std. Errors_2	0.170	0.169	0.170	0.170

Std. Errors_3	1.026	1.023	1.022	1.021
Std. Errors_4	0.207	0.208	0.211	0.215
Std. Errors_5	0.240	0.246	0.247	0.253
Std. Errors_6	0.168	0.168	0.168	0.168
z stat_2	-7.949	-8.035	-7.948	-8.185
z stat_3	0.385	0.711	0.917	1.041
z stat_4	-6.669	-7.245	-7.788	-8.885
z stat_5	-8.068	-9.243	-8.849	-9.400
z stat_6	-15.353	-15.824	-15.711	-15.927
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.700	0.477*	0.359*	0.298*
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***

	Idade45 a 49	Idade50 a 54	Idade55 a 59	Idade60<
Coefficient_2	-1.452	-1.378	-1.131	-0.795
Coefficient_3	1.238	1.174	1.378	1.852
Coefficient_4	-2.031	-2.288	-2.642	-2.663
Coefficient_5	-2.333	-2.180	-1.779	-1.505
Coefficient_6	-2.512	-2.224	-1.619	-0.396
Std. Errors_2	0.170	0.171	0.174	0.174
Std. Errors_3	1.021	1.022	1.024	1.023
Std. Errors_4	0.218	0.230	0.268	0.273
Std. Errors_5	0.255	0.256	0.266	0.249
Std. Errors_6	0.168	0.168	0.170	0.169
z stat_2	-8.542	-8.055	-6.503	-4.570
z stat_3	1.213	1.148	1.346	1.811
z stat_4	-9.315	-9.937	-9.875	-9.764
z stat_5	-9.150	-8.511	-6.679	-6.048
z stat_6	-14.976	-13.205	-9.496	-2.340
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.225*	0.251*	0.178*	0.070*
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***	0.000***	0.019*

	Anos_de_Estudo11 a 14	Anos_de_Estudo15<
Coefficient_2	-1.002	-1.363
Coefficient_3	0.505	0.521
Coefficient_4	-0.283	-0.675
Coefficient_5	-1.298	-2.438
Coefficient_6	-1.010	-1.513
Std. Errors_2	0.055	0.067
Std. Errors_3	0.161	0.172
Std. Errors_4	0.101	0.125
Std. Errors_5	0.135	0.323
Std. Errors_6	0.059	0.073

z stat_2	-18.288	-20.496
z stat_3	3.130	3.040
z stat_4	-2.794	-5.405
z stat_5	-9.580	-7.548
z stat_6	-17.164	-20.716
p value_2	0.000***	0.000***
p value_3	0.002**	0.002**
p value_4	0.005**	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***
	Anos_de_Estudo4 a 7	Anos_de_Estudo8 a 10
Coefficient_2	-0.189	-0.537
Coefficient_3	0.180	0.227
Coefficient_4	-0.131	-0.293
Coefficient_5	-0.227	-0.554
Coefficient_6	-0.294	-0.532
Std. Errors_2	0.055	0.059
Std. Errors_3	0.167	0.177
Std. Errors_4	0.106	0.108
Std. Errors_5	0.117	0.133
Std. Errors_6	0.058	0.063
z stat_2	-3.454	-9.179
z stat_3	1.078	1.284
z stat_4	-1.233	-2.705
z stat_5	-1.933	-4.167
z stat_6	-5.054	-8.487
p value_2	0.001***	0.000***
p value_3	0.281*	0.199*
p value_4	0.217*	0.007**
p value_5	0.053*	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***

APÊNDICE D

	(Intercept)	POSOCUP_52	POSOCUP_53	POSOCUP_54	POSOCUP_55
2	0.963	18.493	6.574	6.025	29.612
3	0.007	5.574	111.750	0.636	4.797
4	0.114	4.581	1.854	11.954	26.953
5	0.008	18.170	2.347	20.996	390.498
6	1.004	9.149	3.467	13.099	86.898

	POSOCUP_56	Regiao_1Nordeste	Regiao_1Norte	Regiao_1Sudeste
2	11.885	1.807	1.602	0.887
3	2.742	1.308	1.382	0.983
4	13.190	2.653	1.876	1.611
5	71.338	14.705	4.294	1.355
6	88.877	1.510	1.391	0.945

	Regiao_1Sul	V2007_12	V2010_12	V2010_13	V2010_14	V2010_15
2	0.727	1.208	0.965	1.094	1.070	0.952
3	1.005	0.613	0.645	2.022	0.662	1.004
4	0.917	1.529	1.287	1.314	1.188	1.839
5	1.018	2.076	0.771	1.478	1.021	0.000
6	0.753	2.872	0.778	1.618	0.919	1.210

	Idade16 a 19	Idade20 a 24	Idade25 a 29	Idade30 a 34	Idade35 a 39
2	0.283	0.272	0.259	0.257	0.260
3	0.601	0.778	1.485	2.069	2.553
4	0.599	0.383	0.251	0.222	0.193
5	0.251	0.211	0.144	0.102	0.113
6	0.164	0.099	0.076	0.071	0.071

	Idade40 a 44	Idade45 a 49	Idade50 a 54	Idade55 a 59	Idade60<
2	0.249	0.234	0.252	0.323	0.451
3	2.897	3.450	3.235	3.967	6.376
4	0.148	0.131	0.101	0.071	0.070
5	0.093	0.097	0.113	0.169	0.222
6	0.069	0.081	0.108	0.198	0.673

	Anos_de_Estudo11 a 14	Anos_de_Estudo15<	Anos_de_Estudo4 a 7
2	0.367	0.256	0.828
3	1.657	1.684	1.197
4	0.754	0.509	0.877
5	0.273	0.087	0.797
6	0.364	0.220	0.745

	Anos_de_Estudo8 a 10
2	0.584
3	1.255
4	0.746
5	0.575
6	0.587

APÊNDICE E

	(Intercept)	POSOCUP_12	POSOCUP_13	POSOCUP_14
Coefficient_2	0.182	2.958	1.747	1.951
Coefficient_3	-11.481	1.760	4.788	0.018
Coefficient_4	-0.958	1.601	-0.140	2.734
Coefficient_5	-3.921	2.784	1.295	3.161
Coefficient_6	0.685	2.121	1.143	2.569
Std. Errors_2	0.316	0.035	0.100	0.068
Std. Errors_3	0.193	0.094	0.097	0.387
Std. Errors_4	0.357	0.069	0.417	0.082
Std. Errors_5	0.476	0.196	0.734	0.237
Std. Errors_6	0.311	0.045	0.143	0.072
z stat_2	0.575	85.201	17.511	28.736
z stat_3	-59.559	18.653	49.533	0.047
z stat_4	-2.682	23.316	-0.335	33.362
z stat_5	-8.241	14.228	1.765	13.347
z stat_6	2.204	46.967	7.986	35.689
p value_2	0.565	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.000***	0.000***	0.000***	0.963
p value_4	0.007**	0.000***	0.737	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.078*	0.000***
p value_6	0.027*	0.000***	0.000***	0.000***

	POSOCUP_15	POSOCUP_16	Regiao_5Nordeste
Coefficient_2	3.329	2.634	0.575
Coefficient_3	-14.624	1.249	0.027
Coefficient_4	3.555	2.798	0.593
Coefficient_5	5.801	4.417	1.926
Coefficient_6	4.187	4.783	0.551
Std. Errors_2	0.195	0.049	0.054
Std. Errors_3	0.000	0.166	0.132
Std. Errors_4	0.220	0.073	0.092
Std. Errors_5	0.275	0.194	0.212
Std. Errors_6	0.194	0.049	0.060
z stat_2	17.103	53.360	10.693
z stat_3	-3.085	7.523	0.201
z stat_4	16.185	38.267	6.439
z stat_5	21.094	22.822	9.107
z stat_6	21.590	97.431	9.239
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.000***	0.000***	0.841
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***	0.000***

	Regiao_5Norte	Regiao_5Sudeste	Regiao_5Sul	V2007_52
Coefficient_2	0.548	-0.069	-0.158	0.162
Coefficient_3	0.040	-0.246	-0.160	-0.618

Coefficient_4	0.343	0.209	-0.233	0.304
Coefficient_5	0.947	-0.046	-1.068	0.802
Coefficient_6	0.377	0.099	-0.048	0.980
Std. Errors_2	0.062	0.054	0.060	0.030
Std. Errors_3	0.156	0.125	0.132	0.079
Std. Errors_4	0.106	0.093	0.109	0.049
Std. Errors_5	0.238	0.238	0.328	0.085
Std. Errors_6	0.070	0.059	0.065	0.033
z stat_2	8.852	-1.282	-2.650	5.379
z stat_3	0.255	-1.970	-1.207	-7.818
z stat_4	3.229	2.254	-2.141	6.194
z stat_5	3.976	-0.193	-3.259	9.398
z stat_6	5.422	1.672	-0.729	29.684
p value_2	0.000***	0.200*	0.008**	0.000***
p value_3	0.799	0.049*	0.227*	0.000***
p value_4	0.001***	0.024*	0.032*	0.000***
p value_5	0.000***	0.847	0.001**	0.000***
p value_6	0.000***	0.094*	0.466*	0.000***

	V2010_52	V2010_53	V2010_54	V2010_55	V2010_59
Coefficient_2	-0.043	0.190	0.055	1.014	0.008
Coefficient_3	-0.943	-0.068	-0.516	-13.486	-1.183
Coefficient_4	0.344	0.448	0.155	-0.311	-0.456
Coefficient_5	0.083	0.547	0.094	2.222	-11.795
Coefficient_6	-0.141	0.219	0.001	0.854	0.242
Std. Errors_2	0.061	0.261	0.034	0.456	0.278
Std. Errors_3	0.200	0.425	0.086	0.000	0.734
Std. Errors_4	0.094	0.407	0.056	1.082	0.619
Std. Errors_5	0.171	1.033	0.097	0.639	0.000
Std. Errors_6	0.068	0.269	0.037	0.502	0.294
z stat_2	-0.701	0.727	1.620	2.221	0.027
z stat_3	-4.712	-0.159	-6.008	-82387121.133	-1.611
z stat_4	3.657	1.101	2.746	-0.287	-0.737
z stat_5	0.489	0.529	0.971	3.476	-140.157
z stat_6	-2.087	0.812	0.036	1.702	0.824
p value_2	0.483*	0.467*	0.105*	0.026*	0.978
p value_3	0.000***	0.874	0.000***	0.000***	0.107*
p value_4	0.000***	0.271*	0.006**	0.774	0.461*
p value_5	0.625	0.597	0.332*	0.001***	0.000***
p value_6	0.037*	0.417*	0.971	0.089*	0.410*

	Idade16 a 19	Idade20 a 24	Idade25 a 29	Idade30 a 34
Coefficient_2	-1.078	-1.366	-1.392	-1.397
Coefficient_3	5.616	6.310	7.139	7.630
Coefficient_4	-1.028	-1.568	-1.954	-2.233
Coefficient_5	-1.215	-1.801	-2.101	-2.255
Coefficient_6	-1.971	-2.775	-3.002	-3.128
Std. Errors_2	0.311	0.310	0.310	0.309

Std. Errors_3	0.462	0.203	0.141	0.112
Std. Errors_4	0.332	0.332	0.334	0.334
Std. Errors_5	0.377	0.382	0.386	0.387
Std. Errors_6	0.303	0.303	0.303	0.303
z stat_2	-3.464	-4.410	-4.496	-4.520
z stat_3	12.148	31.035	50.786	68.162
z stat_4	-3.097	-4.723	-5.858	-6.680
z stat_5	-3.224	-4.710	-5.438	-5.831
z stat_6	-6.495	-9.166	-9.899	-10.324
p value_2	0.001***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_4	0.002**	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.001***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
	Idade35 a 39	Idade40 a 44	Idade45 a 49	Idade50 a 54
Coefficient_2	-1.535	-1.493	-1.442	-1.610
Coefficient_3	7.619	7.991	8.123	7.912
Coefficient_4	-2.476	-2.622	-2.630	-3.031
Coefficient_5	-2.489	-1.988	-2.449	-2.711
Coefficient_6	-3.214	-3.086	-3.091	-2.947
Std. Errors_2	0.309	0.309	0.309	0.310
Std. Errors_3	0.109	0.100	0.102	0.108
Std. Errors_4	0.336	0.338	0.339	0.345
Std. Errors_5	0.389	0.384	0.394	0.400
Std. Errors_6	0.303	0.303	0.303	0.303
z stat_2	-4.965	-4.828	-4.660	-5.196
z stat_3	69.594	79.897	79.695	73.230
z stat_4	-7.378	-7.752	-7.751	-8.793
z stat_5	-6.392	-5.176	-6.219	-6.778
z stat_6	-10.610	-10.182	-10.193	-9.721
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
	Idade55 a 59	Idade60<	Anos_de_Estudo11 a 14	
Coefficient_2	-1.478	-1.133	-1.191	
Coefficient_3	7.807	8.416	0.478	
Coefficient_4	-3.187	-3.434	-0.468	
Coefficient_5	-2.229	-2.279	-1.217	
Coefficient_6	-2.382	-1.238	-1.312	
Std. Errors_2	0.311	0.310	0.057	
Std. Errors_3	0.126	0.109	0.169	
Std. Errors_4	0.357	0.362	0.105	
Std. Errors_5	0.401	0.395	0.136	
Std. Errors_6	0.304	0.303	0.061	

z stat_2	-4.751	-3.651	-20.939
z stat_3	62.182	77.361	2.824
z stat_4	-8.930	-9.488	-4.467
z stat_5	-5.557	-5.764	-8.981
z stat_6	-7.841	-4.093	-21.613
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.000***	0.000***	0.005**
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***	0.000***

	Anos_de_Estudo15<	Anos_de_Estudo4 a 7
Coefficient_2	-1.573	-0.306
Coefficient_3	0.578	0.055
Coefficient_4	-0.838	-0.315
Coefficient_5	-2.317	-0.317
Coefficient_6	-1.811	-0.590
Std. Errors_2	0.066	0.057
Std. Errors_3	0.177	0.176
Std. Errors_4	0.122	0.111
Std. Errors_5	0.260	0.126
Std. Errors_6	0.072	0.060
z stat_2	-23.674	-5.405
z stat_3	3.269	0.312
z stat_4	-6.861	-2.839
z stat_5	-8.913	-2.518
z stat_6	-25.151	-9.789
p value_2	0.000***	0.000***
p value_3	0.001***	0.755
p value_4	0.000***	0.005**
p value_5	0.000***	0.012*
p value_6	0.000***	0.000***

	Anos_de_Estudo8 a 10
Coefficient_2	-0.685
Coefficient_3	0.330
Coefficient_4	-0.433
Coefficient_5	-0.841
Coefficient_6	-0.833
Std. Errors_2	0.061
Std. Errors_3	0.181
Std. Errors_4	0.112
Std. Errors_5	0.144
Std. Errors_6	0.065
z stat_2	-11.316
z stat_3	1.825
z stat_4	-3.872
z stat_5	-5.853

z stat_6	-12.867
p value_2	0.000***
p value_3	0.068*
p value_4	0.000***
p value_5	0.000***
p value_6	0.000***

APÊNDICE F

	(Intercept)	POSOCUP_12	POSOCUP_13	POSOCUP_14	POSOCUP_15
2	1.199	19.259	5.736	7.038	27.922
3	0.000	5.813	120.034	1.018	0.000
4	0.384	4.957	0.870	15.391	35.004
5	0.020	16.178	3.652	23.602	330.671
6	1.983	8.339	3.135	13.055	65.855

	POSOCUP_16	Regiao_5Nordeste	Regiao_5Norte	Regiao_5Sudeste
2	13.925	1.778	1.730	0.933
3	3.485	1.027	1.041	0.782
4	16.419	1.809	1.410	1.232
5	82.824	6.865	2.577	0.955
6	119.409	1.736	1.458	1.104

	Regiao_5Sul	V2007_52	V2010_52	V2010_53	V2010_54	V2010_55	V2010_59
2	0.854	1.175	0.958	1.209	1.057	2.755	1.008
3	0.852	0.539	0.389	0.935	0.597	0.000	0.306
4	0.792	1.355	1.411	1.565	1.168	0.733	0.634
5	0.344	2.230	1.087	1.728	1.099	9.224	0.000
6	0.953	2.663	0.868	1.245	1.001	2.350	1.274

	Idade16 a 19	Idade20 a 24	Idade25 a 29	Idade30 a 34	Idade35 a 39
2	0.340	0.255	0.249	0.247	0.215
3	274.829	550.262	1260.288	2059.305	2036.052
4	0.358	0.209	0.142	0.107	0.084
5	0.297	0.165	0.122	0.105	0.083
6	0.139	0.062	0.050	0.044	0.040

	Idade40 a 44	Idade45 a 49	Idade50 a 54	Idade55 a 59	Idade60<
2	0.225	0.236	0.200	0.228	0.322
3	2954.851	3370.126	2728.531	2457.059	4519.821
4	0.073	0.072	0.048	0.041	0.032
5	0.137	0.086	0.066	0.108	0.102
6	0.046	0.045	0.053	0.092	0.290

	Anos_de_Estudo11 a 14	Anos_de_Estudo15<	Anos_de_Estudo4 a 7
2	0.304	0.208	0.736
3	1.612	1.782	1.056
4	0.626	0.433	0.730
5	0.296	0.099	0.729
6	0.269	0.164	0.555

	Anos_de_Estudo8 a 10
2	0.504
3	1.391
4	0.649
5	0.431
6	0.435

APÊNDICE G

	(Intercept)	POSOCUP_52	POSOCUP_53	POSOCUP_54
Coefficient_2	-0.110	2.919	1.553	1.996
Coefficient_3	-5.310	1.744	4.796	0.018
Coefficient_4	-1.126	1.623	-0.024	2.754
Coefficient_5	-2.988	2.937	1.403	3.469
Coefficient_6	0.132	2.226	0.945	2.695
Std. Errors_2	0.191	0.035	0.095	0.064
Std. Errors_3	1.042	0.107	0.098	0.418
Std. Errors_4	0.225	0.060	0.310	0.072
Std. Errors_5	0.294	0.149	0.523	0.171
Std. Errors_6	0.190	0.047	0.149	0.070
z stat_2	-0.574	83.980	16.346	31.017
z stat_3	-5.096	16.269	48.700	0.044
z stat_4	-5.000	27.025	-0.076	38.063
z stat_5	-10.171	19.720	2.682	20.289
z stat_6	0.693	47.874	6.360	38.258
p value_2	0.566	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.000***	0.000***	0.000***	0.965
p value_4	0.000***	0.000***	0.939***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.007***	0.000***
p value_6	0.488*	0.000***	0.000***	0.000***

	POSOCUP_55	POSOCUP_56	Regiao_1Nordeste	Regiao_1Norte
Coefficient_2	3.575	2.468	0.583	0.607
Coefficient_3	2.210	1.489	0.362	0.431
Coefficient_4	3.795	2.770	0.558	0.192
Coefficient_5	6.024	4.329	1.569	0.515
Coefficient_6	4.713	4.716	0.503	0.351
Std. Errors_2	0.226	0.049	0.053	0.062
Std. Errors_3	0.744	0.159	0.150	0.172
Std. Errors_4	0.241	0.065	0.079	0.095
Std. Errors_5	0.268	0.149	0.140	0.167
Std. Errors_6	0.224	0.049	0.059	0.069
z stat_2	15.808	50.796	11.087	9.870
z stat_3	2.970	9.390	2.415	2.500
z stat_4	15.751	42.914	7.066	2.021
z stat_5	22.497	29.020	11.178	3.086
z stat_6	20.999	95.664	8.598	5.054
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.003**	0.000***	0.016*	0.012*
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***	0.043*
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***	0.002**
p value_6	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***

	Regiao_1Sudeste	Regiao_1Sul	V2007_12	V2010_12
Coefficient_2	-0.034	-0.241	0.091	-0.039
Coefficient_3	0.335	0.149	-0.408	-0.710

Coefficient_4	0.214	-0.319	0.238	0.217
Coefficient_5	-0.142	-0.759	0.693	0.097
Coefficient_6	0.056	-0.184	1.051	-0.251
Std. Errors_2	0.053	0.058	0.030	0.058
Std. Errors_3	0.141	0.149	0.082	0.200
Std. Errors_4	0.080	0.092	0.044	0.081
Std. Errors_5	0.159	0.194	0.065	0.124
Std. Errors_6	0.059	0.064	0.033	0.064
z stat_2	-0.649	-4.129	3.025	-0.672
z stat_3	2.373	0.999	-4.984	-3.554
z stat_4	2.683	-3.450	5.441	2.672
z stat_5	-0.892	-3.913	10.615	0.782
z stat_6	0.961	-2.869	31.702	-3.898
p value_2	0.517	0.000***	0.002**	0.502
p value_3	0.018*	0.318*	0.000***	0.000***
p value_4	0.007**	0.001***	0.000***	0.008**
p value_5	0.372*	0.000***	0.000***	0.434*
p value_6	0.337*	0.004**	0.000***	0.000***

	V2010_13	V2010_14	V2010_15	V2010_19	Idade16 a 19
Coefficient_2	0.148	0.119	0.303	-0.495	-0.954
Coefficient_3	-0.324	-0.211	-5.702	-0.261	-1.086
Coefficient_4	-0.088	0.186	0.128	-0.198	-0.540
Coefficient_5	-0.394	0.218	-1.107	-0.037	-1.109
Coefficient_6	-0.206	0.064	0.020	9.459	-1.789
Std. Errors_2	0.231	0.034	0.284	0.360	0.183
Std. Errors_3	0.471	0.090	16.450	0.234	1.111
Std. Errors_4	0.384	0.050	0.429	0.211	0.197
Std. Errors_5	0.747	0.076	1.040	0.005	0.208
Std. Errors_6	0.255	0.037	0.327	11.049	0.178
z stat_2	0.641	3.504	1.068	-1.374	-5.215
z stat_3	-0.689	-2.336	-0.347	-1.115	-0.977
z stat_4	-0.230	3.707	0.298	-0.940	-2.748
z stat_5	-0.528	2.854	-1.064	-6.734	-5.327
z stat_6	-0.809	1.725	0.062	0.856	-10.063
p value_2	0.521	0.000***	0.286*	0.169*	0.000***
p value_3	0.491*	0.019*	0.729	0.265*	0.329*
p value_4	0.818	0.000***	0.766	0.347*	0.006**
p value_5	0.598	0.004**	0.287*	0.000***	0.000***
p value_6	0.418*	0.085*	0.951	0.392*	0.000***

	Idade20 a 24	Idade25 a 29	Idade30 a 34	Idade35 a 39
Coefficient_2	-1.147	-1.110	-1.260	-1.249
Coefficient_3	-0.425	0.216	0.490	0.686
Coefficient_4	-1.042	-1.449	-1.676	-1.936
Coefficient_5	-1.886	-2.147	-2.198	-2.496
Coefficient_6	-2.428	-2.681	-2.860	-2.842
Std. Errors_2	0.181	0.181	0.180	0.180

Std. Errors_3	1.040	1.027	1.024	1.022
Std. Errors_4	0.197	0.198	0.199	0.201
Std. Errors_5	0.217	0.219	0.217	0.221
Std. Errors_6	0.178	0.178	0.178	0.178
z stat_2	-6.333	-6.150	-6.996	-6.938
z stat_3	-0.409	0.210	0.478	0.671
z stat_4	-5.297	-7.299	-8.426	-9.629
z stat_5	-8.705	-9.791	-10.138	-11.284
z stat_6	-13.669	-15.052	-16.090	-16.000
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.683	0.834	0.632	0.502
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
	Idade40 a 44	Idade45 a 49	Idade50 a 54	Idade55 a 59
Coefficient_2	-1.353	-1.300	-1.264	-1.089
Coefficient_3	0.813	1.062	1.000	1.323
Coefficient_4	-2.074	-2.164	-2.275	-2.462
Coefficient_5	-2.504	-2.552	-2.536	-2.335
Coefficient_6	-2.899	-2.554	-2.338	-1.811
Std. Errors_2	0.180	0.181	0.181	0.184
Std. Errors_3	1.022	1.022	1.022	1.023
Std. Errors_4	0.203	0.206	0.209	0.224
Std. Errors_5	0.221	0.227	0.228	0.238
Std. Errors_6	0.178	0.178	0.177	0.179
z stat_2	-7.508	-7.192	-6.977	-5.935
z stat_3	0.796	1.040	0.978	1.294
z stat_4	-10.238	-10.501	-10.879	-10.997
z stat_5	-11.334	-11.225	-11.097	-9.823
z stat_6	-16.313	-14.375	-13.180	-10.116
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.426*	0.299*	0.328*	0.196*
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
	Idade60<	Anos_de_Estudo11 a 14	Anos_de_Estudo15<	
Coefficient_2	-0.878	-1.072	-1.418	
Coefficient_3	1.509	0.461	0.654	
Coefficient_4	-2.961	-0.593	-0.749	
Coefficient_5	-2.577	-1.441	-2.033	
Coefficient_6	-0.716	-1.298	-1.655	
Std. Errors_2	0.183	0.056	0.067	
Std. Errors_3	1.022	0.172	0.181	
Std. Errors_4	0.237	0.090	0.106	
Std. Errors_5	0.237	0.109	0.191	
Std. Errors_6	0.177	0.060	0.073	

z stat_2	-4.798	-19.077	-21.218
z stat_3	1.477	2.679	3.624
z stat_4	-12.474	-6.594	-7.064
z stat_5	-10.891	-13.230	-10.664
z stat_6	-4.039	-21.587	-22.735
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.140*	0.007**	0.000***
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***	0.000***

	Anos_de_Estudo4 a 7	Anos_de_Estudo8 a 10
Coefficient_2	-0.333	-0.608
Coefficient_3	0.042	0.223
Coefficient_4	-0.327	-0.351
Coefficient_5	-0.409	-0.923
Coefficient_6	-0.556	-0.769
Std. Errors_2	0.057	0.060
Std. Errors_3	0.181	0.188
Std. Errors_4	0.094	0.095
Std. Errors_5	0.101	0.113
Std. Errors_6	0.060	0.064
z stat_2	-5.893	-10.101
z stat_3	0.232	1.183
z stat_4	-3.476	-3.686
z stat_5	-4.055	-8.157
z stat_6	-9.289	-11.963
p value_2	0.000***	0.000***
p value_3	0.816	0.237*
p value_4	0.001***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***

APÊNDICE H

	(Intercept)	POSOCUP_52	POSOCUP_53	POSOCUP_54	POSOCUP_55
2	0.896	18.522	4.726	7.363	35.699
3	0.005	5.719	120.996	1.018	9.112
4	0.324	5.071	0.977	15.710	44.498
5	0.050	18.856	4.069	32.101	413.087
6	1.141	9.265	2.573	14.803	111.333

	POSOCUP_56	Regiao_1Nordeste	Regiao_1Norte	Regiao_1Sudeste
2	11.797	1.791	1.835	0.966
3	4.435	1.436	1.538	1.399
4	15.963	1.747	1.212	1.238
5	75.863	4.804	1.674	0.868
6	111.677	1.654	1.420	1.058

	Regiao_1Sul	V2007_12	V2010_12	V2010_13	V2010_14	V2010_15
2	0.786	1.095	0.962	1.160	1.126	1.354
3	1.160	0.665	0.491	0.723	0.810	0.003
4	0.727	1.269	1.243	0.915	1.204	1.137
5	0.468	2.001	1.102	0.674	1.244	0.331
6	0.832	2.861	0.778	0.813	1.066	1.020

	V2010_19	Idade16 a 19	Idade20 a 24	Idade25 a 29	Idade30 a 34
2	0.610	0.385	0.318	0.330	0.284
3	0.770	0.338	0.654	1.241	1.632
4	0.820	0.582	0.353	0.235	0.187
5	0.964	0.330	0.152	0.117	0.111
6	12824.703	0.167	0.088	0.068	0.057

	Idade35 a 39	Idade40 a 44	Idade45 a 49	Idade50 a 54	Idade55 a 59
2	0.287	0.258	0.273	0.283	0.336
3	1.987	2.256	2.892	2.717	3.755
4	0.144	0.126	0.115	0.103	0.085
5	0.082	0.082	0.078	0.079	0.097
6	0.058	0.055	0.078	0.096	0.164

	Idade60<	Anos_de_Estudo11 a 14	Anos_de_Estudo15<
2	0.416	0.342	0.242
3	4.524	1.586	1.924
4	0.052	0.552	0.473
5	0.076	0.237	0.131
6	0.489	0.273	0.191

	Anos_de_Estudo4 a 7	Anos_de_Estudo8 a 10
2	0.717	0.545
3	1.043	1.250
4	0.721	0.704
5	0.665	0.397
6	0.573	0.463

APÊNDICE I

	(Intercept)	POSOCUP_12	POSOCUP_13	POSOCUP_14
Coefficient_2	0.296	3.003	1.843	2.071
Coefficient_3	-7.147	1.744	4.688	-0.049
Coefficient_4	-1.123	1.899	0.184	3.081
Coefficient_5	-2.719	3.044	1.519	3.133
Coefficient_6	0.703	2.308	1.459	2.785
Std. Errors_2	0.376	0.036	0.098	0.060
Std. Errors_3	7.283	0.090	0.093	0.325
Std. Errors_4	0.399	0.057	0.288	0.065
Std. Errors_5	0.431	0.119	0.428	0.142
Std. Errors_6	0.370	0.047	0.136	0.066
z stat_2	0.787	84.025	18.801	34.228
z stat_3	-0.981	19.337	50.152	-0.152
z stat_4	-2.815	33.567	0.638	47.469
z stat_5	-6.312	25.510	3.547	22.051
z stat_6	1.900	48.871	10.723	41.986
p value_2	0.431*	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.326*	0.000***	0.000***	0.879
p value_4	0.005**	0.000***	0.523	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.057*	0.000***	0.000***	0.000***

	POSOCUP_15	POSOCUP_16	Regiao_5Nordeste	Regiao_5Norte
Coefficient_2	3.318	2.642	0.441	0.533
Coefficient_3	0.972	1.270	-0.092	0.063
Coefficient_4	3.848	3.094	0.475	0.385
Coefficient_5	5.696	4.370	2.026	1.187
Coefficient_6	4.381	4.940	0.450	0.394
Std. Errors_2	0.161	0.052	0.053	0.061
Std. Errors_3	0.726	0.157	0.120	0.140
Std. Errors_4	0.169	0.064	0.073	0.084
Std. Errors_5	0.193	0.123	0.145	0.160
Std. Errors_6	0.160	0.052	0.059	0.068
z stat_2	20.598	50.679	8.315	8.741
z stat_3	1.339	8.075	-0.768	0.453
z stat_4	22.816	48.283	6.466	4.570
z stat_5	29.476	35.530	13.949	7.412
z stat_6	27.406	94.653	7.671	5.781
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.181*	0.000***	0.443*	0.651
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***

	Regiao_5Sudeste	Regiao_5Sul	V2007_52	V2010_52
Coefficient_2	-0.050	-0.390	0.037	0.002
Coefficient_3	-0.450	-0.295	-0.517	-0.570

Coefficient_4	0.231	-0.172	0.236	0.392
Coefficient_5	0.446	-0.300	0.505	-0.041
Coefficient_6	-0.042	-0.250	0.931	-0.165
Std. Errors_2	0.053	0.058	0.030	0.056
Std. Errors_3	0.115	0.120	0.073	0.164
Std. Errors_4	0.073	0.082	0.040	0.072
Std. Errors_5	0.156	0.183	0.056	0.111
Std. Errors_6	0.058	0.063	0.033	0.063
z stat_2	-0.943	-6.721	1.227	0.029
z stat_3	-3.914	-2.467	-7.039	-3.466
z stat_4	3.165	-2.086	5.845	5.475
z stat_5	2.852	-1.638	9.032	-0.372
z stat_6	-0.726	-3.938	27.932	-2.631
p value_2	0.346*	0.000***	0.220*	0.977
p value_3	0.000***	0.014*	0.000***	0.001***
p value_4	0.002**	0.037*	0.000***	0.000***
p value_5	0.004**	0.101*	0.000***	0.710
p value_6	0.468*	0.000***	0.000***	0.009**

	V2010_53	V2010_54	V2010_55	Idade16 a 19
Coefficient_2	0.126	0.066	0.229	-1.181
Coefficient_3	0.401	-0.330	-8.609	1.040
Coefficient_4	0.440	0.250	-0.054	-0.676
Coefficient_5	-0.045	0.336	-0.348	-1.150
Coefficient_6	-0.042	0.045	-0.546	-1.754
Std. Errors_2	0.219	0.034	0.295	0.373
Std. Errors_3	0.363	0.081	0.000	7.315
Std. Errors_4	0.279	0.046	0.411	0.386
Std. Errors_5	0.550	0.066	0.647	0.387
Std. Errors_6	0.234	0.037	0.346	0.364
z stat_2	0.575	1.931	0.776	-3.169
z stat_3	1.105	-4.086	-142982.486	0.142
z stat_4	1.578	5.384	-0.131	-1.752
z stat_5	-0.083	5.070	-0.538	-2.973
z stat_6	-0.178	1.205	-1.577	-4.814
p value_2	0.565	0.053	0.438*	0.002**
p value_3	0.269*	0.000***	0.000***	0.887
p value_4	0.115*	0.000***	0.895	0.080*
p value_5	0.934	0.000***	0.590	0.003**
p value_6	0.859	0.228*	0.115*	0.000***

	Idade20 a 24	Idade25 a 29	Idade30 a 34	Idade35 a 39
Coefficient_2	-1.362	-1.427	-1.507	-1.584
Coefficient_3	2.445	3.274	3.664	3.650
Coefficient_4	-1.102	-1.451	-1.748	-1.817
Coefficient_5	-1.759	-2.158	-2.390	-2.465
Coefficient_6	-2.645	-2.916	-3.022	-3.175
Std. Errors_2	0.370	0.370	0.370	0.370

Std. Errors_3	7.283	7.282	7.281	7.281
Std. Errors_4	0.384	0.385	0.385	0.385
Std. Errors_5	0.388	0.390	0.390	0.389
Std. Errors_6	0.363	0.364	0.363	0.363
z stat_2	-3.677	-3.851	-4.074	-4.282
z stat_3	0.336	0.450	0.503	0.501
z stat_4	-2.867	-3.767	-4.537	-4.714
z stat_5	-4.539	-5.532	-6.136	-6.330
z stat_6	-7.285	-8.018	-8.320	-8.742
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.737	0.653	0.615	0.616
p value_4	0.004**	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
	Idade40 a 44	Idade45 a 49	Idade50 a 54	Idade55 a 59
Coefficient_2	-1.480	-1.569	-1.555	-1.524
Coefficient_3	3.722	3.830	3.898	4.041
Coefficient_4	-1.907	-2.149	-2.125	-2.537
Coefficient_5	-2.414	-2.668	-2.652	-2.639
Coefficient_6	-3.156	-3.007	-2.746	-2.306
Std. Errors_2	0.370	0.370	0.370	0.371
Std. Errors_3	7.281	7.281	7.281	7.281
Std. Errors_4	0.386	0.388	0.388	0.395
Std. Errors_5	0.390	0.392	0.393	0.398
Std. Errors_6	0.363	0.363	0.363	0.364
z stat_2	-4.000	-4.237	-4.198	-4.103
z stat_3	0.511	0.526	0.535	0.555
z stat_4	-4.938	-5.541	-5.476	-6.431
z stat_5	-6.189	-6.803	-6.746	-6.636
z stat_6	-8.682	-8.275	-7.561	-6.338
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.609	0.599	0.592	0.579
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
	Idade60<	Anos_de_Estudo11 a 14	Anos_de_Estudo15<	
Coefficient_2	-1.198	-1.020	-1.466	
Coefficient_3	4.453	0.258	0.425	
Coefficient_4	-2.787	-0.424	-0.730	
Coefficient_5	-2.697	-1.468	-2.519	
Coefficient_6	-1.154	-1.424	-1.844	
Std. Errors_2	0.371	0.059	0.068	
Std. Errors_3	7.281	0.164	0.170	
Std. Errors_4	0.396	0.087	0.098	
Std. Errors_5	0.395	0.095	0.166	
Std. Errors_6	0.363	0.063	0.073	

z stat_2	-3.231	-17.162	-21.520
z stat_3	0.612	1.573	2.492
z stat_4	-7.032	-4.873	-7.409
z stat_5	-6.833	-15.525	-15.130
z stat_6	-3.182	-22.750	-25.285
p value_2	0.001***	0.000***	0.000***
p value_3	0.541	0.116*	0.013**
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.001***	0.000***	0.000***

	Anos_de_Estudo4 a 7	Anos_de_Estudo8 a 10
Coefficient_2	-0.265	-0.495
Coefficient_3	0.109	0.252
Coefficient_4	-0.248	-0.229
Coefficient_5	-0.534	-0.890
Coefficient_6	-0.618	-0.854
Std. Errors_2	0.060	0.064
Std. Errors_3	0.169	0.178
Std. Errors_4	0.091	0.093
Std. Errors_5	0.090	0.101
Std. Errors_6	0.063	0.068
z stat_2	-4.411	-7.698
z stat_3	0.647	1.414
z stat_4	-2.721	-2.449
z stat_5	-5.910	-8.835
z stat_6	-9.878	-12.563
p value_2	0.000***	0.000***
p value_3	0.517	0.157*
p value_4	0.007**	0.014**
p value_5	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***

APÊNDICE J

	(Intercept)	POSOCUP_12	POSOCUP_13	POSOCUP_14	POSOCUP_15
2	1.344	20.155	6.312	7.930	27.606
3	0.001	5.719	108.593	0.952	2.642
4	0.325	6.681	1.202	21.783	46.912
5	0.066	20.981	4.568	22.948	297.540
6	2.020	10.055	4.301	16.206	79.909

	POSOCUP_16	Regiao_5Nordeste	Regiao_5Norte	Regiao_5Sudeste
2	14.047	1.555	1.703	0.951
3	3.560	0.912	1.065	0.637
4	22.066	1.608	1.470	1.260
5	79.069	7.584	3.276	1.561
6	139.716	1.568	1.483	0.959

	Regiao_5Sul	V2007_52	V2010_52	V2010_53	V2010_54	V2010_55
2	0.677	1.038	1.002	1.134	1.068	1.257
3	0.744	0.596	0.565	1.494	0.719	0.000
4	0.842	1.266	1.480	1.552	1.284	0.947
5	0.741	1.657	0.960	0.956	1.400	0.706
6	0.779	2.538	0.848	0.959	1.046	0.579

	Idade16 a 19	Idade20 a 24	Idade25 a 29	Idade30 a 34	Idade35 a 39
2	0.307	0.256	0.240	0.222	0.205
3	2.830	11.527	26.426	39.006	38.470
4	0.509	0.332	0.234	0.174	0.163
5	0.317	0.172	0.116	0.092	0.085
6	0.173	0.071	0.054	0.049	0.042

	Idade40 a 44	Idade45 a 49	Idade50 a 54	Idade55 a 59	Idade60<
2	0.228	0.208	0.211	0.218	0.302
3	41.355	46.078	49.320	56.897	85.875
4	0.148	0.117	0.119	0.079	0.062
5	0.089	0.069	0.071	0.071	0.067
6	0.043	0.049	0.064	0.100	0.315

	Anos_de_Estudo11 a 14	Anos_de_Estudo15<	Anos_de_Estudo4 a 7
2	0.361	0.231	0.767
3	1.294	1.529	1.116
4	0.654	0.482	0.780
5	0.230	0.081	0.586
6	0.241	0.158	0.539

	Anos_de_Estudo8 a 10
2	0.610
3	1.286
4	0.796
5	0.411
6	0.426

APÊNDICE K

Anexo 11

	(Intercept)	POSOCUP_52	POSOCUP_53	POSOCUP_54
Coefficient_2	-0.413	3.080	2.003	2.302
Coefficient_3	-10.159	1.863	4.957	0.448
Coefficient_4	-1.452	1.855	0.542	3.187
Coefficient_5	-3.314	3.397	1.430	3.756
Coefficient_6	-0.276	2.261	1.199	2.853
Std. Errors_2	0.199	0.037	0.100	0.056
Std. Errors_3	12.856	0.090	0.097	0.248
Std. Errors_4	0.225	0.060	0.270	0.064
Std. Errors_5	0.272	0.135	0.522	0.146
Std. Errors_6	0.197	0.049	0.153	0.064
z stat_2	-2.077	84.183	20.058	41.065
z stat_3	-0.790	20.658	51.245	1.809
z stat_4	-6.461	31.146	2.005	50.047
z stat_5	-12.200	25.232	2.739	25.673
z stat_6	-1.406	46.215	7.844	44.808
p value_2	0.038**	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.429*	0.000***	0.000***	0.070*
p value_4	0.000***	0.000***	0.045*	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.006**	0.000***
p value_6	0.160*	0.000***	0.000***	0.000***

	POSOCUP_55	POSOCUP_56	Regiao_1Nordeste	Regiao_1Norte
Coefficient_2	3.380	2.828	0.457	0.349
Coefficient_3	1.644	1.506	0.248	0.240
Coefficient_4	3.776	3.184	0.593	0.263
Coefficient_5	5.946	4.773	1.770	1.178
Coefficient_6	4.425	4.975	0.588	0.475
Std. Errors_2	0.138	0.052	0.053	0.061
Std. Errors_3	0.434	0.150	0.120	0.141
Std. Errors_4	0.148	0.066	0.074	0.087
Std. Errors_5	0.185	0.137	0.120	0.132
Std. Errors_6	0.138	0.053	0.060	0.069
z stat_2	24.539	53.900	8.625	5.687
z stat_3	3.792	10.038	2.068	1.703
z stat_4	25.587	48.062	7.971	3.030
z stat_5	32.115	34.720	14.711	8.938
z stat_6	32.076	93.222	9.841	6.854
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.000***	0.000***	0.039*	0.089*
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***	0.002**
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***

	Regiao_1Sudeste	Regiao_1Sul	V2007_12	V2010_12
Coefficient_2	-0.186	-0.559	0.167	-0.114
Coefficient_3	-0.301	-0.342	-0.388	-0.457

Coefficient_4	0.237	-0.413	0.213	0.120
Coefficient_5	-0.030	-0.785	0.583	0.135
Coefficient_6	-0.026	-0.241	0.965	-0.067
Std. Errors_2	0.052	0.058	0.031	0.057
Std. Errors_3	0.116	0.122	0.073	0.149
Std. Errors_4	0.074	0.085	0.041	0.074
Std. Errors_5	0.133	0.164	0.052	0.100
Std. Errors_6	0.059	0.065	0.034	0.062
z stat_2	-3.556	-9.692	5.471	-2.008
z stat_3	-2.585	-2.798	-5.302	-3.071
z stat_4	3.218	-4.844	5.219	1.621
z stat_5	-0.226	-4.800	11.174	1.347
z stat_6	-0.438	-3.728	28.600	-1.070
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***	0.045*
p value_3	0.010**	0.005**	0.000***	0.002**
p value_4	0.001***	0.000***	0.000***	0.105*
p value_5	0.821	0.000***	0.000***	0.178*
p value_6	0.661	0.000***	0.000***	0.285*

	V2010_13	V2010_14	V2010_15	V2010_19	Idade16 a 19
Coefficient_2	-0.089	0.027	0.092	-10.423	-0.738
Coefficient_3	0.164	-0.322	-1.362	-8.055	4.196
Coefficient_4	-0.180	0.130	-0.031	-9.644	-0.494
Coefficient_5	-0.491	0.284	0.706	4.164	-0.970
Coefficient_6	-0.335	-0.013	0.347	2.547	-1.654
Std. Errors_2	0.237	0.034	0.272	0.000	0.191
Std. Errors_3	0.395	0.080	1.064	0.000	12.862
Std. Errors_4	0.358	0.047	0.393	0.000	0.200
Std. Errors_5	0.634	0.063	0.392	1.458	0.203
Std. Errors_6	0.266	0.038	0.286	1.130	0.184
z stat_2	-0.377	0.769	0.337	-347107.902	-3.866
z stat_3	0.415	-4.020	-1.280	-277093.055	0.326
z stat_4	-0.503	2.796	-0.078	-258101.975	-2.476
z stat_5	-0.774	4.519	1.800	2.855	-4.771
z stat_6	-1.260	-0.332	1.215	2.255	-8.997
p value_2	0.706	0.442*	0.736	0.000***	0.000***
p value_3	0.678	0.000***	0.201*	0.000***	0.744
p value_4	0.615	0.005**	0.938	0.000***	0.013*
p value_5	0.439*	0.000***	0.072*	0.004**	0.000***
p value_6	0.208*	0.740	0.224*	0.024**	0.000***

	Idade20 a 24	Idade25 a 29	Idade30 a 34	Idade35 a 39
Coefficient_2	-0.785	-0.841	-0.890	-0.940
Coefficient_3	5.716	5.774	6.095	6.453
Coefficient_4	-0.725	-1.191	-1.463	-1.497
Coefficient_5	-1.271	-1.684	-1.851	-1.915
Coefficient_6	-2.035	-2.387	-2.467	-2.541
Std. Errors_2	0.189	0.188	0.188	0.188

Std. Errors_3	12.855	12.855	12.855	12.855
Std. Errors_4	0.199	0.200	0.201	0.201
Std. Errors_5	0.206	0.208	0.207	0.208
Std. Errors_6	0.183	0.184	0.184	0.184
z stat_2	-4.165	-4.467	-4.742	-5.013
z stat_3	0.445	0.449	0.474	0.502
z stat_4	-3.646	-5.950	-7.272	-7.442
z stat_5	-6.178	-8.105	-8.925	-9.213
z stat_6	-11.098	-12.975	-13.428	-13.841
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.657	0.653	0.635	0.616
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
	Idade40 a 44	Idade45 a 49	Idade50 a 54	Idade55 a 59
Coefficient_2	-0.979	-0.993	-0.894	-0.871
Coefficient_3	6.521	6.580	6.686	6.654
Coefficient_4	-1.704	-1.667	-1.977	-2.074
Coefficient_5	-2.044	-2.157	-2.266	-2.106
Coefficient_6	-2.548	-2.275	-1.933	-1.527
Std. Errors_2	0.188	0.188	0.189	0.190
Std. Errors_3	12.855	12.855	12.855	12.855
Std. Errors_4	0.203	0.204	0.209	0.215
Std. Errors_5	0.209	0.212	0.216	0.220
Std. Errors_6	0.183	0.183	0.183	0.184
z stat_2	-5.222	-5.277	-4.743	-4.578
z stat_3	0.507	0.512	0.520	0.518
z stat_4	-8.415	-8.173	-9.476	-9.629
z stat_5	-9.802	-10.177	-10.479	-9.569
z stat_6	-13.891	-12.401	-10.556	-8.303
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.612	0.609	0.603	0.605
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
	Idade60<	Anos_de_Estudo11 a 14	Anos_de_Estudo15<	
Coefficient_2	-0.524	-0.856	-1.327	
Coefficient_3	7.034	0.313	0.411	
Coefficient_4	-2.611	-0.392	-0.743	
Coefficient_5	-1.778	-1.354	-2.570	
Coefficient_6	-0.292	-1.107	-1.639	
Std. Errors_2	0.190	0.059	0.068	
Std. Errors_3	12.855	0.153	0.161	
Std. Errors_4	0.230	0.086	0.099	
Std. Errors_5	0.213	0.090	0.164	
Std. Errors_6	0.183	0.063	0.074	

z stat_2	-2.757	-14.446	-19.573
z stat_3	0.547	2.039	2.557
z stat_4	-11.347	-4.544	-7.510
z stat_5	-8.340	-15.078	-15.717
z stat_6	-1.595	-17.645	-22.281
p value_2	0.006**	0.000***	0.000***
p value_3	0.584	0.041*	0.011*
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.111*	0.000***	0.000***

	Anos_de_Estudo4 a 7	Anos_de_Estudo8 a 10
Coefficient_2	-0.226	-0.548
Coefficient_3	0.377	0.321
Coefficient_4	-0.171	-0.336
Coefficient_5	-0.304	-0.959
Coefficient_6	-0.433	-0.748
Std. Errors_2	0.061	0.064
Std. Errors_3	0.157	0.166
Std. Errors_4	0.091	0.092
Std. Errors_5	0.085	0.095
Std. Errors_6	0.063	0.068
z stat_2	-3.728	-8.559
z stat_3	2.392	1.929
z stat_4	-1.882	-3.653
z stat_5	-3.563	-10.131
z stat_6	-6.832	-11.042
p value_2	0.000***	0.000***
p value_3	0.017*	0.054*
p value_4	0.060*	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***

APÊNDICE L

	(Intercept)	POSOCUP_52	POSOCUP_53	POSOCUP_54	POSOCUP_55
2	0.661	21.748	7.411	9.991	29.382
3	0.000	6.443	142.224	1.565	5.175
4	0.234	6.392	1.720	24.227	43.620
5	0.036	29.871	4.179	42.762	382.384
6	0.759	9.589	3.317	17.336	83.524

	POSOCUP_56	Regiao_1Nordeste	Regiao_1Norte	Regiao_1Sudeste
2	16.913	1.579	1.417	0.830
3	4.509	1.281	1.271	0.740
4	24.139	1.810	1.301	1.268
5	118.330	5.871	3.249	0.970
6	144.686	1.801	1.608	0.974

	Regiao_1Sul	V2007_12	V2010_12	V2010_13	V2010_14	V2010_15	V2010_19
2	0.572	1.182	0.892	0.915	1.027	1.096	0.000
3	0.710	0.679	0.633	1.178	0.725	0.256	0.000
4	0.662	1.238	1.128	0.835	1.139	0.970	0.000
5	0.456	1.792	1.144	0.612	1.329	2.025	64.307
6	0.786	2.625	0.935	0.715	0.988	1.415	12.772

	Idade16 a 19	Idade20 a 24	Idade25 a 29	Idade30 a 34	Idade35 a 39
2	0.478	0.456	0.431	0.410	0.390
3	66.449	303.833	321.799	443.765	634.488
4	0.610	0.484	0.304	0.232	0.224
5	0.379	0.281	0.186	0.157	0.147
6	0.191	0.131	0.092	0.085	0.079

	Idade40 a 44	Idade45 a 49	Idade50 a 54	Idade55 a 59	Idade60<
2	0.376	0.370	0.409	0.419	0.592
3	679.276	720.702	800.719	775.720	1134.141
4	0.182	0.189	0.138	0.126	0.073
5	0.129	0.116	0.104	0.122	0.169
6	0.078	0.103	0.145	0.217	0.747

	Anos_de_Estudo11 a 14	Anos_de_Estudo15<	Anos_de_Estudo4 a 7
2	0.425	0.265	0.798
3	1.367	1.509	1.457
4	0.676	0.476	0.843
5	0.258	0.077	0.738
6	0.330	0.194	0.648

	Anos_de_Estudo8 a 10
2	0.578
3	1.378
4	0.714
5	0.383
6	0.473

APÊNDICE M

	(Intercept)	POSOCUP_12	POSOCUP_13	POSOCUP_14
Coefficient_2	0.294	3.128	2.018	2.320
Coefficient_3	-6.782	1.983	5.093	0.614
Coefficient_4	-0.970	2.115	0.814	3.437
Coefficient_5	-2.276	2.894	0.058	3.477
Coefficient_6	0.710	2.430	1.274	2.999
Std. Errors_2	0.475	0.036	0.093	0.056
Std. Errors_3	5.688	0.094	0.096	0.255
Std. Errors_4	0.490	0.060	0.237	0.066
Std. Errors_5	0.511	0.114	0.718	0.125
Std. Errors_6	0.468	0.050	0.148	0.065
z stat_2	0.620	87.328	21.764	41.278
z stat_3	-1.192	21.044	52.912	2.407
z stat_4	-1.980	34.959	3.430	52.317
z stat_5	-4.455	25.419	0.081	27.750
z stat_6	1.516	48.843	8.615	45.819
p value_2	0.535	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.233*	0.000***	0.000***	0.016*
p value_4	0.048*	0.000***	0.001**	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.935	0.000***
p value_6	0.129*	0.000***	0.000***	0.000***

	POSOCUP_15	POSOCUP_16	Regiao_5Nordeste	Regiao_5Norte
Coefficient_2	3.382	2.758	0.448	0.464
Coefficient_3	0.668	1.794	-0.147	-0.105
Coefficient_4	3.923	3.408	0.534	0.408
Coefficient_5	5.639	4.541	2.130	1.598
Coefficient_6	4.502	5.205	0.577	0.537
Std. Errors_2	0.125	0.053	0.053	0.061
Std. Errors_3	0.721	0.147	0.121	0.143
Std. Errors_4	0.137	0.068	0.075	0.087
Std. Errors_5	0.160	0.116	0.140	0.151
Std. Errors_6	0.127	0.055	0.061	0.070
z stat_2	26.995	51.800	8.433	7.547
z stat_3	0.926	12.200	-1.216	-0.731
z stat_4	28.735	49.808	7.088	4.684
z stat_5	35.261	39.073	15.198	10.604
z stat_6	35.487	94.562	9.505	7.622
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.354*	0.000***	0.224*	0.465*
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***

	Regiao_5Sudeste	Regiao_5Sul	V2007_52	V2010_52
Coefficient_2	-0.029	-0.288	0.170	-0.025
Coefficient_3	-0.348	-0.251	-0.378	-0.957

Coefficient_4	0.338	-0.306	0.403	0.271
Coefficient_5	0.557	-0.075	0.577	0.017
Coefficient_6	0.115	-0.025	0.998	-0.184
Std. Errors_2	0.052	0.058	0.030	0.054
Std. Errors_3	0.112	0.121	0.073	0.176
Std. Errors_4	0.074	0.088	0.041	0.071
Std. Errors_5	0.149	0.174	0.051	0.096
Std. Errors_6	0.060	0.066	0.034	0.061
z stat_2	-0.565	-4.969	5.621	-0.452
z stat_3	-3.098	-2.074	-5.166	-5.434
z stat_4	4.565	-3.485	9.882	3.821
z stat_5	3.741	-0.434	11.233	0.180
z stat_6	1.933	-0.379	29.466	-2.995
p value_2	0.572	0.000***	0.000***	0.652
p value_3	0.002**	0.038*	0.000***	0.000***
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.665	0.000***	0.857
p value_6	0.053*	0.704	0.000***	0.003**

	V2010_53	V2010_54	V2010_55	Idade16 a 19	Idade20 a 24
Coefficient_2	-0.052	0.097	0.299	-1.411	-1.483
Coefficient_3	0.162	-0.194	0.831	-0.237	1.702
Coefficient_4	-0.505	0.183	0.544	-1.357	-1.595
Coefficient_5	-0.229	0.250	0.630	-1.729	-2.063
Coefficient_6	-0.218	0.034	0.046	-2.333	-3.053
Std. Errors_2	0.198	0.034	0.228	0.472	0.470
Std. Errors_3	0.350	0.080	0.427	0.000	5.688
Std. Errors_4	0.338	0.047	0.294	0.478	0.477
Std. Errors_5	0.396	0.062	0.320	0.478	0.478
Std. Errors_6	0.226	0.038	0.259	0.463	0.462
z stat_2	-0.264	2.822	1.311	-2.987	-3.155
z stat_3	0.461	-2.436	1.946	-1507.039	0.299
z stat_4	-1.494	3.881	1.849	-2.837	-3.346
z stat_5	-0.578	4.024	1.970	-3.615	-4.319
z stat_6	-0.964	0.885	0.178	-5.037	-6.608
p value_2	0.792	0.005**	0.190*	0.003**	0.002**
p value_3	0.645	0.015*	0.052*	0.000***	0.765
p value_4	0.135*	0.000***	0.065*	0.005**	0.001**
p value_5	0.563	0.000***	0.049*	0.000***	0.000***
p value_6	0.335*	0.376*	0.859	0.000***	0.000***

	Idade25 a 29	Idade30 a 34	Idade35 a 39	Idade40 a 44
Coefficient_2	-1.609	-1.673	-1.724	-1.786
Coefficient_3	2.272	2.592	2.684	2.905
Coefficient_4	-2.047	-2.265	-2.366	-2.504
Coefficient_5	-2.538	-2.593	-2.659	-2.919
Coefficient_6	-3.365	-3.470	-3.593	-3.514
Std. Errors_2	0.470	0.470	0.469	0.470

Std. Errors_3	5.686	5.685	5.685	5.685
Std. Errors_4	0.477	0.477	0.477	0.478
Std. Errors_5	0.479	0.479	0.478	0.480
Std. Errors_6	0.462	0.462	0.462	0.462
z stat_2	-3.425	-3.563	-3.672	-3.804
z stat_3	0.400	0.456	0.472	0.511
z stat_4	-4.291	-4.746	-4.958	-5.239
z stat_5	-5.297	-5.419	-5.557	-6.086
z stat_6	-7.278	-7.510	-7.776	-7.605
p value_2	0.001**	0.000***	0.000***	0.000***
p value_3	0.689	0.648	0.637	0.609
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***

	Idade45 a 49	Idade50 a 54	Idade55 a 59	Idade60<
Coefficient_2	-1.809	-1.732	-1.652	-1.199
Coefficient_3	2.943	2.975	3.178	3.521
Coefficient_4	-2.674	-2.748	-2.959	-3.162
Coefficient_5	-3.013	-3.113	-3.040	-2.932
Coefficient_6	-3.395	-3.155	-2.728	-1.485
Std. Errors_2	0.470	0.470	0.470	0.470
Std. Errors_3	5.685	5.685	5.685	5.685
Std. Errors_4	0.479	0.480	0.482	0.484
Std. Errors_5	0.481	0.482	0.483	0.481
Std. Errors_6	0.462	0.462	0.462	0.461
z stat_2	-3.852	-3.687	-3.513	-2.552
z stat_3	0.518	0.523	0.559	0.619
z stat_4	-5.585	-5.730	-6.135	-6.540
z stat_5	-6.271	-6.464	-6.289	-6.095
z stat_6	-7.348	-6.830	-5.904	-3.221
p value_2	0.000***	0.000***	0.000***	0.011*
p value_3	0.605	0.601	0.576	0.536
p value_4	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***	0.000***	0.001**

	Anos_de_Estudo11 a 14	Anos_de_Estudo15<
Coefficient_2	-0.939	-1.227
Coefficient_3	0.543	0.652
Coefficient_4	-0.362	-0.584
Coefficient_5	-1.552	-2.357
Coefficient_6	-1.347	-1.722
Std. Errors_2	0.063	0.069
Std. Errors_3	0.173	0.178
Std. Errors_4	0.095	0.104
Std. Errors_5	0.092	0.135
Std. Errors_6	0.067	0.075

z stat_2	-14.875	-17.767
z stat_3	3.138	3.655
z stat_4	-3.809	-5.633
z stat_5	-16.928	-17.450
z stat_6	-20.204	-23.040
p value_2	0.000***	0.000***
p value_3	0.002**	0.000***
p value_4	0.000***	0.000***
p value_5	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***
	Anos_de_Estudo4 a 7	Anos_de_Estudo8 a 10
Coefficient_2	-0.279	-0.430
Coefficient_3	0.134	0.507
Coefficient_4	-0.084	-0.097
Coefficient_5	-0.591	-0.857
Coefficient_6	-0.635	-0.764
Std. Errors_2	0.065	0.069
Std. Errors_3	0.181	0.189
Std. Errors_4	0.099	0.102
Std. Errors_5	0.090	0.099
Std. Errors_6	0.067	0.073
z stat_2	-4.325	-6.245
z stat_3	0.742	2.687
z stat_4	-0.851	-0.947
z stat_5	-6.603	-8.686
z stat_6	-9.416	-10.462
p value_2	0.000***	0.000***
p value_3	0.458*	0.007**
p value_4	0.395*	0.344*
p value_5	0.000***	0.000***
p value_6	0.000***	0.000***

APÊNDICE N

	(Intercept)	POSOCUP_12	POSOCUP_13	POSOCUP_14	POSOCUP_15
2	1.342	22.840	7.523	10.177	29.436
3	0.001	7.262	162.803	1.847	1.950
4	0.379	8.288	2.257	31.078	50.566
5	0.103	18.061	1.060	32.358	281.067
6	2.033	11.357	3.576	20.069	90.192

	POSOCUP_16	Regiao_5Nordeste	Regiao_5Norte	Regiao_5Sudeste
2	15.769	1.566	1.590	0.971
3	6.014	0.863	0.901	0.706
4	30.214	1.706	1.504	1.403
5	93.792	8.415	4.942	1.745
6	182.229	1.780	1.710	1.122

	Regiao_5Sul	V2007_52	V2010_52	V2010_53	V2010_54	V2010_55
2	0.749	1.185	0.976	0.949	1.102	1.348
3	0.778	0.685	0.384	1.175	0.823	2.295
4	0.737	1.497	1.311	0.604	1.201	1.723
5	0.928	1.780	1.017	0.795	1.284	1.877
6	0.975	2.712	0.832	0.804	1.034	1.047

	Idade16 a 19	Idade20 a 24	Idade25 a 29	Idade30 a 34	Idade35 a 39
2	0.244	0.227	0.200	0.188	0.178
3	0.000	5.487	9.697	13.354	14.643
4	0.258	0.203	0.129	0.104	0.094
5	0.178	0.127	0.079	0.075	0.070
6	0.097	0.047	0.035	0.031	0.028

	Idade40 a 44	Idade45 a 49	Idade50 a 54	Idade55 a 59	Idade60<
2	0.168	0.164	0.177	0.192	0.301
3	18.263	18.976	19.584	24.001	33.809
4	0.082	0.069	0.064	0.052	0.042
5	0.054	0.049	0.044	0.048	0.053
6	0.030	0.034	0.043	0.065	0.226

	Anos_de_Estudo11 a 14	Anos_de_Estudo15<	Anos_de_Estudo4 a 7
2	0.391	0.293	0.756
3	1.722	1.919	1.143
4	0.696	0.557	0.919
5	0.212	0.095	0.554
6	0.260	0.179	0.530

	Anos_de_Estudo8 a 10
2	0.650
3	1.660
4	0.908
5	0.425
6	0.466

APÊNDICE O

	llh	llhNull	G2	McFadden	r2ML	r2CU
fit_12_13	-48241.63	-75314.23	54145.21	0.3594620	0.6239455	0.6679090
fit_13_14	-48396.42	-76807.49	56822.15	0.3698998	0.6279308	0.6745106
fit_14_15	-49614.32	-81555.73	63882.82	0.3916514	0.6473048	0.6959401
fit_15_16	-52490.58	-84292.90	63604.62	0.3772834	0.6476606	0.6911925
fit_16_17	-56254.13	-89476.37	66444.49	0.3712963	0.6559211	0.6952045
fit_17_18	-57051.89	-90740.81	67377.84	0.3712654	0.6613279	0.6991767
fit_18_19	-57462.53	-92871.03	70817.01	0.3812653	0.6716475	0.7098975